

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPI
MESTRADO
Área de Concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade

DESAMPARO E SUBJETIVIDADE:
A FIGURA DO PAI NA CONTEMPORANEIDADE

ROSANGELA MARIA MARTINS

MARINGÁ
2009

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPI MESTRADO
Área de Concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade

DESAMPARO E SUBJETIVIDADE:
A FIGURA DO PAI NA CONTEMPORANEIDADE

Dissertação apresentada por ROSANGELA MARIA MARTINS ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Área de Concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a: ANGELA MARIA PIRES CANIATO.

MARINGÁ
2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

M386d Martins, Rosangela Maria
Desamparo e subjetividade : a figura do pai na contemporaneidade / Rosangela Maria Martins. -- Maringá : [s.n.], 2009.
124 f.

Orientador : Prof^a. Dr^a. Angela Maria Pires Caniato.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Área de Concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade, 2009.

1. Figura do pai. 2. Subjetividade. 3. Desamparo. I. Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. II. Título.

CDD 21.ed. 150.1952

ROSANGELA MARIA MARTINS

**DESAMPARO E SUBJETIVIDADE:
A FIGURA DO PAI NA CONTEMPORANEIDADE**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a.Dr^a. Angela Maria Pires Caniato (Orientadora) UEM

Prof^a.Dr^a. Meire Eiras de Barros Pinto - UEL - Londrina

Prof^a.Dr^a. Regina Perez Cristofolli Abeche - UEM

18/02/2009
Data de Aprovação

Dedico esta dissertação aos meus pais. À minha mãe porque na sua simplicidade soube transmitir a mim e meus irmãos a Lei do pai, suavizada pela doçura da lei do “Nono Doro”. Ao meu pai que sabia que “é de menino que se torce o pepino”, sua autoridade era acompanhada de esfuziante afeto herdado da “Nona Rosa”.

Dedico à memória de meus amados avós maternos e paternos Elvira /Izidoro e Rosa/Sebastião.

Dedico ao meu amável filho Pietro, pois sua existência transformou minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora professora Dra. Angela Maria Pires Caniato, ícone da resistência, com suas orientações aprendi olhar o outro lado da moeda e com isso exercitar o pensamento crítico.

Ao estímulo dos meus parentes: irmão Cláudio, tia Nivalda e Lal, primas Joana e Marli, especialmente à prima Tite pela hospitalidade acolhedora.

A todos os professores do Programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá.

A todos os colegas do PPI/UEM da 1ª Turma. A amizade de alguns foi preciosa.

Aos professores componentes da Banca Examinadora Dra. Meire Eiras e Dra. Regina Abeche por participarem de mais esta etapa.

A todas as pessoas que de alguma forma se interessaram pelo tema que estava pesquisando.

A amiga Regina Marta por todos os livros de psicanálise com os quais sempre me presenteou.

Ao psicólogo Achilles pelas dicas preciosas.

Finalmente, agradeço aos acadêmicos de psicologia que integram o Projeto de Pesquisa Phenix, sob orientação das professoras Angela e Regina. O vigor da juventude deles, somado ao entusiasmo de suas descobertas em psicologia, renovou meus votos na profissão.

“Aventuro-me a dizer que, se a Psicanálise não pudesse gabar-se de mais nenhuma descoberta além do complexo de Édipo reprimido, só isso já lhe daria direito a ser incluída entre as preciosas novas aquisições da humanidade”.

Sigmund Freud

MARTINS, Rosangela Maria. **Desamparo e subjetividade:** a figura do pai na contemporaneidade. 124 fls. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Profª Drª Angela Maria Pires Caniato. Maringá, 2009.

RESUMO: A presente dissertação de mestrado estuda a figura do pai na contemporaneidade, em sua relação com a subjetividade e o sentimento de desamparo. A família está em mudança e o lugar do pai como autoridade sofreu transformações. As regras, que iniciaram o processo civilizatório, transformaram-se num excesso de regulamentação e, ao mesmo tempo, numa permissividade ao seu descumprimento, impondo a questão acerca de como se dá na atualidade o processo de simbolização da Lei nas subjetividades, bem como que figuras identificatórias estão disponíveis para a constituição subjetiva. A obra freudiana foi adotada como fonte primária de estudo. Como fontes secundárias foram utilizadas textos lacanianos que trazem articulações acerca da família e da figura paterna, bem como outros seguidores de Freud e textos da teoria crítica. Autores que se ocupam de pensar a contemporaneidade como Figueiredo, Costa Freire, Birman, Kehl e filósofos como Lyotard, Bauman e Della Giustina também foram consultados, assim como teóricos da Escola de Frankfurt Adorno e Horkheimer. As transformações ocorridas em torno da figura do pai, em sua função de proteger a subjetividade das pulsões e na transmissão da cultura estão influenciando a constituição do superego tirânico. Este se configura sob o imperativo do gozo imediato a qualquer custo. A sociedade de consumo captura o ego já fragilizado pela ferocidade do superego contribuindo para o sofrimento psíquico. Os avanços tecnológicos alcançados na atualidade fazem as informações circularem com rapidez e impõem ao homem o mesmo ritmo. Signos da cultura que eram referências para construção de ideais estão destruídos pelos valores erigidos pela sociedade atual em torno da mercadoria. Neste contexto a subjetividade se dá numa completa vulnerabilidade. Com isso o pai na sociedade atual é o desamparo, que se constitui como o mal estar contemporâneo.

Palavras chave: figura do pai, subjetividade, desamparo.

MARTINS, Rosangela Maria. **Helplessness and subjectivity: the paternal figure in the contemporary period.** 124 pages. Dissertation (Master in Psychology) - State University of Maringá. Supervisor: Prof. Dr^a Maria Angela Pires Caniato. Maringá, 2009.

ABSTRACT: This Master dissertation examines the father's figure in the contemporary period, and its relation to subjectivity and the helplessness sense. Families are changing and the place of the father as an authority has also changed. The rules, which started the civilizing process, have become over-regulated and, at the same time, permitted its failure, raising today the issue of how the process of symbolizing Law in subjectivities as well as which identification figures are available for the subjective constitution. The Freudian reference book was adopted as a primary source in this study. As secondary sources, Lacanian texts that discuss family and the paternal figure were used and other Freud's followers, and critical theory texts as well. Authors dealing with the contemporary thought such as Figueiredo, Freire Costa, Birman, Kehl and the philosophers Lyotard, Bauman and Della Giustina were also consulted, as well Adorno and Horkheimer. The changes in the father's figure, in its role of protecting the subjectivity of the drives and in culture transmission have been influencing the formation of tyrannical superego. This is configured under the imperative of immediate enjoyment at any cost. The consumption society has captured the ego that is already weakened by the superego ferocity contributing to mental suffering. The technological advances of today's society make information move fast as well as man. The signs of culture, which used to be references for building ideals, have been destroyed by the values given to goods in the present society. In this context, subjectivity is made in complete vulnerability. So the father of today's society is the helplessness that is the contemporary discomfort.

Key words: paternal figure, subjectivity, helplessness.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
METODOLOGIA	16
1 AS MUDANÇAS NA INSTITUIÇÃO FAMILIAR E O LUGAR DO PAI NA CONTEMPORANEIDADE	18
1.1 Diferentes modelos de família.....	20
1.2 A história das transformações na estrutura da família.....	22
1.2.1 A influência do desenvolvimento econômico na transformação da família.....	25
1.3 Novas estruturações, novos enfoques.....	30
1.4 Considerações acerca das mudanças na família	33
1.5 O lugar do pai mudou com as transformações na estrutura familiar.....	34
1.6 O declínio do patriarcado, o declínio do pai.....	41
2 AS TRANSFORMAÇÕES DO PAI E ATUAL CONFIGURAÇÃO DO SUPEREGO	45
2.1 O superego na obra freudiana.....	45
2.1.1 Percurso histórico de Freud na construção do conceito	46
2.2 O superego nos sucessores de Freud	55
2.3 Um ponto de vista sobre a atual constituição do superego.....	62
2.4 Discussão.....	64
3 UM OUTRO PARRICÍDIO – DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA À DESSIMBOLIZAÇÃO SUBJETIVA	68
3.1 O início do processo civilizatório: Da regra em sua função simbólica	69
3.2 Do pai simbólico da horda primitiva à dessimbolização do pai contemporâneo	72
4 DO DESAMPARO ORIGINÁRIO AO DESAMPARO CONTEMPORÂNEO	83
4.1 O desamparo originário em Freud	84
4.2 O desamparo estrutural/subjetivo	87
4.3 Retomada histórica da modernidade para entender o desamparo contemporâneo	98
5 UM ESFORÇO A MAIS PARA SERES HUMANOS	103
5.1 A figura do pai e sua implicação para a subjetividade	105
5.2 A figura materna e sua implicação para a subjetividade	109
5.3 Subjetividades contemporâneas.....	111
5.4 Saída das identificações.....	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve sua inspiração em estudos anteriores sobre o tema *perversão*. Em virtude das questões abertas no percurso das leituras, outros assuntos se apresentaram para o aprofundamento do tema, em especial o estudo sobre a *histeria* por certa familiaridade ao modo de funcionamento psíquico perverso. A dificuldade de distinção entre as duas, cada vez mais presente na práxis da clínica atual e mesmo no contexto social, exigia maior esclarecimento e diferenciação, desdobrando-se para o tema “feminilidade”, uma vez que os caminhos percorridos no processo de tornar-se mulher entrecruzam com a perversão (Martins, 1998). O estudo mencionado assinala que as transformações ocorridas no papel da mulher/mãe afetam substancialmente o papel do homem/pai, instigando questionamentos acerca dos desdobramentos disto na subjetividade contemporânea.

Desde os seus primórdios a Psicanálise se confronta com uma questão central – a da constituição da subjetividade, ou em outros termos, com o processo de subjetivação. Neste contexto, Freud (1905) descreve o complexo de castração em sua teoria sexual infantil, dando início a uma série de textos que apontam sua construção teórica acerca do tema proposto para esta pesquisa a partir do mito de Édipo. Este é caracterizado pelos sentimentos amorosos e hostis que a criança dirige aos pais, cujo desinvestimento resultará nos processos identificatórios. Na dialética amar/ser amado estrutura-se o ser desejante que torna o homem um ser civilizado e sujeito às leis. Neste lance de genialidade, conjugado com seu perfil de investigador tenaz, Freud, ao emprestar da mitologia grega a tragédia edípica, propôs uma estrutura que vinha dando conta de explicar a experiência humana e seu maior drama – afeição e repulsa conjugados num mesmo objeto de amor.

Como leitor impenitente, Freud já havia desenvolvido estudos sobre as sociedades primitivas e sabia o sentido do culto e temor ao Totem, ou seja, a civilização era orientada na figura de autoridade, assim era estruturada de forma piramidal. Existia na família o pátrio poder, onde no topo da pirâmide sempre estava um ideal a ser seguido – o ideal paterno. Neste sentido foi fácil concluir que as referências que aglutinam pessoas, norteiam e regulam suas relações sociais e afetivas não são as mesmas de antigamente.

Para Lipovetsky (2004), historicamente a civilização vem passando por ciclos e no movimento atual, chamado de hiper-modernidade, o homem perdeu o outro como referência e não se sabe ao certo que ideais seguir. Sem um mestre a seguir, o vazio deixado por ele tem sido ocupado por ícones do capitalismo selvagem. É neste contexto que encontramos o humano existindo de forma anestesiada e sua subjetividade está obturada.

Luiz Cláudio Figueiredo (2002) vem desenvolvendo estudos sobre os processos de subjetivação na atualidade e nos fala que uma das éticas vividas neste momento é a ética liberal inaugurada com a revolução francesa. Ela exige uma constituição subjetiva marcada pela soberania da vontade e da consciência cujo desdobramento é a cultura do narcisismo, substituindo a ética kantiana do “Tu deves” para a ética do “Goza!”.

O cenário que está posto nos dá o que pensar sobre o problema da subjetividade contemporânea, da civilização e de seus desconfortos. Na lista de problemas causa, ou consequência de mal-estar, podemos destacar: os crimes inusitados, violência generalizada, epidemia de depressão, aumento de suicídio, as toxicofilias, terrorismo nas relações internacionais, autoritarismo no trato com reivindicações de melhorias no sistema carcerário, morte social, indefinição política, corrupção, etc.

Por isso, a presente pesquisa parte do problema da subjetividade na psicanálise, como objeto genérico de estudo. No entanto, coube especificar as nuances desse objeto no âmbito de um trabalho de pesquisa de mestrado. A especificidade que se buscou reside em pensar a (des)subjetivação da lei paterna abordada num viés psicanalítico e, se possível, compreendê-la no cenário contemporâneo, um século após “A Interpretação dos Sonhos”. Ou tal como se pode compreendê-la numa leitura atual de Freud.

Em relação às possibilidades de subjetivação nesta conjuntura, deparamo-nos com o problema do sentimento de desamparo abordado por Freud em várias obras (1913; 1923 e 1930) Ele nos fala que a civilização repousa sobre a renúncia de desejos instintivos e este início da civilização teria se dado a partir do incesto, ânsia de matar e canibalismo. As regras originadas para controlar estes fatos foram rapidamente incluídas no acervo psíquico da cultura, confluindo numa unidade cultural que é favorecida pelos ideais observados numa satisfação narcísica. Esse desamparo foi construído a partir do material das lembranças de desamparo da vida infantil das crianças e da infância da própria raça humana. Com o pretexto de tornar o desamparo tolerável foi criado um acervo de idéias religiosas. A posse de ideais religiosos deveria protegê-lo dos perigos da natureza, do destino e dos danos provenientes da própria sociedade. Assim elas surgiram da mesma necessidade que tiveram todas as realizações da civilização, ou seja, defenderem-se da força esmagadora da natureza e também para retificar os defeitos da civilização que já se fazem sentir e foram analisados por Freud desde o final do século XIX.

Vemos que a necessidade de um protetor é premente na subjetividade. Ainda em fase de crescimento o indivíduo ao descobrir que está destinado a permanecer frágil para sempre e impotente para proteger a si mesmo dessas forças entendidas como “superiores”, ele as atribui

a um “outro”. Culpabiliza para sempre este outro pelas suas mazelas ou o responsabiliza pela sua felicidade. Cria deuses para adorar, agradar e principalmente para temer. Ora, o anseio por um pai está na necessidade que o homem tem de proteção frente à sua fraqueza. Nessa linha de raciocínio, entende-se que, diante do desamparo, e em reação a ele o homem fundou as religiões e mais recentemente, instituiu o culto aos objetos de consumo.

Por milhares de anos, muitos esforços da religião e da ciência foram feitos sob a justificativa de tornar a humanidade mais feliz, se não fosse em vida o seria após a morte. Teriam conseguido seus intentos e ninguém sonharia em alterar as condições existentes. Entretanto, há um número surpreendentemente grande de pessoas insatisfeitas com a civilização.

Sobre os esforços da religião, Freud (1927) fala que se a motivação religiosa arrefecer não se deve temer os educados e intelectuais. Eles são bons veículos de civilização. Para Freud (1921 e 1930) há que se temer os incautos, pois em grande massa são os grandes inimigos, ou então essas massas, afastadas de qualquer oportunidade de acesso intelectual, ameaçam o “*status quo*” civilizatório, necessitando ser submetido a uma revisão fundamental. Sem o mandamento “Amar o próximo como a ti mesmo” e “Não matarás”, a existência pacífica entre os homens seria impraticável. Sem a coibição das pulsões hostis que teve sua primeira representação na imagem do pai primitivo, depois deslocada para a imagem de Deus, não haveria civilização. Restaria mesmo a tarefa da ciência, ancorada no utilitarismo do aparato mental, demonstrar como o mundo deveria nos parecer em consequência da característica particular de nossa organização. Sem considerar o aparelho perceptivo restaria a percepção da natureza do mundo numa abstração vazia, destituído de interesse prático. Assim a ciência não seria uma ilusão. Para Freud, ilusão seria supor que poderíamos obter noutro campo aquilo que a ciência não pôde nos proporcionar.

Em *Mal-Estar da Civilização* Freud (1930) falou das pulsões de agressão inerentes ao homem. O que ele disse lá é confirmado na contemporaneidade. O processo civilizatório ao utilizar falsos padrões de medida (busca de poder, riqueza, culto à imagem, etc.), está se distanciando do verdadeiro valor da humanidade: que, numa idealização, seria a experiência de unidade com o mundo exterior. No entanto, ao caminhar, a humanidade não atingiu o ideal e está experimentando a sensação de desamparo, como a criança o experimenta na infância. Em sua busca do paraíso, em sua luta pela felicidade o homem sempre almejou evitar a dor e o desprazer. Ainda sobre o fato de criar métodos para diminuir a insatisfação, temos no método químico a confirmação de grandes promessas de felicidade da indústria farmacêutica.

Em que pese ao homem a busca compulsiva para obter a felicidade, como se tal coisa fosse possível, ele é, em verdade, presa fácil da indústria cultural com sua sedução padronizada e venda de ilusões. Outra sagacidade da ideologia dominante é a manipulação utilizada pela economia de mercado: estimula o deslocamento da libido para certos objetos, o que hoje se vê reforçado com o advento da globalização e seu festival de produtos descartáveis. Todos os métodos encaram a realidade como um inimigo único e como origem de todo sofrimento humano, de forma tal que se rompem as relações com a realidade para ser feliz de alguma forma.

Também se observa hoje como se observava naquele contexto de Freud - o homem ao buscar a plenitude está incluído em três categorias: o homem erótico que dá prioridade às suas relações afetivas; o homem narcisista que se acredita auto-suficiente e obtém satisfação pela via de seus processos mentais internos e o homem de ação que se fixa no mundo exterior onde pode exercer sua força. Apesar de a civilização ser um processo a serviço de Eros – cujo objetivo é combinar os indivíduos entre si, depois em famílias, depois em povos, até se tornar uma grande unidade sem conflitos, uma quota pulsional do instinto de auto-preservação se desvia para o mundo externo e vem à tona como pulsão de agressão e destruição. Eros e Thânatos sempre caminhando *pari-passu* na civilização onde compartilham o domínio do mundo.

Sendo assim, pode-se afirmar que o mal-estar do homem na atualidade é decorrente de sua dificuldade de ascender à castração simbólica, de não aceitar as diversidades, sem se sentir narcisicamente ferido. Encontramos isso em Freud quando fala das três feridas narcísicas das quais o homem padece: primeiro o fato de não conseguir dominar a natureza; segundo, ele tem dificuldades de se haver com a fragilidade do próprio corpo e terceiro, ele não consegue domínio sobre o outro semelhante. Ainda, a frustração da vida sexual tornou o homem neurótico, fazendo-o cheio de sintomas ao buscar satisfações substitutivas. Para Freud os homens não são criaturas gentis que desejam ser amadas – são criaturas cujos instintos incluem grande parcela de agressividade fazendo com que a civilização dispense uma grande energia, ameaçando a sociedade civilizada de desintegração.

Ao pensar as possibilidades de subjetivação na conjuntura atual deparamos com o problema do “Desamparo”. Tal desamparo remete ao problema da inscrição ou falência do outro da autoridade. Pergunta-se, com base no modelo freudiano, quando a autoridade se estabelece mediante o Édipo – onde a autoridade do pai é desejada: “Diga-me o que fazer para que eu possa amar e ser amado?” Na atualidade essa autoridade que estrutura o sujeito enquanto dono do próprio desejo transmutou-se para outras forças. Ora, o pai não é mais o

único provedor e são muitos os indícios do declínio de sua função, o líder da nação não é mais referência unívoca, dentre os padres há pedófilos. As figuras que propiciam modelos de identificação são superficiais.

Há uma crise das instituições e é possível repensar com a Psicanálise o desenvolvimento histórico e os desdobramentos disso. Justificou-se, assim, um estudo das transformações subjetivas frente à ausência da figura do pai na função de proteção e amparo à subjetividade.

Embasada no discurso social atual de que a figura do pai está em declínio, esta pesquisa fez um recorte e estudou o modo pelo qual vem se estabelecendo para os sujeitos a lei. Bem como as implicações deste fato para a subjetividade e o desamparo, tendo em vista os modelos identificatórios disponíveis na sociedade contemporânea do narcisismo e do consumo.

A pesquisa partiu de uma perspectiva de indivíduo em sua relação com a cultura na abordagem psicanalítica. Para isso fizemos uma revisão bibliográfica a partir da obra freudiana com o objetivo de compreender a constituição subjetiva da lei no homem, desde a instauração da “regra da interdição do incesto” como Lei universal, bem como os esforços do homem para suportar seu mal-estar e o empenho na busca da felicidade. Ressaltamos que a obra freudiana foi tomada como fonte primária de pesquisa e por isso os textos metapsicológicos, que ensejam a compreensão do funcionamento psíquico do indivíduo foram utilizados para examinar a construção dos conceitos de superego e desamparo, revisados numa perspectiva histórica. Outros conceitos freudianos também foram revisitados como o conceito de castração, identificação e tantos outros que se fizeram necessários no estudo porque estão ligados ao esclarecimento da internalização da lei na subjetividade. Dada a inextrincabilidade dos temas examinados o “ir e vir” nos textos de Freud, por certo, nos levou a percorrer os escritos sobre a civilização (1913; 1927 e 1930), imprescindíveis para pensar a contemporaneidade. Entre os pensadores atuais de Freud, considerou-se importante o estudo da contribuição de Jacques Lacan (1985) por suas articulações sobre o complexo familiar e acerca da figura paterna na sua função simbólica no psiquismo. Os estudos de autores brasileiros também mereceram destaque pela relevância de suas contribuições ao embate na atualidade. Em especial para o tema-problema: subjetividade, desamparo e inscrição da figura paterna foram estudados aqueles que se ocupam em pensar suas imbricações e implicações das mudanças ocorridas nas sociedades atuais, especialmente as transformações ocorridas na configuração familiar. Para pensar a importância da lei na construção da civilização, foi realizado um estudo sobre a primeira regra no interior das sociedades a partir da teoria

freudiana com ajuda da obra antropológica de Claude Lévi-Straus (1983). Este percurso levou a pensar sobre a influência da mídia na constituição subjetiva e análise da sociedade administrada pela Indústria Cultural. Por isso foram utilizados conceitos que permeiam a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt. Estes foram apreendidos durante as aulas teóricas no mestrado e por meio da leitura do livro *Dialética do Esclarecimento* de Adorno e Horkheimer (1985) e *Mínima Morália* (Adorno, 1983).

O caminho percorrido nesta pesquisa necessitou *a posteriori*, como uma conclusão possível, da leitura de pensadores externos ao âmbito psicanalítico, como Bauman (2007), Lyotard (2004) e Della Giustina (2004) - filósofos que ampliaram a visão a respeito da contemporaneidade e apontaram neste estudo os possíveis desdobramentos no processo civilizatório.

METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa de cunho conceitual e de natureza qualitativa, cujo referencial epistemológico assenta-se sobre os conceitos psicanalíticos de constituição do conhecimento. Nesta metodologia os conceitos teóricos utilizados são apurados numa perspectiva histórica e sua historicidade se constitui como orientação importante do processo de organização do pensamento da pesquisadora na condução e processo de sistematização da pesquisa. Como característica deste estudo, a fonte do material discursivo, teórico-conceitual, a ser analisado tanto quanto dos operadores semânticos para a realização da própria análise é obtida da pesquisa bibliográfica. A pesquisadora, como sujeito do conhecimento, recorre à técnica descritivo-analítica e o processo é tão valorizado quanto o resultado.

O método utilizado foi o construtivo interpretativo segundo Gonzáles Rey (2005). Para este autor a Epistemologia Qualitativa ampara a construção do conhecimento por meio da interpretação. Este caráter construtivo interpretativo compreende o conhecimento como produção, o que envolve registrar a realidade na possibilidade de apreensão psicanalítica.

É nesta perspectiva que a “zona sem sentido” (Gonzáles Rey, 2005), aqui entendida como algo produzido numa pesquisa científica que fica inapreensível em seu interior, faz uma questão ser inesgotável e com isso abre o leque para inúmeras probabilidades de se pesquisar um objeto de estudo, tornando um tema-problema abundante. Este conceito enaltece o valor do conhecimento e amplia as zonas de ação com outros caminhos a serem percorridos por meio das representações teóricas dos pesquisadores, pois é assim que o conhecimento se legitima.

Gonzáles Rey (2005) afirma que o caráter construtivo interpretativo do conhecimento destitui a ilusão de validade deste, especialmente se o pesquisador desejar tomar a correspondência linear com uma realidade. A legitimidade de um conhecimento está na capacidade de se produzir e reproduzir. Em consonância com este pensamento, um enunciado freudiano nos sugere que “(...) toda descoberta é feita mais que uma vez, e nenhuma se faz de uma só vez” (Freud, 1916, pg. 265).

A análise compreensiva e interpretativa é uma tradição na pesquisa qualitativa e a escolha do método se deu ligada à especificidade do objeto estudado e aos objetivos que se pretendeu atingir.

Frente às categorias que o tema-problema integrou, a compreensão dos conceitos partiu sempre da historicidade destes na perspectiva freudiana para depois serem analisados o posicionamento dos seus seguidores mais próximos e comentaristas mais contemporâneos.

Ressalta-se que foram pesquisados autores que trazem ao debate as transformações pelas quais vem passando a civilização.

Logo, o método de análise interpretativa adequou-se a esta pesquisa porque a compreensão objetiva do texto possibilita ao pesquisador tomar uma posição própria a respeito das idéias dos autores estudados. As articulações permitem superar as mensagens contidas no texto na dialética subjetividade-objetividade na qual se processa uma constituição recíproca. A ênfase está no diálogo que tal método permite ter com o autor do texto. Neste sentido, a primeira etapa na análise interpretativa é verificar o pensamento central do autor, desenvolvido na unidade e relacionado com posições de outros autores. Segue-se da localização do autor ou autores no contexto cultural mais amplo para depois buscar uma construção interpretativa. Ainda é possível estabelecer aproximações ou não com idéias semelhantes, analisadas por outras abordagens. Com base na natureza dos dados levantados é possível adotar um juízo crítico e uma tomada de posição. Este aspecto foi adotado nesta pesquisa apenas rapidamente nos quatro primeiros capítulos porque estes privilegiaram a história dos conceitos no construto psicanalítico.

Entretanto, isso se tornou mais livre no capítulo de número cinco porque foi inserido com o objetivo de finalizar a dissertação articulando uma saída para o momento histórico atual.

1 AS MUDANÇAS NA INSTITUIÇÃO FAMILIAR E O LUGAR DO PAI NA CONTEMPORANEIDADE

Nas últimas décadas, as transformações contínuas no interior das sociedades têm provocado mudanças nas tradicionais instituições do casamento, família e Estado, sendo que na família as transformações são facilmente observáveis e têm sido objeto de estudo de historiadores, antropólogos, sociólogos e psicólogos. É o que se extrai da pesquisa nacional do *Datafolha*¹ (2007) realizada sobre a família brasileira.

Seguindo este “levantamento sociocomportamental”, muitas mudanças ocorreram no interior do grupo familiar desde um levantamento realizado nove anos atrás. Entre outros resultados, a pesquisa revela: que este grupo social está mais tolerante à sexualidade dos filhos; menos tolerante ao aborto; a fidelidade é uma qualidade desejada no parceiro; e que a família é uma instituição muito valorizada. Isso confirma o pensamento de Goode (1979) há quase trinta anos: “A família se transforma, mas não desaparece” (Goode, 1979, p.13). Conforme suas palavras, a família continuaria sendo não apenas a unidade econômica fundamental, mas continuaria tendo importância social, psicológica e emocional nas próximas décadas.

Esse capítulo tratará das mudanças ocorridas na família bem como tentará delinear as conseqüentes transformações que ocorreram com os membros que a compõem, se tornando uma condição *sine qua non* dessa situação. Em especial, o estudo aqui empreendido visa embasar uma análise maior, tomando o “homem pai” da atualidade como objeto de estudo. Há uma questão, posta a priori, sobre a figura do pai na contemporaneidade tal como vista na obra freudiana: o pai como autoridade que representa a Lei da cultura e como a figura que passa o sentimento de amparo. E é nesse sentido que uma revisão da transformação da estrutura familiar ao longo da história é tomada como ponto de abordagem.

Partindo da perspectiva de Goode (1979) sobre a família estar vivendo uma crise, de antemão constata-se que existem tendências na interpretação dos fenômenos sociais que implicam em deformações da objetividade e dão lugar a falsas imagens dela. Ele se refere tanto ao saber do senso comum quanto do conhecimento científico. Tais opiniões consideram as situações do processo social atual como perigosas. Ele contesta-as como pretensiosas, pois para ele as transformações que estão se produzindo, ao serem percebidas, povoam a imaginação com um temor das conseqüências ou da nova situação que podem provocar e entende que tais opiniões estão baseadas em tendências anteriores. Contudo, o fato de serem

¹ Pesquisa nacional do Datafolha publicada pelo jornal Folha de S.Paulo em 7 de outubro de 2007.

baseadas em tendências anteriores não confirma a hipótese de que tais opiniões sejam falsas. Ao contrário, uma experiência anterior pode ser critério de objetividade, pois se no passado algo ocorreu em função de determinadas condições, espera-se que no presente, postas condições similares, este algo possa ocorrer novamente. Ademais o passado desperta nostalgia e inclusive pretensões de restauração. O presente se apresenta como incômodo com perspectivas indesejáveis e temerárias. São modos de representar o passado como melhor. Assim a família do passado é representada como estável feliz e unida. Para o autor isso é “erro cognitivo” ou debilidade lógica. Pois realmente diante da incerteza, o caminho já produzido por uma longa trajetória da experiência humana acaba sendo o mais confiável. Entretanto se não há porque ter visão nostálgica do passado, também não há nada racional que nos garanta que o futuro será melhor, o que seria também uma forma de romantismo, ou mesmo de utopia. Nesse sentido a família não estaria em crise, mas em transformação que vem ocorrendo há décadas. Retira do texto de Thwing, escrito em 1887, a idéia de que a suposta crise da família para com a atualidade está em falta. As pesquisas realizadas por este no período compreendido de 1837 a 1887, portanto durante cinco décadas, mostraram que relações matrimoniais estiveram em transformação. Em especial aquelas uniões que seriam para toda vida foram se transformando em contratos sociais, pois os matrimônios se mantinham/mantém enquanto for conveniente entre as partes, ocorrendo rescisão no contrato quando não houvesse/houver mais interesses. Nessa direção, a família nunca teria estado em crise, mas em transformação. Isso abre para a possibilidade de pensar: o que está em crise não é “a” família, mas um determinado modelo de família, recentemente formado, aliás, e mediante o qual são construídas as atuais crenças sobre a vida social. Talvez o que ele queira dizer com isso é que não há crise², ou seja, não há nenhum conflito adicional com relação ao que já havia antes. Logo é possível entender que a família não está em crise agora porque desde que ela existe a sua situação sempre foi crítica, como é a própria condição humana. O que se observa com Goode (1979), é que a palavra “transformação” é mais adequada à crise da família tradicional. Isso é perfeitamente aceitável se o tipo de transformação que ocorre é harmônica e natural.

² Podemos compreender que “crise” seja um momento no processo de transformação em que as forças que levam do estado atual para o posterior podem entrar em choque, levando as mudanças convulsivas e na aparência caóticas, embora tenham uma lógica interna. A idéia de “transformações sem crise” dá a impressão de algo calmo, sem conflito, sem tensão, como uma semente que se transforma em planta, ou flor que se transforma em fruto, algo “natural”, o que não parece o caso das transformações nos modelos de família.

Nos termos propostos até agora, parece ser recomendável não se referir apenas às transformações familiares atuais, mas há que se levar em consideração as transformações anteriores com as quais as atuais têm conexão.

1.1 Diferentes modelos de família

Ao se falar em família é comum generalizar o conceito a partir da realidade que se conhece, ou seja, da família com um casal adulto e filhos, independentemente dos registros históricos apontarem que não havia tal uniformidade. Sempre houve exceções a essa regra. Para Goode (1979), é importante frisar que na estruturação de um grupo familiar há dois tipos básicos de relações: as de descendência consangüínea e as de união, aliança ou afinidade.

Nos diferentes modelos de família **simples** e **conjugal**, o tipo mínimo se caracteriza por ser família simples cuja composição é de dois adultos de sexos diferentes e seus filhos – uma união de adultos em um só nível de descendência, mas ligada a um grupo maior (há um núcleo ao qual pertence). Já a conjugal é independente, é neolocal (não faz parte de um núcleo maior) e se define em função de se diferenciar, ou contrapor à família extensa. O vínculo é o matrimônio com os componentes normais (pai, mãe e filhos) observados nas famílias ocidentais (Lacan, 1984).

O tipo de família **composta** caracteriza-se na pluralidade de relações matrimoniais quanto a um de seus membros: a poligamia (no caso do homem) e a poliandria (no caso da mulher). Há ainda as que se compõem de vários níveis de descendência (linhagens): as patrilineares, as matrilineares e as bilaterais. Ou seja, os tipos de família se dão conforme a condição de membro do grupo tenha sido adquirida por linha masculina, feminina ou mista. Todavia o tipo monogâmico, caracterizado pela exclusividade sexual entre os parceiros, é o mais propagado, embora existam a poligamia e poliandria, sendo que este último é encontrado em alguns povos raros, a exemplo de regiões da África e Ásia.

Na definição do tipo de família, há que se levar em consideração que o número de inter-relações não é tão importante quanto são as regras de residência do grupo familiar. É comum, nas diferentes culturas, se atribuir uma residência independente ou acoplada à família do homem ou da mulher: família neolocal, patrilocal ou matrilocal.

É certo que há divergência na definição de família entre os autores. Há diversidade inclusive para relacionar o que seria família conjugal ou mínima como querem alguns – pois existem formas menores, inclusive isoladas que se consideram família, como no caso de uma

mãe e seu filho adotivo. O traço essencial para se definir família é que possa ser aceita como unanimidade entre aqueles que dela participa e a nomeiam como tal. Goode (1979) parte do pressuposto de que para definir família há que se levar em consideração a distinção entre família ideal e real definida pela cultura. Ou seja, a família de que se fala (ideal) é uma, e a família de que se sofre (real) é outra, conforme Ângelo Gaiarsa (2005). Um posicionamento equivalente evidencia, pois, que discutir família passa por discutir a ordem social, incluindo os Ideais que a sustentam e “(...) questionar esses fundamentos não é tarefa simples, pois, qualquer mudança é sentida como ameaça à estabilidade social, o que evidencia o caráter imaginário dessa ordem: se fosse fixa, não haveria mudanças” (Ceccarelli, 2007, p. 2). É importante pensar, antes de definir o que seja família, qual o tipo de família mais valorizada num determinado momento histórico e quais são as estruturas mais resistentes às outras transformações sociais.

Engels (1997) apresenta o esquema classificatório conhecido e discutido de Morgan. Este último divide a história do progresso humano em três etapas, observando que cada uma corresponde a um tipo de enlace: no estado selvagem, o enlace era promíscuo; na barbárie era do tipo matrimônio grupal³ e com a civilização veio a monogamia. A ampliação das fontes de existência (produção de alimentos) propiciou as grandes épocas de progresso da humanidade.

Engels (1997) observa que o vertebrado superior possui apenas duas formas de família: a poligamia e a monogamia. Diferencia monogamia em duas formas segundo classes sociais: monogamia cuja origem está ligada ao proletariado e a monogamia que historicamente está ligada à burguesia. Na burguesia as uniões eram convencionadas pelas famílias e ligadas às propriedades, logo seria uma forma de distinguir a classe social de que era característica. Sendo que no proletariado o casamento era mais pessoal e livre – com apoio no amor e tão duradouro quanto este. O afeto e o ciúme eram permitidos

Engels (1997) aponta a origem da monogamia no povo grego.

De modo algum foi fruto do amor sexual individual, com o qual nada tinha em comum, já que os casamentos, antes como agora, permaneceram casamentos de conveniência. Foi a primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas econômicas, e concretamente no triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, originada espontaneamente. Os gregos proclamavam abertamente que os únicos objetivos da monogamia eram a preponderância do homem na família e a procriação de filhos que só pudessem ser seus para herdar dele. Quanto ao mais, casamento era para eles uma carga, um dever para com os deuses, o Estado e seus antepassados, dever que estavam obrigados a cumprir. Em Atenas, a lei não apenas impunha o matrimônio como, ainda, obrigava o marido a um mínimo determinado do que se chama de obrigações conjugais. A

³ Matrimônio grupal: a forma de casamento em que grupos inteiros de homens e grupos inteiros de mulheres pertencem-se mutuamente, deixando bem pouca margem para os ciúmes (Goode, 1979).

monogamia não aparece na história, portanto, absolutamente, como uma reconciliação entre o homem e a mulher e, menos ainda, como a forma mais elevada de matrimônio. Pelo contrário, ela surge sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré-história. Num velho manuscrito inédito, redigido em 1846 por Marx e por mim, encontro a seguinte frase: “A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos”. Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide como desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher, na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. A monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros. É a forma celular da sociedade civilizada, na qual já podemos estudar a natureza das contradições e dos antagonismos que atingem seu pleno desenvolvimento nessa sociedade. (Engels, 1997, p. 18).

Assim, do ponto de vista de Engels (1997), as transformações na família não são harmônicas: envolve crises, avanços e retrocessos.

Enquanto a Antropologia descobriu formas familiares raríssimas, como se vê nas investigações empreendidas por Claude Lévi-Strauss (1985), a sociologia se ocupou de sociedades mais contemporâneas e faz generalizações a partir daí. Goode (1995), sociólogo norte-americano, embasou seus estudos na família da década de 70/80 do século XX, e quando fala de “crise da família” - se esse fosse um termo adequado - afirma que esta teria antecedentes. Especialmente, observa ele, que crises em determinados países tem relação íntima com o fator desenvolvimento. Para tanto, cita a influência que colonizadores exerceram sobre determinados povos, impondo a estes seu próprio sistema familiar e com isso desencadeando as mudanças no interior do grupo familiar.

1.2 A história das transformações na estrutura da família

Na sociedade industrial a família era uma instituição importante que foi atingida pelas transformações e características das outras instituições e da sociedade global. Numa época mais tecnológica, nas sociedades amplas, diferenciadas, dinâmicas e conflituosas, estas mesmas características impõem uma configuração especial à instituição familiar. A família como forma específica de organização da vida social é suscetível às transformações que ocorrem no âmbito mais amplo da vida social. Do mesmo modo que recebe influências, ela afeta as instituições menores e à sociedade em geral. Logo, a mudança da família ocorre numa reciprocidade de transformações entre família/sociedade/outras instituições.

Conforme Goode (1979) só há “crise” na instituição familiar devido a dois fatores: tensões e transformações que a família experimenta no seu interior. O outro fator é indireto, ou seja, está ligado a fatores externos como violência, droga, sexo, entre outras variáveis. Sendo que sexo e droga só ressoam na família porque têm nela, parte de suas raízes.

Hinojai, citado por Goode (1979), esquematizou duas grandes crises na família, correspondentes a duas revoluções sociais: a primeira foi correlata à Revolução Industrial experimentada por certos países há alguns séculos, o que outros países só experimentaram no auge da industrialização ou em processo de desenvolvimento. A segunda crise foi observada nos países mais desenvolvidos econômica e tecnologicamente. Essas revoluções diferenciam três tipos de sociedade; a tradicional, a industrial e a pós-industrial, que correspondem respectivamente à família tradicional, à família conjugal e o pluralismo familiar.

A revolução Industrial promoveu transformações técnicas e econômicas profundas e afetou a sociedade tradicional na qual prevalecia o modelo da família patriarcal. Ou seja, a sociedade pré-industrial, que abrigava este modelo familiar, era sociedade ampla, mas estável em termos econômicos cuja base era agrícola e comercial. De caráter rural, apresentava equilíbrio nas taxas de natalidade/mortalidade, que eram altas. Porém, a estrutura social era simples, rígida e pouco mutável. A família deste período histórico recebeu diferentes denominações: tradicional, extensa, patriarcal, doméstica e monogâmica de tipo histórico (Engels, 1997). Com funções e hierarquias, sua característica básica era ampla, qual seja aquela de prole numerosa, onde os filhos homens recebiam maior privilégio econômico e cultural, que lhes outorgavam prestígios. A natalidade era alta porque não existiam contraceptivos e por outro lado não se evitavam filhos, frente à alta taxa de mortalidade.

Outra característica importante da família tradicional: em função da extensão, havia a convivência de várias famílias nucleares (duas ou três gerações). Nas classes abastadas havia uma residência comum. Nas demais classes sociais, as residências próximas tornavam as atividades comuns numerosas e as inter-relações eram freqüentes. A pluralidade de funções desempenhadas por este tipo de estrutura familiar para com seus membros também é característica importante. Como exemplos disso encontram-se os fatores econômico, educativo e político, dentre os quais o fator econômico estava relacionado à produção e ao patrimônio comum. Importante frisar a relação entre patrimônio comum e família extensa, pois apenas a família extensa pôde conservar um patrimônio, aumentar ou transferir. Por sua vez, o patrimônio em comum pôde estreitar as relações entre membros do grupo familiar. Destacam-se também as funções de segurança e bem estar (velhice, enfermidade, escassez de alimentos, riscos naturais). Além disso, era mantenedora de laços com o passado e a

transmissão de tradição. A hierarquia era ampla e rígida; se apoiava em diferenças biológicas, sexuais, de idade e de geração. As mulheres eram subordinadas aos homens e os mais jovens aos velhos, logo o varão mais velho concentrava em si toda dignidade e máxima autoridade dentre os demais irmãos.

As mulheres tinham status baixo e eram sempre dependentes do pai, do marido e na velhice, em caso de viuvez, dos filhos homens. Enquanto casada, tinha um pouco mais de status frente à valorização da descendência. Em caso de ter filhos varões, ganhava ainda mais respeito. Se não tivesse filhos, seu valor diminuiria especialmente com o concubinato do marido.

Da pessoa adulta era esperado que se casasse, salvo situações especiais, como alguns no caso dos religiosos, e não havia consideração àqueles que não se casavam ficando marginalizados e desamparados. As uniões eram assuntos das famílias mais que dos indivíduos, o que favorecia casamentos precoces. As relações pré-matrimoniais eram sem importância, ao contrário da preocupação com dotes e o esplendor das cerimônias de casamento.

Não havia espaço para o amor romântico⁴, pois seria um risco, visto que a aliança entre famílias poderia ser quebrada pelas atrações e paixões. A esposa era escolhida de acordo com seu preparo para as funções de esposa e mãe. O mesmo não era exigido do homem.

Nesse sentido, o grupo familiar na fase pré-industrial era preponderante, bem como era marcante o prestígio pessoal ter origem na posição da família. A possibilidade de promoção dentro do parentesco ocorria com frequência, sendo que neste tipo de família as inter-relações eram escassas, mas ela era a principal intermediária entre o indivíduo e o Estado. O indivíduo, por sua vez tinha deveres para com o chefe da família, mas não tinha direitos diante dele. O grupo familiar do tipo patriarcal acolhia e retinha o indivíduo ao longo de sua vida, se estendendo às suas atividades e manifestações pessoais, e ali era adestrado para o trabalho. Ainda neste tipo de sociedade pré-industrial, a família e religião não eram elementos separados. Toda significação social e individual dos membros da família, bem como as relações e acontecimentos requeriam o esforço religioso. As contribuições que a família dava à igreja eram consideráveis, bem como a transmissão da crença e das práticas religiosas. Com isso institucionalizaram-se pecados na forma de desobediência aos sacramentos e faltas cometidas contra as normas instituídas no grupo familiar.

⁴ No amor romântico há participação no processo de felicidade do outro.

Há objeções a esta concepção de estrutura familiar e a pergunta mais freqüente é se faria parte da realidade dos fatos ou se eram baseadas em pura aparência. Em que pese o fato dela porventura vir a ser “incoerente”, “hipócrita”, “dissimulada” ou “cínica, isso não faria com que ela não fosse real. Por um lado há a realidade da estrutura como tal, por outro há a questão da relação da ideologia vinculada a essa estrutura com as ações que ela envolve. A questão principal é se esse tipo de família com suporte no patrimônio representava todas as famílias. O que se reconhece é que as formas familiares do passado não foram estáticas, ao contrário, foram mudando com as condições sociais gerais. Em verdade, estudos revelaram que na Europa as transformações e oscilações sucessivas, especialmente da economia e política alcançaram a família. “(...) quando o sistema político central se debilitava e abandonava alguns serviços que antes prestara às comunidades, quando o sistema econômico acentuava a autarquia e reduzia o intercâmbio monetário, a família tendia para o modelo extenso” (Goode, 1975, p. 42).

1.2.1 A influência do desenvolvimento econômico na transformação da família

O processo de industrialização que teve início no século XIX, frente às exigências da produção, impôs sérias transformações ao nível da família, embora isso não tenha ocorrido rapidamente e de maneira uniforme, nem da mesma forma em todos os tempos, tampouco houve seqüência causal clara e constante.

As transformações se deram em função da introdução nos modos de produção de artefatos, tecnologias, máquinas, ferramentas e uso de energia. Neste caso, a família não era mais o grupo que levava ao cabo a atividade produtiva. A atividade produtiva agora não se dava mais nas imediações das casas, se dava nas fábricas. Os instrumentos de trabalho passaram a pertencer a outrem, a um novo seguimento social – os capitalistas, que também eram os donos dos produtos. Assim chegou a divisão do trabalho, com processos produtivos diferenciados e valorizados de maneira desigual. A admissão nos postos de trabalho passou a não ter influência do grupo familiar. Estes passaram a ser ocupados de acordo com suas condições pessoais, em função do rendimento.

A industrialização, e suas exigências de mão-de-obra de diferentes tipos, provocaram mobilizações da população que migravam das localidades pequenas e dispersas para centros maiores de produção e implicavam a intensificação de melhores condições de intercâmbio

entre as pessoas. A população transformada em mão de obra disponível, era fonte de consumo de novas produções da industrialização e urbanização, que caminhavam juntas.

A sociedade voltava-se para novas formas de produção com matérias-primas diversificadas, novas formas de mercado, em especial o mercado do dinheiro para facilitar financiamento de novo processo produtivo, do trabalho e oferta de mão-de-obra. A energia pessoal passou a ser trocada por salário. As relações sociais se modificaram passando a ser mais limitadas: os conteúdos eram mais concretos e as normas mais precisas e uniformes. Caracterizando uma interação impessoal, fragmentada, massificada. O indivíduo se move mais amplamente nas suas atividades, mas sua personalidade é demonstrada apenas em parte, restando a superficialidade nas relações.

Para Goode (1979) e Bauman (1999), uma mudança extremamente importante diz respeito às transformações culturais que foram provocadas pelos modos de interpretar a realidade, de valorizá-la e reagir perante ela. Neste sentido a tradição, enquanto influência diminuiu. Em seu lugar entrou o critério de eficácia. A autoridade não se apoiava mais na tradição, mas passou a ter sua base na racionalidade. O indivíduo passou a ser valorizado pelas suas capacidades e realizações fora do âmbito da família – a sociedade deixou de ser estática, contudo também poderíamos nos pautar na visão de que nunca foi estática, senão como entender fenômenos antropológicos como os carnavais que medievalistas ressaltam? Obviamente, que fora estática frente aos avanços rápidos que se iniciaram com o advento da Revolução Industrial. Isso afetou a família tradicional patriarcal, em especial sua posição mudou em relação às outras instituições principais, ou seja, as instituições econômicas. **De instituição principal, a família, passou a ser subordinada.** Mas não qualquer família. Notam alguns historiadores que entre as classes populares as relações familiares eram bem promíscuas até a idade média, e que a família nuclear vem a prevalecer justamente a partir do advento do capitalismo (Ariés, 1978 e Engels, 1979). É exatamente isso que dá caráter mais “dinâmico” ao que antes era “estático”. É importante frisar que antes do capitalismo, a atividade econômica se desenvolvia juntamente com outras, em escala familiar. A industrialização fez com que as famílias perdessem o poder de decisão e controle e tiveram que fazer uma série de reajustes, pois com o capitalismo e a fragmentação da produção, surgem novas opções de inserção no mundo do trabalho, e há a necessidade de individualizar-se, filiar-se a categorias específicas cuja modalidade seria mais diversificada do que fora antes. A atividade econômica se tornou tão importante que seus valores passaram a influenciar as demais esferas da sociedade; passou-se a valorizar o rendimento do indivíduo, a previsão, a riqueza, as posições de prestígio. A família ficou em desvantagem frente à posição

que a indústria adquiriu, pois a indústria passou a oferecer melhores recompensas, que agora passaram a ser do indivíduo e não do grupo familiar. Isso é um paradoxo, pois o grupo familiar que conhecemos surge concomitantemente ao conceito de indivíduo. As novas ocupações foram ajustadas às capacidades dos indivíduos e assim os libertaram de muitas outras obrigações, cargas e influências familiares.

Houve uma inversão nas posições familiares diante das instituições econômicas. Na situação tradicional, o status que o indivíduo tinha no grupo familiar estabelecia sua posição na atividade econômica (seu valor no mercado de trabalho). Esse status não só proporcionava valor social, mas também era o fator que o situava no grupo familiar. A família perdia o controle total sobre o indivíduo. Os jovens já não dependiam de herança para garantir o futuro. Isso para as classes sociais que deixavam herança. Logo a independência econômica impossibilitou o velho sistema familiar. Desarticulou-se a estrutura hierárquica que perdeu a justificativa tradicional eliminou assim as bases da autoridade. A família não desapareceu, passou a ser composta pelo independente. Há quem diga que esta forma de família existia desde a antiguidade, mas na pré-industrialização e na industrialização e urbanização, a sobrevivência da forma patriarcal foi afetada – criou-se a forma conjugal, com redução de filhos.

Embora este tipo de família já existisse na sociedade pré-industrial a industrialização e urbanização tornou difícil a sobrevivência da família tradicional, entendendo aqui que “a família tradicional” era um modelo predominante de família tal como assumido por uma dada classe social, e não necessariamente de um conceito unitário de família que valesse para todas as classes. De todo modo “a” família tradicional era um modelo ideologicamente prevalente que é tomado como metonímia da parte pelo todo. O que está em concordância com Goode (1979), este assevera que as sociedades que pretendem uma rápida industrialização pagam com transformações familiares. Nesse sentido a transformação agora já não é vista apenas como uma “mudança”, um “novo modo de ser”, um “modo diferente de ser”, mas passa a ser também um “preço”, um “custo”, um “ônus”, a exemplo do que vem ocorrendo na China nesse início de século XXI.

Na sociedade industrial, o modelo de família foi mudando para estrutura mínima, característica da família conjugal perfeitamente adaptada (“perfeitamente adaptada” pode ser entendido como “não entrar em conflito com”) à sociedade industrial. A estrutura mínima se restringe a dois fatores: ao número de filhos e a ausência de outros parentes. Houve as transformações em relação ao exercício da sexualidade, obviamente abrindo-se para práticas de controle de natalidade que não eram praticadas.

Ao nível da redução do número de filhos, ainda na sociedade industrial, estes deixaram de representar força de trabalho e potencialidade para aumentar o patrimônio familiar no que se refere às propriedades ou continuidade do nome da família. Essa era uma oportunidade para as famílias numerosas que viam nos filhos uma força de trabalho a mais. A redução do número de filhos que vêm ocorrendo gradativamente desde a industrialização até a atualidade põe uma questão importante – qual o significado que os filhos têm para os pais? Talvez até esteja surgindo uma cultura de “filhos únicos” em determinadas classes que “tudo” têm e, em certa medida, “tudo podem”, mas talvez não necessariamente tenham o que mais precisam, nem possam o que mais tem eficácia na transformação do real. O fato é que o individualismo, não implica necessariamente em mais individualidade nem tampouco autonomia. As crianças podem ser ao mesmo tempo mais individualistas e mais regredidas, necessitar mais do outro. O que seria um paradoxo interessante, necessitar mais dos outros, mas estar mais centrado em si, menos aberto para os outros. Em verdade, os filhos, com as transformações passaram a representar prolongados gastos e consumos, até então diluídos na extensão das grandes famílias. Com o capitalismo não há mais necessidade de muitos filhos, pois com muitos filhos há pouca chance de riqueza. Nesse sentido a estratégia mudou, pois os muitos filhos para trabalhar na roça poderiam dar mais lucro, mas formar muitos filhos médicos é dispendioso, mesmo que supostamente pudesse vir a dar lucro no futuro. Assim a questão também muda, ou seja, para quem trabalham os filhos agora?

Com a entrada do capitalismo a oportunidade de riqueza ficou ainda menor para a maioria da população, apesar de pensadores afirmarem que desde o feudalismo a oportunidade de riqueza era só para quem nascesse rico e que o capitalismo gerou mais mobilidade social (se ele não propagasse isso não teria sucesso). Contudo, esse sucesso e mobilidade genéricos escamoteiam o avanço na capacidade de expropriar e pauperizar também, logo, menos filhos representam menores despesas e alguma possibilidade de poupar.

Essas reduções de funções do grupo familiar criaram novas instituições com funções até então reservadas à família, como as creches e foram interpretadas como evolução, ou seja, as sociedades, ao longo do desenvolvimento se diferenciam e se especializam. Assim a família da sociedade industrial ficou com dois encargos: procriação já reduzida e sustentação do equilíbrio emocional dos adultos.

O que se vê é que a família moderna ou conjugal deveria cumprir adequadamente as tarefas ou funções sociais básicas, precisamente por esta estrutura mínima e sexual diferenciada. Nela homem e mulher ganharam diferentes tarefas, bem como posição e autoridade. À mulher, além da tarefa doméstica ficou a tarefa da educação prolongada. O

marido ficou como provedor da família, o que o fazia ocupar uma posição de destaque no exterior da família. **Era sua função fazer ponte entre família e sociedade.** Logo ele era o transmissor das regras sociais aos membros da família, ou seja, cabia-lhe transmitir que o exterior tinha certa ordem de funcionamento. Logo o pai **servia de modelo aos filhos, e os orientava.**

A importância da herança patriarcal reduziu-se, mas manteve-se, talvez tenha se reduzido em termos da extensão dos domínios do pai-chefe do clã para os do pai-chefe da família nuclear burguesa, mas, ao mesmo tempo se intensificado em função de figura identificatória mais direta, já que no clã muitos podem exercer as funções de pai também, entretanto tenha reduzido o tempo com a família, visto que passava a maior parte do tempo trabalhando fora de casa.

O suposto ajuste à sociedade industrial reduziu o caráter localizado sedentário da família na época da industrialização que passou a estimular seu movimento de um lugar para outros lugares onde o desenvolvimento econômico estava avantajado. Frente à competição que se instalava na sociedade moderna, trasladava-se com mais facilidade uma família reduzida. A esposa ficou com a tarefa explícita de administrar o lar de forma eficaz tornando-se simplesmente uma auxiliar do marido.

Com Goode (1979) é possível compreender que a ideologia dominante retratava a imagem real da família da modernidade. Em síntese, na configuração da família ideologicamente desenhada, contava que o casamento era objetivo tanto por parte do homem quanto por parte da mulher; a relação matrimonial era baseada no afeto e na escolha pessoal; o êxito no casamento era a felicidade de ambos os cônjuges; os melhores anos eram os da juventude; crianças deveriam crescer num mundo infantil sem participação no mundo dos adultos; atividade sexual apenas dentro do casamento; os papéis de homem e da mulher deveriam gozar de mais status. Essa era uma visão simplificada da família conjugal, cujas funções não eram tão claras e tão bem definidas. O modo predominante de organização da família também não foi tão bem ajustado à sociedade industrial como fazia acreditar a ideologia dominante naquele momento. Ainda, segundo Goode (1979) a família não ficou isolada dos parentes, ao contrário, a tecnologia fez superar a distância espacial. Para ele a interação se manteve dentro de uma nova forma, embora a estreiteza dos laços gerasse desavenças e conflitos.

Nesse sentido, Freud, em *Mal estar na cultura* (1930), considerou que o mesmo progresso que cria o telefone é o que cria a necessidade de pessoas se distanciarem para irem trabalhar ou estudar em lugares distantes; nessa linha de pensamento não seria tanto que as

distâncias apenas possam ser superadas, de fato as distâncias também são geradas pelo próprio progresso e tecnologia. A família conjugal desempenha duas outras funções: uma voltada para o interior da família, ou seja, projetos para o futuro e outra mais exterior, por meio dos laços familiares, manterem a sociedade. Esta última pela via da escolha do parceiro conjugal e utilização de serviços de educação para os filhos. A seleção do cônjuge estava baseada nos níveis sociais que deveriam ser próximos, bem como a educação dos filhos obedeciam ao critério de posição social, logo, econômico.

A família nuclear foi o protótipo de família da sociedade industrial, entretanto o mesmo modelo não foi adotado por todos. No que se refere a família refletir as características essenciais da sociedade que faz parte, as transformações ocorrem de maneira diferente no interior de cada grupo familiar: “Pode-se afirmar que a família é o resultado e o sustentáculo de um tipo de sociedade, a célula onde se reproduz uma parte importante das características no contexto global.” (Goode, 1975, p. 70). Logo, pode-se dizer que não só o modo de organização da família reflete um dado modelo sócio-econômico, como também o modelo sócio-econômico sofre ainda influências do próprio modo de organização da família, tal qual uma estrutura com relativa autonomia e/ou leis próprias de funcionamento.

Com isso, o autor fez uma análise importante em relação às mudanças nas formas de estrutura da família até a década de 70 do século XX. Acrescentou especialmente que nas sociedades pré-industriais as famílias dos estratos sociais mais inferiores não seguiam o modelo extenso. Na sociedade industrial, os grupos desviantes foram os grupos de famílias de níveis mais altos (família burguesa). Seria o caso de explicar porque as famílias burguesas passaram a ditar o modelo cultural. De qualquer forma, parece que a família de mandataria passou à submissão, nesse caso, aos processos tecnológicos e econômicos. Logo, se em um grupo familiar, mesmo que extenso, tivesse relações estreitas com alguns desses dois processos, ela poderia sobreviver e se afirmar com bases nos interesses sócio-econômicos e isso conduz a pensar que de alguma forma a família pode sobreviver e se afirmar com base nos interesses sócio-econômicos e que estes são fatores de manutenção da família e não de sua dissolução conforme alguns críticos do capitalismo.

1.3 Novas estruturações, novos enfoques

A “crise da família” trouxe inúmeras transformações na maneira da família se estruturar como as “Comunas” no início da industrialização (Goode, 1975). Especialmente as

que se produziram nos E.U.A, União Soviética e China. Nas “comunas” as pessoas vivem num sistema comunitário, a exemplo da “República de Platão” – nem sempre de fácil convivência. Além de que não se dá no modelo tradicional e também são afetadas pelo sistema econômico como na China e Rússia que entraram no capitalismo mais recentemente. No caso, o casal chinês pode ter apenas um filho. Entretanto o fator de influência mais importante nas transformações da família moderna de modelo conjugal foi a Revolução Industrial que impôs adaptações de acordo com o nível social, ainda que essa revolução possa ser considerada um momento dentro do próprio quadro da modernidade. Como tais transformações foram rápidas e profundas, necessitaram de uma ideologia que oferecesse o suporte para a existência de uma família adaptável .

Horkheimer (1970) citado por Goode (1975), ao falar de autoridade e família nos idos de 1936, anuncia que a civilização moderna emancipou a família burguesa em detrimento do indivíduo, e este fato causou mal-estar no interior da família, todavia esta proposta contém uma contradição em relação à proposta do modernismo, que era a liberdade do indivíduo. Neste aspecto a família continuou sendo como nos tempos feudais, quando imperava certa irracionalidade com base no “princípio do sangue”. Isso quer dizer que a sociedade moderna nasceu com alguns elementos irracionais – como o domínio do princípio do cálculo e da livre troca e a lei vigente era a da oferta e procura. Logo, a família moderna sofreu as contradições dessa sociedade ao adotar uma estrutura pseudo-feudal: libertou o homem da servidão da casa alheia (feudo) mas este não se tornou senhor na própria casa, pois continuou na servidão, mas agora ao capitalismo. Esta tese é aparentemente distinta do tema de Ariès (1973) e de Figueiredo (2002) – nas quais a civilização moderna justamente foi o que criou o conceito de indivíduo ligado à privacidade. Portanto, a família moderna seria o lócus de subjetivação que instaurou o conceito de indivíduo que conhecemos.

A sociedade industrial, desde seu início fez pressões sobre a família conjugal afetando sua espontaneidade, na comunicação íntima e na realização pessoal, favorecendo novas formas de estruturação familiar. A família conjugal foi se tornando permeável a influências externas. Ao ser pega pela pregação à igualdade de direitos entre homens e mulheres, foi capturada por movimentos reivindicatórios dos setores sociais mais explorados. Segregada sofreu influência da evolução tecnológica e do consumo exacerbado. Valeu-se de novos modos de organização como a monoparentalidade, a homoparentalidade e a biparentalidade (Roudinesco, 2003) para dar conta de suas necessidades vitais e a partir disso apresentou algumas contradições.

O matrimônio apoiou-se na relação afetiva do casal (amor romântico). Ao dar segurança emocional aos cônjuges, manteve a mulher num papel subserviente. A socialização das crianças passou a ser função da família, que ficou como a transmissora da tradição cultural e de oferecer um espaço para as gerações se encontrarem (responsabilidade social prioritária para com os processos de subjetivação e/ou individuação), vivenciando propostas de liberdade e igualdade. Ainda as suas relações se restringiam aos adultos à sua volta, embora tenha havido uma distinção mais marcada entre adultos e crianças e todo um conceito romântico de infância veio à baila (Ariés, 1978). Entretanto, a contradição mais marcante foi observada em relação à mulher, pois a industrialização, com necessidade de contingente maior de mão de obra, proclamou a igualdade entre os sexos, mas discriminou-os quanto a oportunidades de trabalho e remuneração. Não foram dadas condições adequadas para que a esposa compatibilizasse sua dupla atribuição: profissional e doméstica.

Um segundo momento da revolução industrial deu origem à sociedade pós-industrial, que teve como impulsor da nova revolução a energia atômica e seus diversos usos. Também a informática que concretizou novas formas de comunicação trouxe conseqüências que se apresentam de diferentes formas.

Cientistas sociais consideram um exagero falar em revolução social. Para eles está ocorrendo uma continuação e acentuação de tendências, características da sociedade industrial. Tudo isso oriundos das inovações científicas e técnicas que nada alteram a desigualdade de desfrute das conquistas advindas daí, o que pode ser considerado sensato.

Tais transformações em relação à família, impostas pelas inovações técnico-científicas no campo da cultura dirigem novas formas familiares – uma nova maneira de ver, valorizar e julgar as pessoas e suas relações.

Com a primeira Revolução Industrial o trabalho foi exaltado como forma de ascensão social em oposição aos laços de sangue do período feudal que garantia herança nobre e a perpetuação do poder, mas não o trabalho como o esforço produtivo da classe trabalhadora. Houve exaltação da Ética individualista pautada na prosperidade pessoal como dom gratuito de Deus. Na sociedade pós-industrial a exaltação mudou de direção quando ócio e consumo “(...) receberam uma alta valorização e busca-se com empenho todo tipo de novidades, como a moda no vestir, às mais superficiais, às do tipo vivencial mais pessoais e íntimas” (Goode, 1975, p. 88).

1.4 Considerações acerca das mudanças na família

A família tradicional (pai, mãe e filho) predominou ao longo dos séculos. Segundo estudos de Ariès (1978), a iconografia revela sentimentos de família a partir do século XV: “Ora, esse sentimento tão forte se formou em torno da família nuclear...”. (Ariès, 1978, p. 223) e perdurou até meados do século XX. Entretanto a família conjugal, em poucas gerações, encontra-se em transformação e também se vê atacada e criticada. Apesar de o projeto ideológico ter alcançado um ápice (das diferentes formas históricas), em alguns países a família moderna apresentou e apresenta muitos traços das formas anteriores, especialmente da família patriarcal. Isto é, há predomínio da estrutura homem-chefe-pai.. Mas a família moderna por definição é conjugal, e não mais patriarcal.

Os críticos da família atual estão atrelados às críticas à sociedade global. Existem ainda as críticas que propõem como modelo de família ideal, retificados alguns desvios, o modelo patriarcal e hierárquico, portanto o modelo tradicional. Uma das formas de fortalecer este modelo seria a interferência dos mais velhos nas escolhas de amigos e cônjuges dos mais jovens.

Para sociólogos evolucionistas (Goode, 1975), a família como se apresentava no início do processo de modernização se constituía numa limitação, mas “(...) a instituição familiar está necessitada de uma readaptação fundamental, pois até agora orientava a personalidade de seus membros para a produção e hoje necessita convertê-los em bons consumidores”. (Goode, 1975, p. 96). A sociedade industrial foi duramente criticada por ser desigual, discriminatória e dominada por valores quantitativos da economia e tecnologia, em especial foi criticada por adaptar a família a essas exigências. Todavia a família como mecanismo de controle social está longe de desaparecer.

Na sociedade pré-industrial, pré-capitalista a família tinha essa função de controle social, pois era ali que o indivíduo exercia toda sua atividade (propriedade, trabalho e lazer). Já com a família conjugal o controle social ficou reduzido, mas ainda era exercido em função do interesse social, em ações tais como influenciar e orientar a personalidade das crianças para o convívio na sociedade. Também monitorava os casais ao atribuir-lhes recursos e fixar-lhes as atividades.

Um dos descontentamentos da sociedade com a família atual, é que ela não controla o comportamento de seus membros e ainda favorece desvios. Nesse tipo de discurso social, a família de vítima passou a algoz. O que é uma hipocrisia, pois a família é só uma parte do todo. O sentido da “falta de controle” também é controlador, seja pelo medo puro e simples

que também gera consumo de produtos de proteção e vigilância, ou pela eleição de heróis salvadores que venham a matar o dragão que é amedontrador. Nesta dimensão de culpabilização da família, as ciências humanas e da saúde anunciam que a família deve recuperar sua eficácia e inclusive aumentá-la, porque está colocando em risco a própria estrutura social.

Por outro lado, se a barbárie ainda não se instalou pode ser em conseqüências do controle e repressão que a família ainda conserva e impõe aos seus membros, pois é no seu interior que se dão as primeiras experiências de obediência. Porém a debilidade do papel da família enquanto agente de controle social se assenta nas transformações ocorridas nos papéis familiares. Em especial aqueles derivados da figura do pai têm sido amiúde, objeto de especulações (em detrimento das também óbvias mudanças no papel de mãe).

A função do pai no interior dos modelos de família tradicional e conjugal era a socialização das crianças pela via da estruturação básica da personalidade, conforme será tratado subsequente neste trabalho, segundo a teoria psicanalítica freudiana. Sendo que, a importância disso visava sempre os papéis a desempenhar posteriormente como adulto na sociedade, desde que se estabeleceu com mais clareza a distinção entre adultos e crianças, e estas como seres especiais com modo próprio de ser, e ao mesmo tempo como seres incompletos que deveriam vir a se tornarem completos como adultos bem desenvolvidos (Ariès, 1978). Em especial a psicanálise tem destacado que o pai é o mediador entre criança e sociedade, transmitindo as leis desta última. Se o homem, a sociedade, a família mudaram, o pai também mudou.

1.5 O lugar do pai mudou com as transformações na estrutura familiar

Hurstel (1999), da escuta empreendida junto a homens, operários da Peugeot na França, no período de 1970 a 1980, percebeu diferentes modalidades no exercício da “Função Paterna”⁵ nesta situação específica. Homens emigrantes da região de Monbéliard testemunharam *in vitro* a transformação histórica da paternidade. Segundo a autora os êxodos

⁵ Função paterna: expressão cunhada por Lacan (1938) a partir do conceito freudiano de Complexo de Édipo; especialmente elaborado nos seus estudos sobre a psicose designa uma operação que introduz um terceiro que desestabiliza um idílio dual, fazendo surgir a falta, o desejo e um sujeito, onde antes havia a completude total e um objeto. Trata-se de função não relativa ao pai biológico necessariamente, nem tampouco necessariamente ao próprio homem, podendo a mãe também exercer a função paterna desde que ela mesma, na melhor das hipóteses, tenha sido interdita pelo próprio pai, ou o pai internalizado de sua própria mãe. Trata-se de “funcionar” como agente que estabelece limites e proporciona leis morais.

rurais ocorridos em terras francesas transformaram radicalmente, a partir de meados do século XIX, a família, a imagem do pai e o exercício de sua função.

Fez um percurso histórico/sociológico do Direito do pai com o objetivo de compreender as transformações dessa instituição. A tarefa parte de um levantamento nos escritos dos especialistas de famílias no período compreendido entre 1942 até 1999, data da edição do livro. Para a psicanálise o pai ocupa a função de estruturar a subjetividade. Para os sociólogos, historiadores, juristas, etnólogos, pedagogos este papel é ocupado pelo campo social. Constatou que o pai era o grande depositário, da função psicológica (influenciar a formação do caráter das crianças) até o papel familiar de orientar todos. Sua primeira descoberta foi que a paternidade passou por várias etapas e rupturas que vêm transformando há cem anos o lugar que o pai ocupava na família.

Segundo Hurstel (1999) os estudos que antecederam a pesquisa apontaram o espaço do pai como um espaço fronteiro e sendo, portanto necessário reconhecer seus contornos e limites. Parte de Lacan (1938) quando este abordou “o declínio social da imago do pai” e articulou este à História no que esta evoca a dimensão imaginária de uma perda e delinea o crepúsculo do pai ocidental. O texto *Complexo Familiares* de Lacan (1938) esboça que o povo judeu foi eleito para ser o defensor do patriarcado, cuja luta foi convulsiva contra a sedução a cultos maternos. Na história dos povos patriarcais observa-se a sociedade firmar suas exigências na universalização dos ideais. Isso atestou progressos jurídicos iniciados na Roma Antiga do poder e privilégios morais de um patriarcado. Assim, a tradição dos casamentos idealizados em conjunto com a exaltação pelo cristianismo refletiu na estrutura da própria família. Segundo Lacan, no século XV, estes fatos reverteram em benefício do casamento, dando um passo decisivo para a estrutura moderna de família e contribuindo para que a família reduzisse a seu agrupamento biológico. Entretanto salienta que os liames familiares foram se afrouxando no ápice do progresso cultural e aí teve o início do declínio social da imago paterna. Nesta dialética sobre a família conjugal, faz referência à vida americana como a coletividade que mais sofreu os efeitos do progresso, ou seja, concentração econômica e catástrofes políticas.

Walter Benjamin⁶ ateu-se à perda da memória que daria acesso à História, portanto aos referenciais. Trata-se do que ele denominou o fim das memórias e das narrativas

⁶ “Especialmente dois ensaios de Benjamin tratam deste tema: *Experiência e pobreza*, de 1933 e *O narrador*, escrito entre 1928 e 1935. Eles iniciam com descrições semelhantes para chegar a conclusões que podem parecer opostas, contraditórias até. É a presença desta oposição que nos assinala, justamente, a gravidade da questão colocada. Ambos ensaios partem daquilo que Benjamin chama de perda ou de declínio da experiência (*Verfall der Erfahrung*), isto é, da experiência no sentido

tradicionais e compreendeu que essa perda trata dos referenciais que simbolicamente eram transmitidos de pai para filho nas narrativas, ou seja, “(...) tradição compartilhada por uma comunidade humana, tradição retomada e transformada, em cada geração, na continuidade de uma palavra transmitida de pai para filho” (Gagnebin, 2001, p. sem numeração). Benjamim conclui que o fim das narrativas culminou com a segunda guerra Mundial, pois os sobreviventes voltaram mudos uma vez que a experiência vivida nas trincheiras não tinha palavras que pudessem dar uma significação possível, um acesso ao simbólico.

Citada por Tenzer (1991), Hanna Arendt está de acordo em relação à perda de memória histórica. Ela se refere à destruição da memória do passado como um fato que explica a crise da autoridade atual. Para ela essa seria uma marca arquetípica do fim das referências, o que explicaria, sem dúvida, a crise da figura do papel de pai, tão presente no discurso contemporâneo. Na verdade parece tratar-se de um declínio social que desencadeia uma crise das referências, que, por sua vez subsidia o desconforto contemporâneo. É nesse sentido que a pesquisa de Hurstel (1999) com os operários da Peugeot interessa.

Hurstel (1999) parte da genealogia como uma fronteira da filiação a partir de que a criança recebe um nome – o sobrenome do pai. Daí que a função do pai, nas vertentes social e genealógica tem respaldo simbólico no Direito, resultando um sujeito ancorado em elementos identificatórios bem antes de nascer. Mas também é preciso que o que foi inscrito (memórias) lhe seja transmitido. “Sendo ainda necessário que ele possa se apropriar desses nomes e explorá-los, nomes que são os seus e que a lei, sob os auspícios da qual nasceu, lhe seja anunciada” (Hurstel, 1999, p.19).

Ainda, em seu ponto de vista uma segunda vertente genealógica diz respeito à fala, pois ao nomear pai e mãe no espaço familiar se encena concretamente o Édipo – prontuário da subjetivação, do nascimento do sujeito desejante.⁷ Do levantamento histórico, social e do Direito, a pesquisadora supra citada deduziu o seguinte sobre a transformação da instituição pai: houve redução, depois desaparecimento do poder social do pai; predominou uma imagem

forte e substancial do termo, que repousa sobre a possibilidade de uma *tradição* compartilhada por uma comunidade humana, tradição retomada e transformada, em cada geração, na continuidade de uma palavra transmitida de pai para filho. A importância desta tradição no sentido concreto de transmissão e de transmissibilidade é ressaltada, em ambos ensaios, pela lenda muito antiga do velho vinhateiro que, no seu leito de morte, confia a seus filhos que um tesouro está escondido no solo do vinhedo. Os filhos cavam, mas não encontram nada. Em compensação, quando chega o outono, suas vindimas se tornam as mais abundantes da região. Os filhos então reconhecem que o pai não lhes legou nenhum tesouro, mas sim uma preciosa *experiência*, e que sua riqueza lhes advém desta experiência” (Gagnebin, 2001).

⁷ O desejo do sujeito nasce a partir do desejo do Outro. Esse outro pode ser parental ou social. Ao ser nomeado pelo outro ele é nomeado no desejo do outro. Se o humano é dependente de amor conforme a obra freudiana, o fato de ser nomeado pelo outro, o funda como sujeito, pois é desejado (amado pelo outro). Logo também passa a ter o próprio desejo – sujeito da ação do desejo (sujeito desejante). Minimamente ele desejará ser desejado pelo outro.

social desvalorizada; a figura do pai ideal do século XIX foi deslocada; a posição do pai se multiplicou na figura de vários homens, provocando uma disjunção das funções em pai genitor, pai legal, pai provedor e pai educador; a família se diversificou em monoparentais, recompostas, concubinatos, família conjugal urbana estável; e ainda o estado de direito passou a garantir a reprodução assistida por meios tecnológicos (Roudinesco, 2000).

Isso faz referência ao período histórico atual em que a psicanálise põe em questão a simbolização do incesto, para as crianças que nascem atualmente. Será que existem “(...) terceiros simbólicos que estejam em posição de representar a Lei da interdição do incesto na relação inicial de fusão à mãe?” (Hurstel, 1999, p.22). Certamente, se a própria mãe tiver em si a Lei, será ela a primeira a querer interditar o incesto. Ainda que a autora se declare não alarmista com a morte da paternidade tradicional e com a autoridade que o pai possuía, se preocupa que a função simbólica do pai seja assegurada: “Função que diz respeito não ao autoritarismo ou a uma posição social de poder, mas à eficiência de uma Lei, a do parentesco, a da palavra daqueles que a representam” (Hurstel, 1999, p. 22).

Aqui cabe perguntar se o declínio é do pai ou declínio de uma sociedade? Que representação de pai temos hoje? A resposta mais freqüente é que temos pais idênticos às mães; pais que se tornaram múltiplos. Aqui há um detalhe interessante a ressaltar – a mãe no discurso atual parece permanecer como ser único e imutável. É como se somente a paternidade fosse passível de mutação e a maternidade não se modificasse jamais. E influenciados pela mídia, nas representações atuais o pai parece evoluir para um modelo materno. Diante de inúmeras campanhas publicitárias com “pai trocador de fraldas”, numa analogia, o pai vem assumindo todos os cuidados higiênicos em relação ao filho, até então reservados à mãe.

Do levantamento histórico do que se falou e escreveu sobre a paternidade no século XX, a autora destaca as contribuições de Jacques Lacan e o que ele acrescentou ao debate. Para Hurstel (1999), Lacan promoveu uma ruptura epistemológica quando elaborou os conceitos de “função do Nome-do-Pai” e de “forclusão”⁸. Ou seja, o pai, por omissão, ou por não facilitação da mãe, ou mesmo qualquer outro motivo não entrou em cena dentro de prazos eficientes. Logo, a forclusão de seu nome, diz respeito a um fracasso simbólico – não inscrevendo, assim, a criança no processo edipiano. Essa forma de ver a paternidade rompe

⁸ Forclusão ou forclusão: No alemão é *Verwerfung*. No texto freudiano (Homem dos Lobos) esse termo significa uma negação da castração. Para Lacan se refere a um significante – aquilo que foi rejeitado no campo simbólico, não foi inscrito, logo não pode mais voltar, como não acontece com o que foi recalçado. Trata-se de forcluir o Nome-do-Pai. (Chemama, 1995)

com a função de pai em termos de condutas ou de papéis desempenhados objetivamente no grupo familiar.

A autoridade do pai relacionada ao que constitui um sujeito é antes um princípio que inscreve a criança numa ordem humana instituída, a dos nomes: e em primeiro lugar os que sustentam seu lugar em uma genealogia, a sua. Com isso, a relação ao Nome-do-pai é também o que introduz o ser humano no sentido da morte. Situar a teoria de Lacan no contexto da história das idéias é mostrar sua condição inovadora dando conta da fragmentação inédita da paternidade e do que é essencial ao pai. Mas é também indicar seus limites. (Hurstel, 1999, p.48).

A partir da historicidade da representação do pai levantada pela autora desde o século XIX, é possível dizer que há duas vias de estudo: uma que parte do grupo e da coletividade (antropologia e sociologia) e outra que parte do indivíduo na qualidade de ser psíquico (psicanálise): Édipo, imago do pai, função paterna e superego, bem como sua importância no desenvolvimento psíquico da criança.

O campo mais explorado é o campo social e histórico, em detrimento de pesquisas que investigam as incidências subjetivas das transformações sociais da paternidade. Com Hurstel (1999), entretanto a perspectiva das transformações sociais na subjetividade é observada. Em especial ela estudou a questão da simbolização do histórico, do social e do cultural dos sujeitos, cujas entrevistas eram relativas à representação deles sobre paternidade. Levou em conta que o sujeito se apropria da história, da sociedade e da cultura pré-existente a ele, contando com a transformação que faz ao colocar um novo discurso e um novo ato em troca.

Por ser a paternidade um campo conceitual complexo fica exposto a uma série de deturpações. Para a autora, a mídia faz uma escansão⁹ com o termo “novo”, para designar um novo pai, porque acentuar isso é um argumento de venda em forma de revistas femininas. Na verdade tais imagens não subsistem à luz de pesquisa sociais e humanas.

As origens da pergunta “o que é um pai?” encontram resposta nas transformações econômicas, sociais e familiares dos séculos XIX e XX. Estas transformações abalaram a convicção do que é ser um pai e foi na Viena do final do século XIX que Freud elaborou o conceito de Complexo de Édipo, coração da paternidade, e de onde entreviu que mais além da imagem do pai, está a função do Pai.

Segundo Hurstel (1999) a noção de pai não pode ser reduzida do seu papel, nem às representações ou às imagens, nem mesmo à sua função psicológica ou social. Sob seu ponto

⁹Escandir: Acepções verbo transitivo direto 1 medir (versos) contando as sílabas longas e breves; transitivo direto 2 dar destaque às sílabas de (palavra, verso) ao pronunciá-las Ex.: falava devagar, escandindo as sílabas (Houaiss).

de vista o conceito está por ser descrito, organizado e hierarquizado. Em especial, qual a sua importância na constituição do sujeito. Acrescenta que a contribuição teórico-prática da psicanálise reconhece a paternidade como dado familiar ligado à pessoa, e a função simbólica distingue-se do papel na medida em que os pais são os representantes ou suportes simbólicos.

A função paterna permite, em seu princípio, um modo inicial de estruturação do sujeito em sua relação com a linguagem. A psicanálise nos ensina a definir esse modo como o de um corte simbólico do laço primordial que une a criança à mãe por meio de um nome – o do pai, que representa a aliança – outra filiação que não é a da mãe. O pai é, na teoria psicanalítica, colocado não exclusivamente, mas é um princípio separador. (Hurstel, 1999, p. 61).

A instituição da paternidade no texto e discurso jurídico a partir do século XIX se dá bem antes da criança nascer, pois um conjunto de regras determina quem é pai e quem é o filho, situando cada um em seu lugar simbólico. Entretanto permanece uma pergunta: “Que critérios fundamentam a paternidade”? Seriam os critérios biológicos ou a lei?

Para responder tal pergunta, Lacan (1938) recua à Antiguidade Clássica. Remete-nos a Durkheim que demonstrou na família romana, por meio do exame de nomes de família e sucessão que três grupos se distinguem. Há aqueles em que aparecem a *gens* (amplo agregado da origem paterna); há a família agnática (reduzida e fechada) e a família que submete à autoridade do avô todos os casais conjugais, bem como seus filhos e netos.

As formas primitivas de família têm os traços essenciais de suas formas acabadas: autoridade, se não concentrada no tipo patriarcal, ao menos é representada por um conselho, por um matriarcado ou seus delegados do sexo masculino; modo de parentesco, herança, sucessão, transmitidos às vezes distintamente (Rivers), segundo uma linhagem paterna ou materna. Trata-se aí de famílias, quanto mais primitivas são, não apenas um agregado mais amplo de casais biológicos, mas, sobretudo um parentesco menos conforme aos laços naturais de consangüinidade. (Lacan, 1938, p. 14).

Conforme Parseval (1986), algumas famílias primitivas, desconheciam os laços biológicos do parentesco. O parentesco era reconhecido por meio de ritos que acabavam por legitimar a consangüinidade, em que pese contra provas de que alguns agrupamentos se davam por motivos que podem ser considerados como políticos.

Ainda com relação aos determinantes da paternidade, o progresso técnico-científico do século XX pode determinar se o pai (função social e psicológica) é o genitor (biológico). Todavia se a natureza se apressa em designar quem é o genitor, na atualidade a Lei designa quem será o pai. Entrementes as leis existirem sob condições específicas, ligadas às condições econômicas, geográficas, políticas de uma sociedade em dado momento histórico “(...) o

pátrio poder já não é um direito “natural” como no antigo Regime. Seus fundamentos são sociais: o grau de poder concedido aos pais é instituído em cada sociedade de acordo com as necessidades que lhe são próprias”. (Hurstel, 1999, p. 110).

Está confirmada a complexidade do conceito, pois é possível observar quatro modalidades do exercício da paternidade atualmente: a de genitor; a de educador e provedor e a da transmissão dos nomes e dos bens (Hurstel, 1999)¹⁰. Do levantamento histórico empreendido nas transformações da paternidade a autora se deparou com os direitos conquistados no século passado, tanto da criança quanto da mulher e comenta que a cada passo dado na direção destes, o *pátrio poder* ia diminuindo. Refere que a reforma da Lei francesa de 1970 inaugurou a ruptura observada na paternidade contemporânea, pois, entre os enunciados dos Direito da Família a paternidade adquiriu a noção mais de função a ser assumida que de poder a ser exercido, e o interesse da criança passou a ser o vetor principal da função parental. Contudo isso não é da mesma ordem daquilo de que trata a psicanálise. Não se pode legislar sobre o Édipo, tal como Freud o concebe. Mas isso será tratado nos capítulos que se seguem a esse. Além disso, tomou vulto o especialista em crianças no apoio aos pais. Entrou em cena a figura de linguagem “carência paterna”, que seria a carência que alguém tem de ter um pai.

Ainda na França, em 1987, a lei da “autoridade parental conjunta” instituiu que pai e mãe devem se diferenciar de casal conjugal. Essa lei reconhece que os pais continuariam com direitos e deveres no caso de refazerem suas vidas afetiva e sexual por conta de separações. Essa lei, mais que legislar sobre a paternidade pareceu resgatar, ainda que de forma tênue, frente ao poder do pai da família patriarcal, a representação simbólica do “poder parental” ao pai em forma de direitos. No Brasil a guarda compartilhada¹¹, embora viesse sendo praticada por jurisprudência, teve regulamentação recente, e sancionada pelo presidente da República em 13 de junho de 2008 está a caminho do ordenamento jurídico brasileiro.

Ao acompanhar esta historicidade das reformulações do Direito da Família é possível identificar a história do significante “pai”. Por significante se deve entender que é uma seqüência acústica ou gráfica que pode assumir diferentes sentidos. Contudo Hurstel (1999) acrescenta que o significante “pai” é acompanhado da noção lacaniana que permite pensar a paternidade como o enigma sexual, ou seja, o encontro entre homem e mulher. Em especial, paternidade diz respeito à maneira do homem se dirigir à mulher que escolhe. Isso significa

¹⁰ Em referência ao Código civil francês de 1804.

¹¹ Guarda compartilhada significa que filhos de pais separados podem ser assistidos por ambos os genitores com autoridade legal equivalente.

dizer que o homem deve desejar sua mulher porque esse fato se constitui no primeiro elemento separador mãe-bebê. Assim a criança não seria rival ou complementar ao pai e mãe, mas diria respeito ao “desejo do outro” (Lacan, 1956). Não havendo lugar para a criança na relação homem-mulher, resta à criança sublimar, idealizar e se tornar ele próprio sujeito de um desejo. Além disso, há outro mediador na relação pai/filho. Trata-se da relação do homem com seu próprio pai. Foi isso que Hurstel pôde extrair de seus entrevistados: todos tinham no pai um exemplo a ser ou não ser seguido. No caso de não ser seguido, ainda assim a referência era o pai – “não quero ser como meu pai”.

1.6 O declínio do patriarcado, o declínio do pai

A grande crise, ou transformação social da instituição familiar ocorreu com a substituição do modelo patriarcal pelo conjugal, e isso afetou, por conseguinte, a figura da autoridade patriarcal. Entretanto, o esposo, pai da família conjugal conservou características do pai do patriarcado. Na família pequena ele continuou com o poder nas decisões e indiretamente continuou influenciando no processo de socialização da criança. É certo que a família patriarcal está desaparecendo.

Na nova sociedade, a figura do pai se limita a exercer funções internas ao âmbito familiar; suas funções externas, ou seja, as profissionais ou relacionadas com a sociedade são pouco conhecidas para os filhos, que não terão deles mais que escassas referências. (Goode, 1975, p. 103).

Levando em conta a ausência freqüente do pai no lar, imposta desde a industrialização, obviamente que seu papel de orientador, ou mesmo de identificação ficou sob responsabilidade da mãe e especialmente na forma como ela apresentava por palavras (significantes) esse pai ao filho. Na metade do século XX até o final era comum a autoridade paterna ser evocada nas ameaças maternas “Você vai ver quando seu pai chegar, vou contar tudo à ele”. O que se vê é que seu papel ficou restrito à função profissional e sexual sopesando as exceções. Isso foi chamado de despaternização primária e repercutiu na vida e no papel social tanto dos filhos quanto das filhas. As conseqüências disso foram observadas na vida profissional e sexual destes adultos, e ainda influenciaram-nos no modo de lidar com outras figuras de autoridade.

Para o sociólogo Goode (1979), isso pode se constituir numa problemática: a falta de um modelo de varão adulto e profissionalmente ativo leva a uma dificuldade na definição de gênero. Por outro lado, o autor vê uma vantagem: uma sociedade em transformação pode contar no futuro com personalidades não excessivamente monorientadas. Ele parece concordar com uma diversidade de modelos, talvez uma personalidade multifacetada, ou uma colcha de retalhos, ou mesmo uma construção bastante individualizada, visto que os modelos identificatórios seriam muitos.

Por despaternilização secundária entende-se o adulto relacionado a diferentes figuras autoritárias, com desaparecimento ou atenuamento relativo do paternalismo ligado a estas figuras. Isso aponta a possibilidade de uma relação entre os processos autoritários e família/sócio-política, pois não é raro associar experiências autoritárias como a alemã com a falta de autoridade nas famílias atuais. Freud (1921) explica que o indivíduo mantém com o outro semelhante uma dependência afetiva, e nesse sentido uma carência básica de afeto pode capturá-lo para a massa, desde que haja um líder que a envolva em laços libidinais. Isso dá condições de entender que um grupo social não prescinde de alguém que lhe dirija.

Uma sociedade paternalista e autoritária se apoiaria, como primeiro âmbito na família, e como último no Estado, passando por intermediários munidos das correspondentes figuras autoritárias: o mestre da escola, o sacerdote ou pastor da igreja, o patrão no trabalho, etc. (Goode, 1979, p.106).

Com o desaparecimento do paternalismo familiar, os indivíduos se sentem como órfãos e acaba por buscar, irracionalmente, um chefe forte ou tirânico para compensar a posteriori a carência primária. Em *Psicologia de Grupo e Análise do Ego*, Freud (1921) anuncia a facilidade de o sujeito perder sua autonomia na massa e se tornar presa fácil da sugestão de um líder. Isso pode explicar essa tendência no homem, pois que além de necessidade de amor ele é pego por uma necessidade de referência, não importa se o líder é democrático ou autoritário – o que torna qualquer estilo de liderança um modelo identificatório, gerador de um modelo de superego. Em virtude do superego, na psicanálise freudiana representar a herança *mor* da figura paterna, isso, de prontidão apresenta uma questão – que tipo de superego está sendo subjetivado frente às transformações no papel de pai? Essa articulação será feita a posteriori, no capítulo seguinte.

Por outro lado, se qualquer liderança pode se constituir num modelo identificatório e, se isso é verdade, quais modelos estão disponíveis na sociedade atual? Adorno (1950) torna

possível compreender a adesão sem resistência às lideranças negativas, como o povo judeu e alemão aderiu a Hitler.

De acordo com Benjamin (Gagnebin, 2001) e Arendt (Tenzer, 1991) a perda de memória do passado resulta na ausência de referências sólidas, o que expõe o indivíduo a líderes tirânicos, totalitaristas, e facilita a qualquer momento um outro holocausto. Para Adorno (1950), essa ocorrência está facilitada porque existe em determinados homens uma tendência a isso. O ser humano possui uma “personalidade autoritária” latente conforme pesquisas que realizou na década de 40 na sociedade americana¹² latente e isso explicaria as formas de agrupamentos e associações da contemporaneidade. Em *Psicologia de massas e análise do ego*, Freud (1921), apontou os mecanismos inconscientes da idealização, identificação e projeção e afirmou que o indivíduo tende a idealizar o grupo e o líder com os quais se identifica, e a projetar qualidades negativas nos grupos com os quais não se identifica.

A despaternilização primária, como visto anteriormente, torna-se responsável por parte das aglomerações apaixonadas e violentas de grandes massas. Todavia se é possível o desaparecimento do pai em sua função, com o exposto acima é possível pensar que a nostalgia ao pai permanecerá facilitando as adesões autoritárias. De qualquer modo, é possível pensar que os processos subjetivos ficariam prejudicados porque não haveria substituto à altura do pai na subjetivação da autoridade e da lei, porque o que está em jogo é o desejo do pai em relação a uma mulher, ou seja, sua proximidade da díade mãe/bebê.

Com Ceccarelli (2007) a paternidade é entendida como o exercício da função parental onde a educação e responsabilidade em relação à criança existe independente da questão sexual. Todavia para esse autor a organização familiar ideal, que garante uma subjetivação normal, não existe porque isso não depende de um arranjo familiar, mas de como esta organização, o Outro, independentemente de quem seja o protagonista, sustente o bebê. Logo esse Outro é entendido como a estrutura familiar que ajuda o bebê na sua constituição de sujeito. Entretanto, o modelo de pai que trabalha fora e mãe rainha do lar, continua sendo a referência na ordem social e seria moldura de subjetividades sadias. Acrescenta que não é a ordem social, suposta como natural que propõe um modelo, mas sim é o modelo que é construído para manter a ordem social que por sua vez cria o modelo como se fosse natural. Esse fato aponta que as bases da família são imaginárias, que facilita à cultura atribuir o lugar de pai e mãe segundo seu discurso. A própria história testemunha que não há hegemonia nas

¹² Personalidade autoritária: Segundo Adorno e Horkheimer trata-se de fascismo latente de cidadãos comuns da população norte-americana (Carone, 2000). Entretanto isso pode ser entendido como traço da personalidade do homem.

atribuições dessas funções, pois o parentesco até é um fenômeno contingente (se até ele é contingente significa que pode acontecer) em todas as culturas. Como já visto no início deste trabalho são muitas variáveis que criam as diversidades culturais. Apenas um fator é invariável – trata-se da aliança matrimonial, e a partir disso, independente de sexo, inúmeros arranjos para as condições de pai e mãe são observadas (Roudinesco, 2003).

As novas formas de estrutura familiar, segundo Ceccarelli (2007) são influenciadas pelo “imaginário judaico-cristão”, ou seja, o modelo Cristão de família sustenta até hoje a indissolubilidade do casamento, além de preconizar a monogamia e a fidelidade conjugal. Tudo que ameaça seu modelo como o aborto, a contracepção, uniões livres e casamento homossexual fazem parte desse imaginário como algo a ser combatido.

O modelo de união entre duas pessoas no ocidente sempre foi visto como “sagrado” (do cristianismo), pois na interpretação de Santo Agostinho o casamento era de origem divina, ou seja, representava a união de Jesus Cristo com a Igreja. Ao longo dos séculos esta representação passou a ser um valor da moral cristã e se sedimentou como um ideal que sustenta o imaginário da cultura ocidental contemporânea. Um imaginário patriarcal, como o do judaísmo e o da psicanálise evoca um Pai que anuncia a Lei e o “Verbo” (Logos = palavra) que com Ele já estava no “princípio” (“arkhé”). Estes ideais de mundo externo mantêm influências do passado e da tradição que, em conjunto com a autoridade paterna fazem parte do superego (Ceccarelli, 2007). E acrescenta que na verdade encontra-se ameaçados os ideais de uma determinada cultura e somado a esta, a dificuldade de abandonar a posição libidinal que sustenta a representação de família no imaginário judaico-cristão. Em seu ponto de vista os novos modelos de família, além das "ameaças" que provocam, não encontram (ainda) nenhuma representação (*Vorstellung*) pulsional no discurso social para respaldar-se (Ceccarelli, 2007). Este fato remete ao registro simbólico e o que isso pode representar em termos de dessimbolização subjetiva.

2 AS TRANSFORMAÇÕES DO PAI E ATUAL CONFIGURAÇÃO DO SUPEREGO

Há tempos a psicanálise se preocupa com as mudanças na sociedade e com as suas conseqüências para a cultura (Freud, 1930). Seus conceitos se atualizam e continuam ocupando um lugar de destaque para compreensão das transformações que ocorrem no interior dos grupos sociais. Entretanto, o conceito clássico de superego como herdeiro do complexo de Édipo (Freud, 1923) e representante psíquico da autoridade paterna internalizada já não parece suficiente na explicação de formas de subjetivação da lei presentes na atualidade. Esta é a razão deste capítulo.

Para pensar sobre a constituição do superego na atualidade, será rastreado o conceito de superego a partir de alguns artigos de Freud, e será considerada a seqüência cronológica na qual foram editados. O primeiro texto a ser estudado será *As neuropsicoses de defesa* (1894), estudo sobre o funcionamento da vida mental, escrito no final do século XIX, quando estudou a função do recalçamento como defesa. Em seguida serão pesquisados textos metapsicológicos: *Sobre o narcisismo: uma introdução* (Freud, 1914); *Luto e melancolia* (Freud, 1915); *O ego e o id* (Freud, 1923), entre outros que se fizerem necessários. O texto concernente à cultura e suas vicissitudes *O mal-estar na civilização* (Freud, 1930), finalizando com o texto *Moisés e o monoteísmo* (Freud, 1939), articulado mais ao final de sua vida quando Freud ainda buscava respostas para os problemas que observava tanto no homem quanto na sociedade. Como fontes secundárias serão vistos quatro pensadores pós-freudianos que tratam da teoria do superego, iniciando com a psicanalista britânica Melanie Klein (1938), através de seu texto sobre o funcionamento mental. Da obra de Lacan serão usados três seminários, realizados em Paris entre as décadas de 50 e a década de 60, que trazem sua concepção sobre o superego e o imperativo do gozo. Para abordar uma teoria mais contemporânea sobre o assunto, o livro de Cardoso (2002) será utilizado porque trás o teórico Laplanche e sua teoria da sedução generalizada na constituição do superego. Com a finalidade de obtermos uma visão do superego pós-moderno, um texto de Slavoj Zizek (1999) norteará o estudo.

2.1 O superego na obra freudiana.

De acordo com Freud o sujeito se constitui pelo processo de identificação com figuras de autoridade, e dessa relação internaliza a lei. É na experiência triangular pai-mãe-

criança, tradicionalmente conhecida como relação edípica que essa internalização ocorre. Mediada pela figura paterna, a interdição experimentada pela criança deixa como herança a instância psíquica denominada superego - o representante da lei e fundamento da civilização. Entretanto, no cenário contemporâneo, frente às novas configurações da estrutura familiar, a imagem do pai está em mudança. Ele passa a ter papéis e tarefas diferentes em relação à autoridade que representava na sociedade tradicional. Tal definição comporta ambigüidades porque uma função pode ser desempenhada por qualquer outra pessoa, entretanto, nesse caso aponta para novos processos de subjetivação e indicam uma nova economia psíquica gerando um questionamento em relação à estruturação do superego frente à ausência do pai ou ausência de sua função. Em outras palavras, uma das grandes questões da psicanálise no momento é saber quem na sociedade atual, segundo essa teoria, é a autoridade que se constitui no psiquismo como o agente da lei, e por consequência como o agente do superego.

2.1.1 Percurso histórico de Freud na construção do conceito

As imbricações do conceito de processo de introjeção¹³ da lei e da conceituação de superego na obra freudiana revelam-se tarefa complexa. Ao longo da sistematização do conceito, Freud se aproximou da noção de superego ao elaborar outros conceitos como no caso do narcisismo, cujo amor extremado que a criança devota a si mesma e desencadeia um ideal de perfeição, se não for atingido será severamente criticado. Nesse processo de reformulação constante da teoria psicanalítica o conceito de superego esteve presente em vários trabalhos de Freud.

Em *As Neuropsicoses de Defesa* (1894/1994), Freud traz a noção de mecanismo psíquico de defesa que, em tese, constitui a teoria do recalçamento – pedra angular da psicanálise. Freud investiga os processos de defesa nos pacientes com fobia, obsessão e histeria. Os estudos sobre os processos psíquicos e a formação dos sintomas o aproximam de uma outra instância do ego. Nomeia como **clivagem de consciência** o processo de uma idéia incompatível separando-se de seu afeto. Esse afeto ficará disperso e se ligará a outras idéias. Freud refere que o ego em sua tarefa defensiva fica impossibilitado de assimilar uma idéia (representação) incompatível. O traço de memória do afeto ligado à representação que o

¹³ Introjeção: Em Lacan, segundo Chemama (1994), o termo introjeção está sempre ligado ao simbólico, ou seja, há a impressão de um traço significativo, ao passo que a “projeção” é imaginária, logo, a introjeção representa um papel importante na identificação. “Trata-se de processo que consiste em transpor para um modo fantasmático os objetos exteriores e suas qualidades inerentes, nas diversas instâncias do aparelho psíquico” (Chemama, 1995, p.111).

originou não podem ser erradicados. Entretanto, pode se tornar uma representação fraca se o ego realizar a tarefa de retirar a soma de excitação: “A representação fraca não tem exigência a fazer ao trabalho de associação. Mas a soma de excitação desvinculada dela tem que ser utilizada de alguma outra forma” (Freud, 1894, p. 27).

A teoria do recalçamento explicita-se novamente em *A Interpretação dos Sonhos* (1900), com Freud referindo-se à censura do sonho. Observa que o esquecimento dos sonhos é tendencioso e a sua finalidade é a resistência. A lembrança do sonho se dá de forma fragmentada, de modo que a parte mais importante de seu conteúdo é mutilada. Freud reputa à **censura** a distorção do sonho, pois, desde que se tomou conhecimento da sexualidade infantil e de suas manifestações discretas, é possível afirmar que o homem civilizado preserva as formas infantis de vida sexual. Daí se tira a força propulsora para a formação de sonhos. As pulsões sexuais que aparecem no sonho são submetidas a uma vasta supressão pelas exigências da educação cultural.

Em *Atos Obsessivos e Práticas Religiosas* (1907), Freud excursiona pela psicologia da religião e fala da relação entre os cerimoniais religiosos e os atos obsessivos em algumas pessoas portadoras de doenças nervosas. São atos de defesa como medida protetora. O sofredor de compulsões e proibições desconhece o motivo de seu sintoma, mas comporta-se como se estivesse dominado por um sentimento de culpa. Por isso é denominado sentimento inconsciente de culpa. Esse sentimento de culpa origina-se de certos eventos mentais primitivos. É constantemente revivido pelas repetidas tentações que resultam de cada nova provocação. Frente à percepção do impulso proibido surge a **idéia de punição** que pode aparecer sob a forma de um sentimento de ansiedade, como prenúncio de que algo ruim vai acontecer a qualquer momento.

Freud toma a neurose obsessiva como exemplo desse conflito psíquico. Afecção mental em que a repressão de um impulso instintual (componente do instinto sexual) está presente desde a infância. Aqui, Freud fala de **consciência especial** dirigida contra o instinto reprimido. Daí os atos compulsivos e repetitivos nos rituais, esforços psíquicos contínuos para contrabalançar a pressão interna. Da renúncia aos instintos saem bases do desenvolvimento da civilização.

Em *Formulação sobre os dois Princípios do Funcionamento Mental* (1911) encontramos um dos momentos em que Freud vai dar ao superego a noção de **representante da moralidade**. Também distingue os dois princípios reguladores que dominam o funcionamento mental denominado princípio do prazer e princípio da realidade. A substituição do princípio do prazer pelo princípio da realidade vai se dando aos poucos.

Entretanto, o ego-prazer pode desejar e evitar o desprazer. O princípio de realidade nada tem a fazer a não ser lutar pelo que é útil e proteger-se do que é ameaçador. A função da educação é controlar o princípio do prazer e assim as pulsões sexuais vão sofrendo mudanças.

A publicação de *Sobre o Narcisismo: Uma Introdução* (Freud, 1914) foi considerada um marco na teoria de Freud. Neste artigo se apresenta o conceito de que o ego afasta-se do narcisismo primário na sua constituição, porém criando uma tentativa vigorosa para recuperar aquele estágio. Ao se deparar com a necessidade de diferenciar a libido do ego e libido do objeto o autor acaba por formular o conceito de narcisismo: amor extremado por si mesmo. Daí decorre o ego ideal, alvo do amor-próprio que na infância foi gozado pelo próprio ego. Nessa tarefa, o superego e o ideal do ego aparecem como equivalentes. Nesse momento teórico, **o ideal do ego** aparece como sendo vinculado aos problemas da ética, da lei e colocando-se a serviço do ego como ideal. O ideal, na sua gênese dá entrada à criança na lei externa. A idealização do ego, a partir de sua relação com os pais, vai servir de padrão para comparação do eu.

Quanto ao “agente psíquico especial”, esse conceito também aparece no esforço de Freud para explicar o funcionamento do ideal do ego. Para ele este agente psíquico exige do ego o cumprimento do ideal. Freud exemplifica os dois: no caso do ideal do ego, é um exemplo a ser seguido; no caso do agente especial, os delírios de observação na paranóia e no caso das neuroses há manifestação de sentimento de culpa.

Em *Luto e Melancolia* (1917), trabalho considerado continuação da investigação do narcisismo, Freud continua seu estudo do superego. A hipótese do superego o levou a uma nova avaliação do sentimento de culpa. Ou seja, enquanto o luto é a elaboração normal da perda de um objeto, a melancolia parece ser uma disposição patológica para uma depressão profunda, onde a sombra do objeto recai sobre o próprio ego, numa auto-acusação pela perda do objeto. Ainda na melancolia há um desinteresse pelas coisas externas com perda da capacidade de amar ou se vincular a qualquer interesse externo. A auto-estima diminui e aumenta a auto-recriminação. São injúrias narcísicas que esvaziam o ego de seu valor. Freud diz: “(...) uma parte do ego se coloca contra a outra, julga-a criticamente, e, por assim dizer, toma-a como seu objeto” (Freud, 1915, p.144).

Freud desconfia de que o **agente crítico**, que se separa do ego, talvez também revele sua independência em outras circunstâncias. Isso será confirmado ao longo de observação ulterior.

Aqui, estamos nos familiarizando com o agente comumente denominado “consciência”; vamos incluí-lo juntamente com a censura da consciência e do teste de realidade, entre as principais instituições do ego, e poderemos provar que ela

pode ficar doente por sua própria causa. No quadro clínico de melancolia, a insatisfação com o ego constitui, por motivos de desordem moral, a característica mais marcante. Frequentemente, a auto-avaliação do paciente se preocupa muito menos com a enfermidade do corpo, a feiúra ou fraqueza, ou com a inferioridade social; quanto a essa categoria, somente seu temor da pobreza e as afirmações de que vai ficar pobre ocupam posição proeminente (Freud, 1917, p.144).

Freud se detém na constituição do ego dizendo que o superego é uma parte do ego, que julga criticamente. Denomina esse agente de consciência.

Freud escreveu *Mais além do Princípio do Prazer* (1920), um dos seus últimos trabalhos considerados como fazendo parte de uma metapsicologia. Metapsicologia é o ensinamento freudiano que pretende ser a teoria daquilo que se situa para além do consciente e considerada como a que deve esclarecer a experiência humana (Chemama, 1995). Nesse artigo ele revisa a teoria das pulsões e fala pela primeira vez da dicotomia entre Eros e Pulsão de Morte, e da tendência à destrutividade no homem. Sob a influência dos instintos de autopreservação do ego, o aparelho mental esforça-se por manter baixo o nível de tensão. Chemama (1995) define como uma tendência geral dos organismos, não apenas a reduzir a excitação vital interna, mas também, por esse motivo, retornar ao estado primitivo, não organizado, ou seja, à morte. Para Freud este princípio é primordial no funcionamento do aparelho psíquico: sua tarefa *ad eternum* consiste em reduzir a tensão do organismo ao menor nível possível.

As primeiras articulações sobre o pulsional já não respondiam àquilo que era constatado na conduta humana. A introdução do nome “pulsão de morte” é relativa à tentativa de Freud explicar o comportamento destrutivo tanto em seus pacientes quanto na vida do homem. Tentativa de explicação teórica e uma sistematização do que se passa no psiquismo. Assim ele postula que tudo no homem é pulsional. A vida como contraposição de forças opostas aparece numa dinâmica anímica. Por isso, Freud se vê forçado a propor essa nova teoria. O conceito de pulsão de morte é um operador teórico que traz respostas a muitas questões até então obscuras e enigmáticas para Freud, presente em fatos incontestáveis tais como a compulsão à repetição. Por isso o conceito freudiano de **pulsão de morte** é inseparável da noção de superego.

Em *Psicologia de Grupo e Análise do Ego* (1921), trabalho considerado na mesma linha de seus trabalhos sobre o narcisismo e luto e melancolia, explica a psicologia de grupos na base de alterações na psicologia da mente individual. Freud ao abordar o tema identificação define uma instância dotada de funções (auto-observação e o julgamento) e que a mesma encontra-se conectada com o ego e ao mesmo tempo dissociada dele.

No trabalho intitulado *O Ego e o Id* (1923), Freud introduz definitivamente a categoria do superego. Em vários pontos do texto o superego e ideal do ego aparecem como sinônimos. Ele retoma as funções do superego como a censura do sonho, a auto-observação, a auto-acusação e os delírios de observação em algumas manifestações psicopatológicas. Ao introduzir o conceito de ideal do eu (Freud, 1914) atribuiu-lhe essas funções, que agora se tornaram um aspecto valorizado do superego. Ideal do ego e superego aparecem ora como categorias distintas ora como equivalentes - basta observar o título do terceiro capítulo deste trabalho: “O Ego e o Superego (ideal do eu)”. (Freud, 1923, p 41).

No capítulo inicial sobre a consciência e o inconsciente, surge uma problemática. Freud diz que há uma complicação relacionada ao que se trata do ego e do id ao se presumir a existência de uma gradação no ego. Diferenciação que ele chama de “ideal do ego” ou superego, e que não está ligada ao consciente. Para exemplificar o método pelo qual o ego pode controlar o id, refere-se às primeiras relações objetais da criança. Trata-se da transformação da libido objetal em libido narcísica. Isso implica num abandono dos objetos sexuais - uma dessexualização para Freud (1923).

Nesse ponto, Freud faz uma articulação sobre o que poderia ser a gênese do superego. Trata-se da **identificação primária ao pai** e que conduz também à origem do ideal do ego. Os efeitos destas primeiras identificações serão duradouros e conduzem à origem do ideal do ego.

(...) Por trás dele jaz oculta a primeira e mais importante identificação de um indivíduo, a sua identificação com o pai em sua pré-história pessoal, isso aparentemente não é, em primeira instância, a consequência ou resultado e uma catexia de objeto; trata-se de uma identificação direta e imediata, e se efetua mais primitivamente do que qualquer catexia do objeto. Mas as escolhas objetais pertencentes ao primeiro período sexual e relacionadas ao pai e à mãe parecem normalmente encontrar seu desfecho numa identificação desse tipo, que assim reforçará a primária. (Freud, 1923, p. 43 e 44).

Na passagem pelo complexo de Édipo, no caso da criança do sexo masculino a mãe fica como seu objeto de amor. O pai fica como objeto de identificação, mas também como obstáculo e como o outro a ser temido. O complexo de Édipo é análogo na menina e sua saída dessa fase aponta para uma identificação com a mãe. Freud diz que o resultado geral dessa fase sexual pode ser tomada como sendo a formação de um precipitado no ego. De alguma maneira isso consiste das duas identificações: a identificação primária no bebê e a identificação secundária no momento do complexo de Édipo. Para Freud esta modificação no

ego retém a sua posição especial. A criança se confronta com outros conteúdos do ego como um ideal do ego ou superego.

Para Freud (1923) o superego não é apenas um resíduo das primitivas escolhas objetais do id. Representa uma formação reativa enérgica contra velhas escolhas. Além do mais há uma injunção dupla do ideal do ego que influencia o superego. Assim há duas saídas superegóicas para o sujeito com o declínio do complexo de Édipo: “Você deveria ser como seu pai” e “Você não pode ser como seu pai”. Para Freud é o ideal do ego que tem a missão de reprimir o complexo de Édipo - é a esse fato que o superego deve sua existência (Freud, 1923, p. 44). A posição especial do superego em relação ao ego se deve ao fato de que ele foi a primeira identificação, enquanto o ego ainda era fraco e por ser o herdeiro no complexo de Édipo introduziu os objetos mais significativos no ego. O superego domina o ego posteriormente porque preserva características do complexo paterno e porque constitui uma lembrança da dependência e fragilidade do ego. Freud diz que tal como a criança esteve um dia sob a compulsão de obedecer aos pais, assim o ego se submete ao imperativo categórico do seu superego.

Essa derivação, como já demonstramos, coloca-o em relação com as aquisições filogenéticas do id e torna-o uma reencarnação de antigas estruturas do ego que deixaram os seus precipitados atrás de si no id. Assim, o superego acha-se sempre próximo do id e, por essa razão, acha-se mais distante da consciência (consciouness) que o ego (Freud, 1923, p. 61).

O ego da criança fortificou-se para enfrentar a difícil tarefa de reprimir a realização dos desejos edipianos. Em Freud este obstáculo foi erigido dentro do próprio ego e tomou a força do pai emprestada. Por isso o superego em Freud contém o caráter do pai. Quanto mais poderoso o complexo de Édipo, mais rápido o sujeito sucumbe à repressão e mais severa será a posterior dominação do superego sobre o ego. E o superego sobrevirá na forma de “crise de consciência” e sentimento de culpa.

Conforme Freud (1923) descreveu, a origem do superego é o resultado de dois fatores, um de **natureza biológica** e outro de **natureza histórica**. Em relação à natureza biológica encontra-se ligada a duração prolongada da dependência da criança em sua infância (**desamparo**). Com relação à natureza histórica, esta se encontra ancorada no Complexo de Édipo. Logo, isso confirma a crença de Freud que o superego, diferenciando-se a partir do ego é uma característica importante tanto no desenvolvimento do homem quanto da cultura. Atesta desta forma a permanente influência dos pais (Freud, 1923).

A crítica que a psicanálise recebeu de ignorar a moral, Freud afirmou ser injusta, pois sempre atribuiu às tendências éticas do ego a função de incentivar a repressão. Sua preocupação foi compreender a complexidade da mente, esteve e não deixou de se preocupar com o lado elevado do homem e anunciou que a natureza mais elevada do homem é este ideal do ego ou superego.

No artigo *O Problema Econômico do Masoquismo* (1924), Freud aborda o masoquismo, entre outras coisas, como norma de comportamento, representado pelo masoquismo moral. Indivíduos com este tipo de masoquismo dão a impressão de serem excessivamente inibidos moralmente. São acompanhados por um freqüente sentimento inconsciente de culpa. Isso significa uma **necessidade de castigo nas mãos de um poder, que simboliza o poder paterno**. O ego busca punição quer do superego, quer dos poderes parentais externos. É aqui que Freud explica o sadismo do superego dizendo que o sadismo se volta contra o próprio ego quando dos instintos destrutivos do indivíduo. Isso pode aparecer no ego, intensificando o masoquismo.

O que retorna do mundo externo é assumido pelo superego, sem qualquer transformação desse tipo, e aumenta seu sadismo contra o ego. O sadismo do superego e o masoquismo do ego suplementam-se mutuamente e se unem para produzir os mesmos efeitos (Freud, 1924, p.187).

Com Freud é possível compreender que a repressão de um instinto pode resultar desprazer e em sentimento inconsciente de culpa. Isso torna o indivíduo mais severo ou mais sensível na relação com a cultura. O fato da renúncia instintual, forçada pelo meio externo cria o senso ético e a consciência moral.

Em *Mal Estar na Civilização* (1930), Freud examina o sentimento de culpa como o mais importante problema no desenvolvimento da civilização. Afirma que o preço pago pelo avanço em termos de civilização é uma perda de felicidade pela **intensificação do sentimento de culpa**. Oriunda da agressividade recalcada é transformada e severamente transmitida do superego para o lugar de onde veio - o próprio ego.

Quanto ao sentimento de culpabilidade, o sujeito identifica em si mesmo a intenção de agredir e encarar-se como culpado. Surge então a questão de saber por que a intenção é considerada equivalente ao ato. Resta a hipótese do sentimento de culpa originar-se do complexo de Édipo, que por sua vez foi adquirido quando da morte do pai primitivo pelos irmãos reunidos em bando. Naquela ocasião, um ato de agressão não foi suprimido, mas executado. O sentimento de culpa aparece como inerente à condição humana porque é

responsável pelo processo civilizatório. Neste texto Freud acrescenta o conceito de superego cultural. Esclarece que o superego de uma época da civilização tem origem semelhante à do superego de um indivíduo. É ligado à impressão deixada atrás de si pelas personalidades dos grandes líderes - homens de esmagadora força de espírito ou homens em quem um dos impulsos humanos encontrou sua expressão mais forte e mais pura. O superego cultural desenvolve seus ideais e estabelece suas exigências. A ética é o superego cultural, pois trata as relações dos seres humanos uns com os outros. Para Freud a ética é uma tentativa terapêutica, através do superego, para alcançar a unidade pretendida por Eros, nunca conseguida por meio de quaisquer outras atividades culturais.

Em *A Sexualidade Feminina* (1931), Freud fala sobre o **superego na mulher**. Ele relembra que o resultado final do complexo de Édipo é mais demorado na menina, ela entra no complexo edípico pelo complexo de castração. O menino sai do complexo de Édipo por meio do complexo de castração. Ele sofre influência da ameaça simbólica de castração. Na verdade, na menina isso não é superado como no menino. No menino a ameaça simbólica de castração funciona porque ele tem um representante real do falo - o pênis. Já a menina não tem nada no corpo que represente uma perda possível. Pensa que teve e perdeu, logo, ela nada tem a temer. Acredita que nasceu com essa deficiência e responsabiliza a mãe por isso. Freud dirá que o superego é menos rígido na menina: “Provavelmente não estaríamos errados em dizer que é essa diferença na relação entre o complexo de Édipo e o de castração que dá seu cunho especial no caráter das mulheres como seres sociais” (Freud, 1931, p. 238).

Em *Moisés e o Monoteísmo* (Freud, 1939), Freud traz o anseio ao pai, retoma o aparelho psíquico descrito no *Projeto* (1909) que estuda a elevação da auto consideração diante dos avanços intelectuais. Freud afirma que a renúncia a um instinto pressupõe a existência de um padrão definido de algum valor de alguma outra pessoa ou instância que o sustente. Do id se origina uma exigência instintual de natureza agressiva ou erótica. Por sua vez, o ego é responsável pelo pensamento e, por meio do aparelho muscular, pelas ações. A satisfação de tal exigência é sentida como prazer pelo ego. Sua não satisfação, sem dúvida, se torna fonte de desprazer. Se o ego se abster de satisfazer o instinto, por algum obstáculo externo, essa simples ação provoca sério perigo para o ego. “Uma abstenção da satisfação desse tipo, a renúncia a um instinto por causa de um obstáculo externo - ou, como podemos dizer em obediência ao princípio da realidade -, não é agradável em caso algum” (Freud, 1939, p. 68).

A renúncia ao instinto conduz a uma tensão permanente que exige relaxamento. Isso pode levar a uma redução da energia através do deslocamento para um sintoma, mas também

a uma renúncia instintual imposta por razões internas comandadas por um agente repressor. Freud explica que uma parte das forças inibidoras do mundo externo é internalizada e constrói no ego uma instância que permeia o restante do ego com um **sentido observador, crítico e proibidor**. É o superego. O ego, antes de colocar em funcionamento as satisfações instintuais exigidas pelo id, leva em conta os perigos do mundo externo e as objeções do superego

A renúncia aos instintos por razões externas é desprazerosa. Entretanto, se a renúncia se deve a razões internas, em obediência ao superego, ela tem um efeito econômico diferente. Traz ao ego certo prazer tornando-se uma realização de valor. O ego se sente elevado. O superego, sucessor e representante dos pais e educadores, supervisiona o indivíduo em todas as suas ações nos primeiros anos de vida e continua por toda sua vida. Sua função é manter o ego numa dependência e sob constante pressão. Logo, o ego, ao submeter-se à avaliação do superego e sentir sua aprovação sente também uma imensa satisfação e sensação de liberdade. O ego está sempre apreensivo em pôr em risco o amor de seu senhor supremo, sua majestade o superego. Ao trazer ao superego uma renúncia o ego espera receber recompensa. Freud chama isso de receber amor. Nesse sentido Freud diz que isso deve ter se estabelecido nesses moldes, porque na época em que a autoridade ainda não havia sido internalizada como superego, provavelmente houve uma relação entre a ameaça de perda de amor e as reivindicações do instinto. Na verdade, a criança, ao renunciar a uma satisfação instintual, recebia gratificação dos pais. Isso só é possível se a autoridade já tenha sido internalizada por parte do ego.

As *Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise* (1933), em especial a de número XXXI, são um dos últimos esforços de Freud em dissecar o psiquismo, portanto ele retoma o tema superego. No texto ele não acrescenta nada de novo. Freud diz que uma das funções fundamentais do superego é veicular o ideal do ego. Trata-se de um momento em que o ego se avalia, se estimula e se esforça por cumprir uma exigência sempre maior. Quanto ao superego, esse se incorpora no id como herdeiro do complexo de Édipo e está mais afastado do sistema perceptivo que o ego. Freud diz que a intenção de uma análise é reforçar o ego, torná-lo mais independente do superego, aumentar seu campo de percepção e ampliar sua organização, de forma que possa apropriar-se de novas porções do id. Onde estava o id, o ego deve estar. Freud assume nesse momento uma incerteza acerca de uma ampla compreensão sobre o superego. Em especial, Freud não compreende o motivo da severidade do superego mesmo em crianças que tenham tido uma educação branda.

2.2 O superego nos sucessores de Freud

A teorização freudiana sobre o superego mantém um caráter paradoxal em toda sua obra. A concepção predominante sobre a gênese do superego considera a identificação com os pais a partir do complexo de Édipo. Apesar disto a idéia de superego formado nas origens da vida psíquica já se encontra em Freud (1923) e é observada em seus seguidores.

Melanie Klein introduz o conceito de superego precoce, isto é, esse tem sua gênese nas origens da vida psíquica. Está mergulhado numa esfera pulsional e o instinto de destruição assume um caráter radical. Aquilo que Freud chama de tendência do organismo de voltar para uma inércia - a morte, em Klein se chama oposição entre pulsão de destruição e pulsão sexual. Nesse superego com gênese pulsional há a exclusão do outro semelhante na constituição (Cardoso, 2002).

Em seu artigo *Sobre o Desenvolvimento do Funcionamento Mental*, Melanie Klein (1958), argumenta que a formulação de Freud sobre a estrutura mental, nos termos do Id, Ego e Superego, se converteu na base do pensamento psicanalítico. Completa que Freud esclareceu que estas partes não são separadas umas das outras e que o id é a base de toda função mental, acrescentando que o ego se desenvolve a partir do id, no entanto, sem dar uma indicação que se possa considerar consistente do período em que isto ocorre. O curso do ego na vida está profundamente influenciado pelo id, logo, sob influência constante dos processos inconscientes. O organismo se protege contra o perigo interno que provém do instinto de morte. A partir do descobrimento freudiano dos instintos de vida e de morte, entende-se que a polaridade e fusão destes operam desde o nascimento. Nas observações dos processos mentais na criança, Klein entendeu a importância vital do conceito de instintos de Freud e deparou-se com o combate freqüente entre impulso de destruição e de salvação, seja atacar seus objetos ou preservá-los. Para a autora, o impacto da luta entre os dois instintos, exige uma das principais funções do ego - dominar a ansiedade, em especial a ansiedade primordial proveniente do instinto de morte. Retorna a Freud na sua teoria sobre ansiedade e culpa, quando concorda com o que ele diz sobre o instinto libidinal (Eros) no começo da vida se ligar ao instinto de morte, discordando dele quando diz que no inconsciente não existe nada parecido com o conceito de destruição da vida (morte). Ela refere que o perigo de ser destruído pelo instinto de morte gera uma tensão excessiva que o ego sente como ansiedade. Sendo assim, para a autora, o ego se desenvolve enfrentando a tarefa de mobilizar libido contra a agressão instintiva. Desde o nascimento, o ego é posto em ação pelo instinto de vida. Através do processo de projeção ele desvia o instinto de morte para fora e investe de libido ao

primeiro objeto. A internalização (registro de memória) de imagens do seio está a serviço do instinto de vida. Logo, através do seio materno, internalização e introjeção estão presentes no desenvolvimento do ego, numa dinâmica que às vezes este seio ser percebido como bom e às vezes como mal, sendo que o objeto bom internalizado forma o núcleo do eu se expandindo e desenvolvendo. Acrescenta que o grau em que a força do ego pode ser mantida e aumentada é influenciado, em parte, por fatores externos e em parte pela atitude da mãe em relação à criança.

Muito embora, ainda quando predominem o instinto de vida e a capacidade de amar, os impulsos destrutivos são, todavia desviados até fora e contribuem para a criação de objetos persecutórios e perigosos que são reintrojados. Além disso, os processos primários de introjeção e projeção determinam mudanças nas relações do ego com seus objetos, com flutuações entre internos e externos, bons e maus, estabelecidas tanto pelas fantasias e emoções da criança como pelo impacto de suas experiências. A complexidade destas flutuações engendradas pela atividade perpétua dos instintos subjaz o desenvolvimento do ego na relação com o mundo externo, assim como a formação do mundo interno (Klein, 1958, n.d).

Até agora estivemos falando do conceito de ego e de sua relação com os instintos porque aproximam o conceito de superego na teoria kleiniana. Tal como Freud (1923), Klein (1958) afirma que o resultado da dissociação do ego é uma parte deste que se torna vigilante frente à outra. Trata-se do superego que desempenha muitas funções, é formado por certos aspectos introjetados dos pais e é em grande parte inconsciente. Para Klein, a dissociação do ego que forma o superego é produzida a partir do conflito dentro do ego, da luta dos dois instintos. Diferentemente de Freud, para quem o superego é herdeiro do complexo de Édipo, a autora afirma que os processos de introjeção são à base do superego, que precede em alguns meses ao começo do complexo de Édipo.

O conflito no interior do ego é aumentado pela projeção dos dois instintos e pela introjeção de objetos bons e objetos maus. O ego, pela via do objeto bom internalizado, é reforçado pela identificação com ele e projeta parte do instinto de morte dentro da porção de si mesmo que se dissociou, a qual por estar em oposição ao ego forma a base do superego. Uma parte do instinto de vida acompanha o desvio de uma parte do instinto de morte, logo, partes do objeto bom e mau também são dissociadas do ego até o superego. Este adquire qualidades nutritivas e qualidades ameaçadoras. No processo de integração dos instintos, o instinto de morte está amalgamado ao superego, e exerce influência no objeto bom contido no interior. Sob sua ação estão a limitação dos impulsos destrutivos, a proteção do objeto bom, a autocrítica severa, ameaças, inibições e sentimentos persecutórios. Quanto ao objeto bom, o superego esforça-se para preservá-lo, nutrindo-o como a mãe nutriz boa o faz, se

tornando num superego benevolente. Mas, como está também sob influencia do instinto de morte, se converte na mãe frustradora, com proibições e acusações despertando ansiedade. Se o desenvolvimento é adequado, o superego é parcimonioso, o contrário, ele é extremamente severo e despótico. Resta ao ego, lembrando Freud (1923), servir a três senhores: o id, o superego e a realidade.

Segundo Cardoso (2002), a concepção de superego em Klein é consequência direta de seu sistema teórico. Baseada numa visão endogenética, ocorre a construção de um superego pulsional, denominado superego precoce. Superego e constituição pulsional são intimamente ligados. Sua concepção de origem da vida psíquica parte da idéia de a pulsão estar sempre aí. Nessa proposta de superego precoce, arcaico e pulsional não há espaço para nenhuma relação entre superego e identificações a pais e educadores. Ao menos, não são os pais reais, mas uma imago (representação das experiências reais). Logo, a gênese do superego está ligada aos primeiros objetos introjetados.

Com relação ao componente sádico imputado ao superego, Klein o atribui à introjeção oral agressiva (sádica) dos objetos no momento do desmame. A pulsão de morte é a mola propulsora do jogo de introjeções-projeções. Além disso, também é pulsão de agressividade. “A pulsão de morte vem evidenciar a prioridade do ataque interno, tempo primordial do masoquismo primário, retorno para si de uma força que ataca” (Cardoso, 2002, p. 51).

O superego para Klein se dá antes do conflito edípico. Dá-se no estágio oral, até o estágio sádico-anal. Está em ação desde muito cedo e o momento do complexo de Édipo apenas faz com que ele apareça. Além do superego cruel e sádico, Klein distingue o superego benevolente. Nesse caso, os objetos internalizados são bons, e ligados à pulsão de vida. O superego mais doce é o herdeiro do complexo de Édipo, pois nesse momento as mensagens parentais podem ser tanto críticas construtivas quanto nutritivas (Cardoso, 2002, p.62).

As articulações sobre o superego nas construções lacanianas aparecem bem no início de sua vida de analista e depois são abordadas tardiamente. Inicialmente o termo superego vai aparecer em *Complexos Familiares* quando Lacan (1984), às voltas com o início de sua vida profissional, estuda as psicoses. Dedicar-se a compreender a paranóia em sua relação com a personalidade. Nesse momento teórico concebe a noção de um psiquismo interessado na lesão ou déficit de alguma de suas funções. Isso parece a Lacan aplicável às psicoses. Os delírios e pulsões da psicose evocam um eu arcaico. Lacan evoca as relações do ego, do superego e ideal do ego para falar do dinamismo da paranóia de autopunição. O superego impõe à

psicose seus efeitos punitivos mais extremos. O ideal do ego nela se afirma. Numa ambigüidade propícia a projeções reiteradas.

Nas formas mentais que as psicoses constituem a reconstituição de estádios do eu, anteriores à personalidade; se, com efeito, caracterizamos cada um desses estádios pelo estádio do objeto que lhe é correlativo, toda gênese normal do objeto na relação especular do sujeito com o outro, ou como pertinência subjetiva do corpo desperdiçado, se reencontra numa série de formas de estagnação, nos objetos do delírio (Lacan, 1938, p. 66 e 67).

Quando Lacan (1938) fala do limite da realidade na psicose se refere à sublimação e sua reversão. Toma o momento edípico para dizer do espanto da ereção do objeto: “É esse momento que essa fase reproduz que consideramos constante e designamos como fase fecunda do delírio (...)” (Lacan, 1984, p. 67). Nessa fase os objetos se transformam e se revelam como choques, enigmas e significações. Lacan afirma que o eu arcaico manifesta sua desagregação do sentimento fundamental da psicose alucinatória. Ou seja, aquém da crise, o objeto reencontra a estrutura narcísica na qual sua formação se deteve. Nesse caso o superego não sofre recalçamento. Vai se traduzir no sujeito em intenção repressiva e também como objeto apreendido pelo eu.

Sob traços decompostos de suas incidências formadoras ficará à mercê, ou de intrusões imaginárias, ou ameaças reais. Essas intrusões são representadas pelo adulto castrador.

Para Lacan (1983), o superego, que ele chama de supereu, não é correlativo ao ideal do ego. Nos *Escritos Técnicos de Freud* (1983), seminário que ministrou entre 1953 e 1954, ele faz uma diferenciação entre superego e ideal do ego no determinismo do recalque. O superego é constrangedor e o ideal do ego é exaltante. Toma a relação transferencial como exemplo para dizer da confusão que se faz entre os dois conceitos, que às vezes são tomados como sinônimos. Ele diz que ao procurar o fundamento de uma ação terapêutica, diz-se que o sujeito identifica o analista ao seu ideal de ego se a transferência é positiva, se a transferência é negativa, identifica ao seu superego.

As elaborações lacanianas da maturidade situam o superego essencialmente no plano do simbólico da palavra, à diferença do ideal do eu. O superego é um imperativo e o bom uso da noção de supereu é coerente com a noção de lei. E para firmar a primazia do simbólico ele diz que o conjunto do sistema da linguagem define a situação do homem. Lacan (1984) acentua o caráter insensato, cego, imperativo, de simples tirania do superego. Ao mesmo tempo em que tem relação com a lei. Essa lei insensata. **“O supereu é a um só**

tempo, a lei e a sua destruição”.¹⁴ (Lacan, 1984, p.123). Sendo o superego o comando da lei, esta se reduz ao inexprimível “Tu deves”. Para Lacan, essa palavra é privada de sentido, ou seja, isso faz o superego se identificar com aquilo que há de mais devastador, fascinante nas experiências primitivas da criança. Assim, o superego é identificado às figuras ligadas aos traumatismos primitivos, com isso encarna a função da linguagem. O sentido da palavra liga a criança à comunidade humana.

Em *Ética da Psicanálise* (1986), Lacan compara a exigência do superego a um mandato em que o superego não se satisfaz e sempre pede mais, cada vez mais. Diz também que o paradoxo do superego reside no fato de apegar-se a algo que não lhe faz bem. Lacan repete Freud, mas avança no conceito quando vincula o superego arcaico ao princípio do prazer. Lacan diz que o sintoma situa-se como uma maneira de gozo, isto é, há por parte do sujeito uma satisfação no sintoma, por isso apresenta dificuldades de abandoná-lo.

A partir deste superego associado ao gozo, Lacan lança mão da metáfora de Hegel sobre o senhor e o escravo. O gozo do amo é de se submeter ao escravo (Lacan, 1999). Isso se formaliza como gozar do Outro - o sujeito encontra seu gozo no Outro. Esse gozo se constitui como bem absoluto o que é diferente de bem estar. Em Lacan o gozo está associado ao gozo da mãe, que para o humano é um bem supremo.

Em *A Relação de Objeto* (1985), Lacan fala do gozo da mãe e da criança. Apresenta o *Phallus* como articulador do gozo, em estreita intimidade com o superego. Exemplifica, através do caso do pequeno Hans, a dificuldade da criança em aceitar que seu objeto primordial (a mãe) é um ser que porta uma falta, por ser sexuado (tem apenas um sexo necessitando de outro sexo para que haja reprodução). Hans tem um sintoma fóbico - medo de cavalos. Seu sintoma está diretamente ligado aos mimos da mãe e da condescendência do pai e principalmente ao nascimento da irmã Hanna. Lacan entende que o evento do nascimento da irmã colocou Hans frente à verdade de que ele sozinho não bastava para sua mãe. Ela precisava de outros objetos. Hans quer se colocar como “objeto *a*” (trata-se de outro objeto, inapreensível porque está perdido na primeira experiência de satisfação) para sua mãe, ou seja, aquele que causa desejo, na melhor das hipóteses ele que ser o objeto fálico da mãe (objetivo que complementaria a falta). O objeto *a* em Lacan causa desejo, logo tem relação com o gozo, logo com o superego.

¹⁴ Grifo nosso, para assinalar o caráter ambivalente desta instância psíquica que, ao mesmo tempo que representa a censura a tudo que não se coaduna com princípios éticos e morais, também é a instância que exige a transgressão a fim de que o gozo possa se dar.

O que Lacan quer com esse exemplo ainda é falar do gozo na economia psíquica e o significante fálico se presta a isso. No caso de Hans, ele queria ser o falo para a mãe. Por sua vez, para a mãe, Hans, um menino inteligente e espirituoso, era o seu falo. O cavalo, objeto fóbico para Hans, representava o lugar da censura que o pai não estava ocupando. A figura do pai real seria no caso de Hans a interdição ao gozo fálico da mãe. Logo, para Lacan, o pai entra na relação mãe-criança como aquele que faz a separação entre os dois.

Lacan (1984) introduz um conceito na psicanálise - o significante “Nome do Pai”. No lugar do pai real opera o nome do pai, herança simbólica da cultura. Essa operação simbólica ao introduzir a lei do pai introduz também o sentimento de culpabilidade (herança filogenética) bem como o recalque das moções pulsionais. Logo na concepção de Lacan, o nome do pai coordena o desejo, porque isso se dá na saída do complexo de Édipo com o surgimento de um sujeito que deseja, com consciência moral, ou melhor, com consciência de seus limites. O superego coordena o gozo, porque ficou ligado ao princípio do prazer. Nessa teoria, o Falo fica como resto presente na subjetividade. O gozo fálico é um imperativo que afeta o superego fazendo-o ter o gozo como imperativo categórico.

Em *Superego*, Cardoso (2002) toma a teoria da sedução generalizada orientando a noção de superego em Laplanche. Este propõe a teoria da sedução generalizada para recuperar a teoria de sedução freudiana. Em Laplanche o outro tem prioridade na gênese do psiquismo. Ele desloca o eixo da sedução e difere de Freud ao fazer da sedução o fundamento maior da constituição da sexualidade humana.

Essa teoria da sedução generalizada defende que na situação originária, ou seja, na origem do psiquismo há o confronto do mundo da criança com o mundo do adulto. Há nessa teoria da sedução generalizada o poder do sexual do outro, numa dimensão de ataque, de intromissão do outro.

Cardoso (2002) diz que o ato de introduzir elementos impossíveis de metabolizar, tem um caráter imperativo, porquanto sejam irreduzíveis, não recaláveis e dificilmente capazes de serem conduzidos à transformação. Baseada nisso, de que é impossível recalcar e traduzir essas mensagens, a autora entende que não há exclusão desses elementos do aparelho psíquico. É no superego que elas são inscritas. Essas mensagens sexuais são tão enigmáticas para a criança quanto o são para o adulto. Ultrapassam a capacidade de compreensão da criança - ela fica numa situação de passividade em relação à sexualidade inconsciente do adulto. O adulto atende a criança em sua necessidade vital sem tomar conhecimento do que de seu inconsciente é passado para a criança. Trata-se de um adulto que carrega junto seu infantil sem sabê-lo.

Para essa articulação teórica como na teoria lacaniana a linguagem é essencial, pois os pais respondem à demanda da criança a partir de uma estrutura lingüística. Isso constituiu uma situação traumatizante para a criança - seu psiquismo é pobre para a tradução. Para Laplanche o que o adulto propõe para a criança junto com os cuidados higiênicos, de nutrição e mesmo o afeto são significantes impregnados de significações sexuais inconscientes. Por isso são enigmáticos e assim a origem do superego é constituída pelo conjunto dessas mensagens enigmáticas. Há dois tempos nessa constituição. O primeiro tempo é o da intromissão do outro através das mensagens enigmáticas e sexuais. O segundo tempo se dá a posteriori no recalçamento secundário na época do complexo de Édipo. Nesse último caso pela via da moral e da culpa. “A nosso ver, o superego pode ser descrito como a invasão, na tópica por uma estraneidade não metabolizável - só no recalçamento secundário ele será investido, pelo ego, de uma dimensão moral” (Cardoso, 2002, p. 145)

Nesse sentido, conforme Cardoso (2002) o superego em Laplanche não é uma instância egóica constituída por identificação. O superego é um estrangeiro na tópica freudiana, mas está ancorado no que é originário. “Da identificação egóica com o outro se originou aquilo que, vindo do outro, pode se instalar no psiquismo como o que há de mais estrangeiro - o mais estranho familiar (Unheimliche)” (Cardoso, 2002, p. 74). As mensagens enigmáticas vindas do outro transbordam e assumem um caráter de intromissão. Implantadas quando a criança não tem potencialidade para traduzi-las. Mesmo a partir de um processo de recalçamento algumas mensagens não sofrem essa ação e ficam desligadas. Laplanche toma o conceito de dê-s-ligação (sem vinculação a nenhum objeto) e alteridade (ligado ao externo). “Pensamos que a força que o superego vai assumir é diretamente proporcional à maior ou menor predominância da ação do princípio de dê-s-ligação” (Cardoso, 2002, p. 107).

A impossibilidade de simbolização indica um diferencial entre o poder de ataque das mensagens e as condições de ligação do ego.

O estudo conceitual do superego empreendido por Cardoso (2002g) conclui que o superego é estranho na tópica; que o superego tem dupla polaridade: na primeira instancia é de proibição; a segunda instancia extrai força das pulsões. Concebe o superego como o herdeiro do complexo de Édipo, constituído, ao menos em parte, por uma interiorização das interdições parentais. Essa noção do superego é uma teoria contemporânea.

2.3 Um ponto de vista sobre a atual constituição do superego

Em *Tu Podes* (1999), Slavoj Žižek apóia-se na teoria da sociedade reflexiva de Anthony Giddens para falar da zona sombria, lugar do superego na pós-modernidade. Conforme Miranda (1999), a época contemporânea discutida por Giddens não se dá em torno do que é moderno ou pós-moderno. Sua compreensão da atualidade é global e formula uma teoria que passa pela modificação da intimidade.

Em seu conceito central de modernidade reflexiva afirma que a reflexividade da vida social moderna está nas práticas sociais constantemente examinadas e renovadas, e o contexto das atividades e experiências humanas está sempre próximo de sua modificação. (Miranda, 1999).

Isso difere das sociedades tradicionais onde a experiência e o agir estavam integrados num contexto estável. “(...) Já não passamos nossas vidas em conformidade com a natureza e a tradição” (Žižek, 1999, n.d.). Coisas que antes pareciam óbvias como educar filhos, como proceder a uma conquista amorosa, como comer e o que comer, como descansar, estão sendo abarcadas pelo processo de reflexivização.

Miranda (1999) entende reflexivização como a capacidade de distinguir, frente à inevitabilidade da escolha, qual a melhor a ser feita. Isso aponta a inexistência da ordem simbólica que organizava essas escolhas e guiava o comportamento social. A identificação sexual ou passagem ao ato de um impulso são experimentadas como algo que pode ser decidido e aprendido. “A reflexivização tem transformado a estrutura do domínio social” (Žižek, 1999, sem numeração).

Para Žižek (1999), um aspecto da reflexivização interessa à psicanálise porque a afeta. Trata-se do que ele chama de mudança de narrativa. O conflito psíquico ao qual a psicanálise tem acesso pelo método da associação livre e que dá condições ao indivíduo de lembrar-se dos traumas e com isso ressignificar sua vida e torná-la mais criativa, agora deve ser reinscrito. A reinscrição da cena traumática faz parte de uma reflexivização. Trata-se de uma versão politicamente correta daquilo que se constitui num empecilho para ser feliz. Žižek relembra o caso clínico freudiano: “Por isso, a solução para o homem-lobo seria regressar ao coito dos pais a *tergo* e então refazer a cena, a fim de mudar o que viu, seus pais encostados na cama, embora o pai leria um jornal e sua mãe um romance” (Žižek, 1999, p. sem numeração). Essa seria uma forma de narrativa do passado, entretanto, de um modo mais positivo e auto-afirmativo com o objetivo de eliminar traços no caráter que se constituem em obstáculos para sair à frente e se dar bem.

A sociedade atual é liberalmente permissiva. Os direitos humanos podem ser vistos como direito a violar os mandamentos. Direito à privacidade é igual a direito ao adultério. Direito a possuir propriedade privada é direito a roubar ou explorar pessoas. Liberdade de imprensa significa direito de mentir. Direito de cidadão possuir armas, significa direito a matar. Os direitos humanos não conduzem diretamente à transgressão, no entanto conduzem a uma “zona cinza” (Zizek, 1999).

Para Zizek (1999), a versão moderna do conhecimento reflexivo ensina a manejar os segredos da vida psíquica e leva à conseqüência de desintegração das estruturas. Na economia psíquica são essas estruturas que regulam a vida libidinal. Assim a economia psíquica atual está pervertida.

Para a psicanálise, a perversão da economia libidinal humana é o que segue a proibição de alguma atividade prazenteira, não a uma vida em que o praticar a lei prove seu próprio desfrute, uma vida em que o cumprimento do ritual destinado a ter a tentação ilícita se converte na origem da satisfação libidinal (Zizek, 1999, p. sem numeração).

Com Zizek (1999), vemos que esta reflexivização deteriora a noção de sujeito pós-moderno. Este sujeito não é tão livre para eleger e reformar sua identidade. Há um mestre totalitário, o capitalismo neoliberal, que regula seu desejo e seu gozo. A relação amo-escravo perdura. Entretanto, não é mais regida pelas relações patriarcais de dominação. A sociedade neoliberal expressa o paradoxo de uma relação de coexistência eleita livremente de amo-escravo, que provê uma profunda satisfação libidinal.

À relação entre repressão e o que é reprimido Zizek (1999) denomina de curto circuito e situa aí o superego. Lembra Lacan (1985) e a ênfase dada ao mandato superegóico “Goza!”. Serve-se da figura do pai que trabalha duro organizando uma excursão de domingo que se posterga várias vezes. Quando realiza o intuito está cansado e grita com as crianças. Esbraveja que é melhor que se divirtam. O tom disso é “Tu deves”.

Nesse modelo repressivo, que era o tradicional, um pai diria aos filhos que eles teriam que ir ao aniversário da avó - quer queiram quer não queiram. O superego da atualidade trabalha diferente da ordem simbólica parental. A figura do superego diz às crianças que elas sabem quanto a avó gosta deles, quer vê-los, quer estar com eles. Diz a eles que só irão se realmente quiserem se não quiserem poderão ficar em casa.

Pode parecer que o superego oferece escolhas. Na verdade oferece uma ordem: “Tu deves visitar a avó e tem que ficar contente com isso”. O superego ordena o gozo. Se a

criança entender que teve opção pode dizer que não vai. O pai vai fazê-la sentir-se horrível mobilizando culpa. Ele vai finalizar com um “Tu deves porque tu podes”.

Para Zizek (1999), o superego inverte esse princípio kantiano: “Tu podes porque deves” para “Tu deves porque podes”. Observa isso na oferta do Viagra: deves ter sexo porque podes. Se não o fizer sobrevirá a culpa sob a recriminação de que “és um frouxo”.

Em uma sociedade permissiva também há proibições enérgicas como “Você **tem que...**” e a liberdade é enganosa, pois há uma chamada à transgressão para a realização disso. A obediência a um totalitarismo convida a desobedecer às regras morais cotidianas. Oferecendo uma falsa liberdade, o superego suplementa a estrutura explícita da lei social simbólica. O superego controla a zona de sombra no psiquismo onde o dever é de ter prazer. São os contrários que se sobrepõem. “A aparente oposição entre prazer e dever vai mais além que o tradicional poder autoritário. O que diz, com efeito, não é: ‘Cumpra seu dever, a mim não importa se gosta ou não’, mas sim: ‘Tem que cumprir seu dever, e tem que gozar fazendo-o’” (Zizek, 1999, p. sem numeração).

2.4 Discussão

O presente estudo do superego na obra de Freud e seus seguidores indica que as noções sobre esta instância psíquica estão amparadas mais por inquietações que por certezas. Embora a psicanálise venha sendo considerada um instrumento precioso deixado por Freud para o estudo da civilização e suas mudanças, ela não chegou a resolver a questão do paradoxo do superego nem com Freud, nem com aqueles que o seguiram.

Freud ocupou-se em estudar o funcionamento do aparelho psíquico. Contudo, o superego e o ideal do ego encontram-se sem uma distinção clara. Vejamos. Freud anuncia o ideal do ego como herdeiro do complexo de Édipo, como o responsável pela escala de valores, embasa as identificações e também embasa os sentimentos sociais. Fala de superego enquanto consciência moral e sentimento de culpa. Em Freud o superego vai do pólo de ataque a si mesmo, à interdição e ao ideal. Repete que o superego e o ideal do ego são herdeiros do complexo de Édipo e isso responde a tudo que se espera da natureza mais elevada (racional) à consciência moral. Sai de uma gênese pulsional e vai diretamente à lei, quando o perigo do que é sexual vai transpor-se diretamente ao temor da castração, priorizando assim o complexo de Édipo e a figura paterna na gênese do superego, mesmo nos momentos em que menciona a identificação ao pai originário.

Essa articulação freudiana é renitente tornando-se o conceito clássico de superego. Enquanto herdeiro do complexo de Édipo, e devido a seu caráter de interdição o superego se dá a partir da identificação com os objetos libidinais ao renunciar a eles.

No entanto, a articulação mais audaciosa que Freud faz sobre o superego como instância é quando usa este conceito para atualizar o de pulsão, especialmente a pulsão de morte. Nesse momento ampara-se na prática com pacientes e na análise que faz da organização da civilização. Em um dos últimos escritos, Freud (1930) nos apresenta o superego como um reduto pulsional do que é operado pela identificação, gerador de um mal-estar intrínseco à organização social.

À circunscrição freudiana de duas formas de se pensar a origem do superego: uma que remonta à identificação primitiva, e outra que se afirma como herdeiro do complexo de Édipo aponta certa discordância entre elas. Enquanto a primeira é vinculada ao narcisismo e impõe uma exigência de sexualização, a segunda, inversamente, impõe uma exigência de renúncia ao personificar a interdição paterna no fim do complexo de Édipo.

Tal paradoxo em Freud permite entrever toda a problemática em torno da exigência pulsional, ou seja, da impossibilidade da realização sexual e da impossibilidade de renúncia a ela. Isso faz do superego uma instância pulsional por excelência e ao mesmo tempo enuncia uma dificuldade em recalcar a pulsão. O conceito de superego apóia-se no conceito de complexo de Édipo.

Com Melanie Klein vimos a teoria de um superego pulsional. Cujas gêneses se dá nas primeiras relações objetivas da criança mediada pelo seio bom e mau com conseqüente participação da figura materna. Porque a dimensão pulsional tem prioridade absoluta, para ela a severidade observada no superego contrasta com o superego dos pais. O superego kleiniano desdobra-se num superego feroz e obscuro, a serviço da destrutividade.

Lacan articula sobre a condição da falta estrutural do sujeito, destinando-o a ser um sujeito sempre por identificar-se e designando ao superego a potência do significante puro que impõe a lei da castração em sua vertente real. Partindo do pai freudiano como o representante da Lei, Lacan analisa o superego como limite da identificação. Fala de uma ética do gozo do superego que só poderá ser formulada quando o aspecto real do significante, ou da castração — que a princípio é imposto pelo superego, se for pensado pela perspectiva do objeto *a* e pelo modo de relação com o gozo que isso implica.

Laplanche também situa a gênese do superego anterior ao complexo de Édipo. Sua teoria da sedução generalizada coloca o outro como intruso. Isso confere um papel importante à figura da mãe como em Melanie Klein.

Para Marta Resende Cardoso (2002) a expressão superego edípico, ou secundário, serve para descrever os enunciados superegóicos que, segundo seu ponto de vista, são o enclave psicótico do superego. Em outras palavras, enclave quer dizer enclavinar os dedos num enlaçamento. Psicótico designa a loucura com que o superego envolve com seus imperativos contribuindo para o desequilíbrio mental que o sujeito experimenta nos momentos de crise como na paranóia, por exemplo. É a posteriori com relação ao complexo de Édipo que o ego elabora esses enclaves. O ego, incluindo suas instâncias ideais (ego ideal e ideal do ego), pode, mais ou menos, diluir o caráter imperativo dos enclaves superegóicos, tornando-os mais metabolizáveis. Em verdade essa noção de enclave superegóico esclarece a ferocidade patológica do superego em alguns quadros clínicos da atualidade bem como da violência na sua forma generalizada, corroborando Freud, quando fala em mal-estar e da violência como inerentes à condição humana.

Pelo exposto acima, é possível pensar que o superego tinha como primeira figura de identificação o pai e, atualmente, se seguirmos estudiosos contemporâneos da estrutura familiar, essa figura está se ausentando de sua função modificando a constituição subjetiva com base no modelo familiar triangular, por conseguinte está modificando o superego.

Um pai que não pode exercer sua função não funciona como ideal, de sorte que, ao não barrar o desejo incestuoso, não dá condições ao filho de dirigir seus impulsos para novos alvos, que preservam a cultura e o laço social. Ao contrário, eles se voltam para o superego, aumentando sua violência. O sujeito se desatina engendrando medidas protetoras, até que o menor gesto é uma transgressão, requerendo um controle ainda maior da instância crítica (Ungier. 2002. p. 26).

Se a ausência da figura do pai transita para a presença da figura da mãe. Isso leva a recordar Freud quando diz que o superego da mulher é menos rígido que no homem. Portanto é possível pensar que o superego da atualidade tem sofrido as vicissitudes do superego feminino. Logo esse superego se manifesta pela oposição inconciliável entre uma falta de lei e um excesso de gozo, lembrando a mãe de Hans em Lacan. Falta a lei do pai e sobra o gozo fálico da mãe.

Com Zizek essa idéia se confirma, pois vemos a permissividade na sociedade contemporânea, quando condições de produção subjetiva são alteradas e o superego apresenta particularidades: *deves desfrutar porque podes*. Sua concepção das mudanças atuais leva a pensar que o pai do superego pós-moderno é a reflexivização. Em princípio, o convite a refletir assemelha-se à proposta analítica, no entanto, na reflexividade o objetivo é obter

vantagem. Essa é a lei. Sendo assim o que se configura como superego pós-moderno está sob o comando de um imperativo.

Na linha de compreender o superego pós-moderno, e os desdobramentos disso para a civilização, a psicanálise tem muito trabalho pela frente. Com Freud (1933) é possível pensar que ao estudar a constituição superegógica estamos dando um passo importante para a nossa compreensão do comportamento social da humanidade e talvez estejamos dando indicações práticas referentes à educação. Também é forçoso concordar com Zizek sobre a influência que o capitalismo neoliberal pode operar na subjetividade do homem, tomando a reflexividade como uma demanda ao sujeito. Isso tudo que encontramos confirmado e atualizado em Freud nessa reflexão: “(...) as ideologias do homem nada mais são do que o produto e superestrutura de suas condições econômicas contemporâneas” (Freud, 1933, p.72).

3 UM OUTRO PARRICÍDIO – DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA À DESSIMBOLIZAÇÃO SUBJETIVA

“O Outro se situa como lugar, considerado como detendo as chaves de todas as significações inacessíveis ao sujeito, conferindo à palavra seu alcance simbólico, assim como ao Outro sua obscura autoridade” (Chemama)

A psicanálise utiliza dos conceitos da antropologia estrutural para descrever o início do processo civilizatório. O início da civilização ocorre com a introdução das regras – um símbolo regulador das relações do homem que vivia em estado de natureza. A psicanálise aponta também a pré-disposição sensório-motora do homem ao registro simbólico. Ao mito do pai da horda Freud associou o mito de Édipo para explicitar o psiquismo humano, porque para psicanálise o pai da família tradicional tem sido o organizador dos instintos, o que dá condições de humanização. Na medida em que interdita o desejo fusional entre mãe-criança, facilita o processo de sublimação dessa paixão, contribuindo para a construção da civilização, além de que possibilita à criança construir o próprio desejo, separado do desejo materno, minimamente balizado pelo desejo paterno pela mãe.

Conforme Lacan (1984), Corneau (1989/1991), Hurstel (1999) Parseval (1986), entre sociólogos, antropólogos e historiadores, a figura do pai, em sua função de estruturar a subjetividade apresentada na proposição edipiana clássica, da psicanálise freudiana, está em declínio. A figura do pai “em função” deve ser entendida como figura que representa outra coisa que não está ali, é o símbolo. No caso do pai, na proposição freudiana ele é o símbolo de uma lei. Frente às transformações ocorridas na forma da família se estruturar, o lugar do pai, portanto da lei, mudou, ou está em declínio. Logo, se a lei paterna não é mais a regra a ser seguida, alguma outra forma de “regularidade” está se fazendo presente na atualidade. Qual seria essa regra?

São muitos os pesquisadores tais como Bauman (1999), Dufour (2007), Baudrillard (2007), que confirmam uma nova ordem sendo regularizada pelo capitalismo neoliberal, que vem quebrando barreiras e fronteiras, ditando a lei que governa o mundo e favorecendo novas formas de subjetivação a partir das mudanças da ordem simbólica. Com isso é possível pensar que uma nova forma de violência está se configurando contra o pai, portanto contra o ser.

Nesse caso, que outro símbolo está presente na cultura no lugar simbólico que tradicionalmente o pai representava?

3.1 O início do processo civilizatório: da regra em sua função simbólica

A passagem do estado de natureza para a vida em sociedade não se fez sem dificuldades na evolução da humanidade. Entretanto, mesmo na ausência de uma organização social ela desenvolveu formas de atividade que hoje são consideradas parte integrante da cultura. Ainda que, vivendo em estado de natureza, o homem tivesse conhecimento da linguagem, dos ritos funerários e indústrias líticas¹⁵.

O homem pré-histórico, nas várias etapas de seu desenvolvimento, nos é conhecido através dos monumentos e implementos inanimados que restaram dele, através das informações sobre sua arte, religião e atitude para com a vida – que nos chegaram diretamente ou por meio de tradição transmitida pelas lendas, mitos e contos de fadas -, e através das relíquias de seu modo de pensar que sobrevivem em nossas maneiras e costumes. (Freud, 1913, p. 21).

Para a compreensão da distinção entre estado de natureza e estado de sociedade (ou cultura) a Sociologia aceita a seguinte premissa como uma significação histórica possível: o homem, ao mesmo tempo em que é um ser biológico, é ser social. “Entre as respostas que dá as excitações exteriores ou interiores, algumas dependem inteiramente de sua natureza, outras de sua condição” (Lévi-Strauss, 1982, p. 41). Alguns comportamentos reflexos têm sua origem facilmente explicada biologicamente. Outros comportamentos podem ter uma dupla explicação, a exemplo do medo de escuro em crianças pequenas. Nesse caso tanto pode ser um estímulo físico-biológico – medo como sendo de natureza animal, quanto pode ser resultado das historinhas infantis contadas por alguém.

Sobre esse tema, Claude Lévi-Strauss dirá: “É que a cultura não pode ser considerada nem simplesmente justaposta, nem simplesmente superposta à vida, e em outro sentido utiliza-se dela e a transforma para realizar uma síntese de nova ordem.” (Lévi-Strauss, 1985, p. 42).

Os sinais de uma pré-cultura não são identificáveis. A passagem da natureza à cultura não pode ser procurada na etapa das supostas sociedades animais, tais como em algumas espécies de insetos. Ainda sobre as regras no interior da natureza, observações de primatas no Panamá apontaram que um comportamento no mesmo sujeito não é constante – a vida dos macacos em grupo não apresenta uma regularidade, não se presta a formulação de nenhuma norma. Para Lévi-Strauss (1985) é a presença, ou ausência, de regra que parece

¹⁵ Lítico: relativo a utilização de pedras na manufatura de utensílios e ferramentas.

oferecer o critério mais seguro que permite distinguir um processo natural de um processo cultural. O comportamento de um sujeito num grupo de macacos nada revela sobre seu congênere. A conduta do mesmo indivíduo é diferente no dia seguinte.

Constância e regularidade existem tanto na cultura quanto na natureza. Às vezes o domínio é da herança biológica, às vezes o domínio é da herança cultural. Não há análise real que permita apontar o ponto de passagem entre fatos da natureza e fatos da cultura, mas permite apreender que em toda parte onde se manifesta uma regra é uma etapa da cultura. Procurar na natureza a origem das regras que seriam próprias da cultura, sem a intervenção da linguagem seria um engano.

Nesse sentido, o que governa a cultura é uma ordem simbólica. Cassirer (1977) diz que o homem é um animal do simbólico. Etimologicamente, símbolo, significa “aquilo que, por um princípio de analogia, representa ou substitui outra coisa” e simbólico significa “expressão ou interpretação por meio de símbolos” (Cunha, 1986).

Essa definição aponta um fato inegável desde a inauguração da cultura pela regra: o pensamento e o comportamento simbólico estão entre os traços mais característicos da vida humana, e todo progresso cultural se baseia nessas condições.

Se para cada atitude humana tanto pode haver uma causa biológica quanto uma causa social, a dificuldade está posta. Ainda é necessário saber por quais mecanismos ou atitudes de origem cultural podem desencadear comportamentos de natureza biológica e ainda promover uma integração entre eles.

Há oposição entre natureza e cultura. Negar isso é inviabilizar a compreensão de fenômenos sociais, contudo, empreender um estudo metodológico que esgote as perguntas sobre a passagem natureza/cultura é tarefa difícil porque os meios disponíveis têm se mostrado insuficientes.

Jerusalinsky (2007) dirá que, em termos antropológicos, a passagem da Natureza à Cultura é marcada pelo interdito. Enquanto o natural é aquilo que é constante e universal em todos os homens, o cultural é caracterizado pela regra, pela norma e pertence ao domínio dos costumes, das técnicas e das instituições (Garcia Roza, 1994, p. 216).

A proibição, nesse sentido, é um fenômeno que escapa a esse critério, pois aparece em todas as sociedades, sem exceção, segundo os estudos de Lévi-Strauss (1985). A ambigüidade presente neste fato faz evocar o aspecto natural e cultural da lei, conferindo à proibição do incesto, o momento da passagem. Também é possível pensar que um interesse biológico teria gerado a interdição ou que a exogamia teria sido um fato natural direcionado por um instinto, ou mesmo teria sido um fenômeno cultural. Mas é fato que com a exogamia

manifesta-se o reconhecimento da regra, sem a qual não haveria sociedade. A proibição do incesto é uma regra pré-social por sua universalidade. Pelo tipo de relações que essa norma impõe, continua sendo um conjunto complexo de crenças, costumes que apresenta características da ordem natural e de ordem cultural.

As tentativas de explicação para a proibição do incesto passam pela medida de proteção da espécie como defesa dos resultados nefastos da consangüinidade; seria um reflexo no plano social dos sentimentos e tendências que a natureza fisiológica do homem bastaria para explicar e por último há uma explicação de origem puramente social cuja expressão em termos biológicos e psicológicos seria um aspecto accidental e secundário.

A proibição do incesto não é puramente de origem cultural nem puramente natural, contudo possui uma dosagem de elementos variados (parte natural, parte cultural).

Em certo sentido pertence à natureza porque é uma condição geral da cultura, e, por conseguinte não devemos nos espantar em vê-la conservar da natureza seu caráter formal, isto é, de universalidade. Mas num outro sentido também é cultura, agindo e impondo sua regra no interior de fenômenos que já dependem primeiramente dela. (Lévi-Strauss, 1985, p. 62).

Certamente este teria sido o momento de passagem da natureza para a cultura (Beauvoir, 2007, p. 184). O momento em que a natureza ultrapassou a ela mesma foi decorrente do caráter da sexualidade. A vida sexual é extraída do terreno da biologia, mas coloca outro semelhante em relação. Isso quer dizer que a sexualidade sob a forma que ela toma no ser humano está apoiada no corpo a partir de que o organismo infantil, inicialmente, está voltado para uma finalidade – a autoconservação. A natureza impôs uma aliança, embora não a determine. Daí decorrem as estruturas que fundam a sociedade humana.

Essa singularidade decorre do caráter particular da sexualidade mesma: é normal que a dobradiça entre a natureza e cultura se encontre no terreno da vida sexual, pois esta, extraída da biologia, coloca imediatamente outrem em jogo; no fenômeno da aliança se desenvolve essa dualidade: pois enquanto o parentesco é dado, a natureza impõe a aliança, mas não a determina (Beauvoir, 2007, p. 184).

Importa frisar que o vínculo entre natureza e cultura se deu pela proibição do incesto quando uma nova estrutura se configurou e se integrou às estruturas da vida psíquica inaugurando o advento de uma nova ordem. Todavia, se onde há regra pode se ter certeza de estar numa etapa da civilização, existem elementos suficientes para pensar as regras atuais, no que tange à nova ordem familiar e os lugares ocupados pelo homem e pela mulher da atualidade.

3.2 Do pai simbólico da horda primitiva à dessimbolização do pai contemporâneo

O mito da horda primitiva localiza outra proibição pré-cultural. Essa foi anterior à proibição do incesto e se deu após o crime na horda. Neste primeiro ato de violência contra o pai, a revolta dos jovens culminou com o assassinato do velho: os homens viviam em bando e o chefe, tirano e cruel, reinava sobre seus filhos e tinha o monopólio de todas as fêmeas. Assim que os filhos cresciam eram expulsos do bando. Na seqüência do crime sobreveio o remorso conjugado ao sentimento de desamparo. Num ritual o corpo do pai foi devorado para que se incorporasse dele todos os dons. A partir daí teriam investido esse velho chefe com o nome do pai e os jovens com o nome de filhos. Este mito do assassinato do pai foi introduzido por Freud em *Totem e Tabu* (1913) para explicar a origem da cultura pela via do recalçamento inicial da morte do pai. A culpa resultante deste assassinato originou duas proibições organizadoras do instinto: não se pode matar o pai (totem) nem comer de sua carne; não se pode manter relações sexuais com mulheres do mesmo totem.

Com um grupo natural de indivíduos unidos por relação biológica se deu o surgimento da família: por um lado, os componentes do grupo geracional, por outro, as condições de desenvolvimento dadas aos jovens pelos adultos. Por isso, segundo Lacan (1993), o instinto original de interação caracteriza a espécie humana por um desenvolvimento singular das relações sociais, ou seja, o homem tem uma excepcional capacidade de comunicação mental e economia paradoxal dos instintos. Nesses termos a cultura se constitui via uma variedade de comportamentos adaptativos permitidos, dependentes da comunicação, introduzindo a validade social e uma nova dimensão da vida psíquica, especificando o que é próprio da família humana. “Entre todos os grupos humanos, a família desempenha um papel primordial na transmissão da cultura. (...) A família prevalece na primeira educação, na repressão dos instintos (...)”. (Lacan, 1993, p.13). É o que se vê nas edificações teóricas psicanalíticas: um dos genitores está em proeminência, configurando-se em objetos para o narcisismo primário, necessário para organização da libido. (Freud, 1915).

Totem e Tabu (1913), é um marco histórico da construção freudiana no campo da psicologia social porque evidencia o modo como a função paterna se constitui como fundamento da ordem social a partir do processo identificatório com o pai e sublimatório das pulsões. Para Freud (1913), esta teria sido a aurora da humanidade ou a origem de quase todas as instituições sociais e culturais posteriores, ainda que esta exponha o caráter violento realizado em grupo que inaugurou o processo civilizatório, fato que interessa ao presente capítulo.

Se, para a psicanálise, o animal totêmico é o pai e as duas regras principais daí decorrentes organizam a vida em sociedade, o que se vê é que Freud fez coincidir o mito da horda primeva com o mito de Édipo. Édipo cometeu dois crimes – matou o pai, Laio, e casou-se com Jocasta, sua mãe. O complexo de Édipo é a evidência de uma instância interditora, repressão coletiva, favorecendo a sociedade numa estruturação onde as relações passam a ser mediadas pela linguagem. “(...) A lei deve se fazer presente, para que se possa passar da indiferenciação e da permissividade total à ordem, ainda que frágil e instável para que se passe do gozo desmedido à atividade desejanter” (Maranhão, 2005, p. 6). A função psíquica da representação de um pai, além de proteger a criança do desejo pulsional vai se constituir numa primeira identificação. Suportada por um ideal e regulada por um superego. O complexo de Édipo tal como apresentado por Maranhão (2005) define as relações psíquicas na família humana bem como todas as suas variações sociais.

O drama edipiano, revivido na relação triangular pai-mãe-filho, põe em jogo a intervenção da autoridade externa, representada pelo pai, a fim de barrar o estado primitivo de fusão entre a mãe e a criança permitindo que se constitua como sujeito desejanter, atravessado pela linguagem, delimitado em sua individualidade e capaz de direcionar ao mundo exterior sua busca de satisfação. Isto se dá através do necessário enlaçamento do desejo com a lei. (Maranhão, 2005, p. 3)

Freud (1913) reconhece nesta fantasia a família conjugal apoiada no mito da interdição do incesto com a mãe e também a instauração da consciência moral. Na hipotética família primitiva o indivíduo do sexo masculino dominava com superioridade biológica (Lacan, 1993). Interessa a estrutura da identificação que o Édipo permite através das figuras parentais que favorecem o recalçamento sexual. “(...) por um lado, ela inibe a função sexual, mas sob uma forma inconsciente, pois a experiência mostra que a ação do superego contra as repetições da tendência permanece tão inconsciente quanto a tendência permanece recalçada” (Lacan, 1993, p. 52). A imago¹⁶ parental preserva a função sexual que o ideal do ego fará retornar no futuro.

Lacan (1993) dirá, com respeito a isso, que o objeto de identificação, ou seja, o modelo a ser copiado, não é objeto de desejo, mas aquele que no triângulo se opõe ao seu desejo impulsionando o sujeito como “ser desejanter”, em oposição ao apenas “ser desejado”.

¹⁶ Imago: imagem “representação de um objeto pelo desenho, pintura, escultura.” Para a psicanálise é a reprodução mental de uma sensação na ausência da causa que a produziu; reflexo de um objeto no espelho ou na água; figura, comparação, semelhança. Imagem, derivado do francês e este do latim. *Imago* é do século XX (Cunha, 1986).

Submetido ao Princípio de Realidade¹⁷, o objeto de desejo parece escamoteado na ambigüidade do temor e do amor. Esse momento, faz surgir o objeto, que sua posição situa como obstáculo ao desejo, mostra-se aureolado da transgressão sentida como perigosa. Ele surge para o ego ao mesmo tempo como o apoio de sua defesa e o exemplo de seu triunfo. O objeto a princípio preenche a necessidade do ego de identificação, princípio que às vezes o faz se confundir com alguém e ao mesmo tempo pode se opor como um ideal que o exalta e o deprime. Nesse momento do Édipo, ou seja, dos investimentos amorosos e hostis que a criança faz em relação aos pais há sublimação¹⁸ com o pai sendo o agente. A mãe também interfere nas identificações primitivas. De forma dual ela marca tanto os ideais morais e éticos, quanto o superego, instância censora, especialmente para a menina. Contudo, é o pai que polariza nos dois sexos as formas mais perfeitas dos ideais pelos quais o filho aspirará. Quando sua presença está diminuída ou mesmo ausente, a sublimação das pulsões será recluída a algum ideal narcísico, ou seja, extremamente centrado em si mesmo, com poucas condições do exercício da alteridade.

A morte do pai, em qualquer etapa do desenvolvimento que se produza e segundo o grau de acabamento do Édipo, tende, do mesmo modo, a estancar, congelando-o, o progresso da realidade. A experiência, relacionando a tais causas em grande número de neuroses e sua gravidade, contradiz, portanto, a orientação técnica que designa a ameaça da força paterna como seu maior agente. (Lacan, 1987, p. 54).

Jerusalinsky (2007) comenta Lacan (1993) e diz que este não se preocupou com o declínio do pai e o enfraquecimento de sua imago. Se preocupou sim com o ponto onde o pai se constitui, até agora como referência simbólica da função da lei – sem que algo tenha se habilitado como substituição. Para ele, o problema está em que a posse imaginária do Falo¹⁹ que possibilita a alguém encarnar a lei, ou se tornar seu representante simbólico, está deslocada da figura do pai.

O efeito legislativo da figura do pai internalizado de forma débil se torna persecutório, porque a lei pode estar em qualquer lugar ou em lugar nenhum. Temos um exemplo claro disso no episódio recente ocorrido no Rio de Janeiro quando um tenente do

¹⁷ Princípio de Realidade: trata-se do processo econômico que se caracteriza por ligações e um controle no escoamento de energia, submetido a condições externas. É o suporte do pensamento lógico e das ações controladas (Chemama, 1995).

¹⁸ Sublimação: mecanismo pelo qual a energia psíquica dos instintos se transforma e se dirige a metas socialmente aceitáveis, encontrando assim, um modo aceitável de expressão.

¹⁹ Falo: s.m. (alem. *Phallus*; fr.; *phallus*; ing.; *phallus*). Símbolo do sexo masculino. Para Freud o conceito de Falo afirma o caráter sexual da libido. Para Lacan o Falo é símbolo, cuja função é representar um papel, mas que nada tem a ver com o órgão sexual masculino real. Entretanto se vale da imagem do pênis ereto para representar o poder velado que perpassa todo símbolo fálico.

Exército, com o objetivo de dar “limites” a três jovens, entregou-os à chefia de uma zona de tráfico, que executou-os e deixou a população aterrorizada. Aqueles que representavam a lei, que organiza e protege, passam ao ato a falta de adequação na função. E isso não ocorreu por incompetência profissional, mas porque não há mais regulamentos eficazes, pois tudo é “relativo” na atualidade.

Em razão disso pode ser desencadeada tanto a melancolia, por não saber onde procurar o apoio, quanto o sentimento de perseguição da sociedade (paranóica), onde tudo passa a ser legislado. Quando a lei predominante é uma lei que tortura, é possível que predomine uma sociedade onde há a recusa, ou mesmo a negação como mecanismo adotado frente a crueldade dos fatos reais.

Para Caniato (2000) , o declínio da autoridade paterna, segue-se à obediência aos padrões normativos e impostos pelos meios de comunicação de massa, pelos grupos de pares, pelos técnicos em educação até mesmo pelos psicólogos. “Anteriormente, a internalização da norma social ocorria pela mediação da figura paterna, donde a existência e a importância do superego, como representante interiorizado da lei”. (Caniato, 2000, p. 206). A autora segue dizendo que a estruturação do ego na atualidade se dá em contato direto com a realidade. Nestes termos o ego é mantido em regressão.

Com Dufour (2005) compreende-se que o capitalismo neoliberal tenta dismantlar qualquer valor simbólico. Isso beneficia unicamente o valor monetário neutro da mercadoria quando os produtos são trocados por seu estrito valor comercial. O homem deve livrar-se de todas as sobrecargas culturais e simbólicas que permeavam suas trocas. Caniato (2008) define isso como violência simbólica - violência das representações quando há uma perfuração e ilusão das estruturas psíquicas conscientes.

Não há dúvidas de que as violências dos preconceitos na sociedade contemporânea destroem as capacidades discriminadoras, questionadoras e de julgamento da consciência psíquica dos indivíduos, para mantê-los violentados/padronizados sob o comando de uma inconsciência regressiva: as subjetividades mantêm-se acorrentadas aos ditames ideológico-irracionais de diferentes pré-conceitos (Caniato, 2008, p. 9).

Essa dessimbolização produzida pela expansão do objeto de consumo pode ser exemplificada no papel moeda “euro”, adotado pelos países que formam a União Européia. As notas (franco e marco) perderam figuras, importantes patrimônios da cultura como Pasteur e Descartes. Indícios de que a lei vigente é a do mercado e seu objetivo é destruir a memória histórica ou todos os signos da cultura transmitidos por meio transgeracional, porque

representam certa lei sobre a mercadoria. Assim, o homem está privado da capacidade de simbolizar (subjeter), a não ser o princípio de consumir sem desejar e a história está diante da produção de uma nova subjetividade, qual seja, um sujeito cujo desejo é comandado pela mercadoria.

Respalado numa crítica ao patriarcado opressivo, há aqueles que acreditam que esta desregulamentação, ou seja, a lei em seu excesso, patrocinada pelo capitalismo tardio²⁰ teria cheiro de autonomia e espírito libertário (Dufour, 2005). O próprio declínio da figura paterna tem sido capitaneado pelo capitalismo, mirando penetrar e dominar com a mercadoria a cultura e os costumes. É o que se vê em Adorno no seu livro *Mínima Moralia* (1993) escrito em 1951. Naquele momento ele já falava das sombras às quais estava passando o relacionamento pais e filhos. Os pais, impotentes econômicos perderam o temor que infundiam. Guardiões do princípio da realidade se tornavam irados contra quem não se resignasse. Entretanto à época do escrito ele observava uma geração de pais esmorecidos, de onde os filhos tiravam certo autoritarismo inabalável. Para ele, violência pura e simples, observada numa sociedade do antagonismo. “Nos dias de hoje, porém, começa-se a regredir a um estado que não se caracteriza pelo complexo de Édipo, mas pelo parricídio” (Adorno, 1993, p.16). Mata-se o pai. Ainda nessa perspectiva dos crimes contra a herança simbólica, ou uma possível transmissão de valores culturais, este autor aponta a tentativa nazista de liquidar os anciãos.

Seguindo este raciocínio, os “juniores” cresceram e a oposição que faziam aos pais que defendiam o mundo era na verdade tentativas de acabar com a família, uma vez que a família era a célula protetora à sociedade intransigente. Embora fossem apolíticas, as tentativas de acabar com a família burguesa, a oposição dos filhos, estavam capturadas por uma arquitetura ideológica.

Com a família desfez-se, enquanto o sistema subsiste, não somente a mais eficaz instituição burguesa, mas a resistência, que decerto reprimia o indivíduo, mas também o reforçava se é que não o produzia pura e simplesmente. O fim da família paralisa as forças de oposição (Adorno, 1993, p. 17).

Em Adorno (1993) o casamento aparece como uma das últimas possibilidades de formar células de humanidade em meio ao universal desumano. O universal vinga-se com

²⁰ Capitalismo tardio: conceito desenvolvido pelo economista alemão Ernest Mandel. Trata-se da 3a. fase do capitalismo distinguindo a expansão das grandes corporações multinacionais, a globalização dos mercados e do trabalho, o consumo de massa e a intensificação dos fluxos internacionais do capital. Seria mais propriamente uma crise de reprodução do capital do que um estágio de desenvolvimento, uma vez que o crescimento do consumo (e portanto, da produção) tornar-se-ia insustentável pela exaustão dos recursos naturais (fonte: Wikipédia).

degradação deste tipo de união, apoderando-se do que estava aparentemente excetuado, subordinando-o às ordenações alienadas do direito e da propriedade, lançando escárnio sobre aqueles que se presumiam seguros. Na sociedade da troca onde o sujeito também é objeto, o ego é objeto dos sistemas abstratos de controle e o superego é substituído pela aceitação obstinada de algo que vem do exterior. Acrescenta-se a esta observação que a garantia à sobrevivência da espécie humana era a especificidade em manter um registro simbólico do qual nenhum outro organismo vivo viria a ter.

Uma compreensão do simbólico pode ser encontrada em Lacan em seu Seminário IV, realizado no período de 1956 e 1957 (Lacan, 1995). Em uma biblioteca, a bibliotecária organiza os livros nas estantes segundo um ordenamento lógico matemático utilizando letras e números. Quando procura na estante um determinado livro, ao olhar o ordenamento saberá, por exemplo, que há um livro faltando naquela ordem. Ali falta algo. A ordem simbólica é que permite saber onde colocar as coisas e onde encontrá-las. “(...) O simbólico tem a ver com a lei, que é o tipo de enunciado que prescreve em que lugar deve se colocar cada ato, cada pessoa, cada objeto” (Jerusalinsky, 2007, p. 58).

De acordo com Jerusalinsky (2007) o declínio do patriarcado tem a ver com a concepção do que seja próprio do masculino e feminino. Enfatiza, a partir da psicanálise, a cultura e suas representações fálicas, quando o conceito de falo não alude, de modo algum, a nenhum conjunto de virtudes do masculino, nem a deficiência do feminino. Para ele, o falo situa a distância entre o desejo e a significação das coisas, movendo o sujeito na apropriação das insígnias que o representou. Assim com o declínio do patriarcado novas articulações fálicas tomam forma, dentre as quais a mais preponderante, a mais gritante é a circulação de mercadorias.

A violência simbólica é arquitetada pela indústria cultural. Para Caniato (2008) é incontestável que o principal organizador das relações sociais na atualidade é a mídia que tem profundo poder de penetração nas diferentes camadas da sociedade, propiciando, assim, modelos para identificação. O ego é capturado por imagens, minando a capacidade reflexiva da consciência.

Em *Dialética do Esclarecimento*, Adorno & Horkheimer (1985) fala de indústria cultural e afirma que as formas de publicidade na sociedade capitalista manipulam símbolos e representações sociais. Sacrificando momentos do cotidiano, mostra um mundo idealizado, produzido e passado pelos anúncios. Como um espelho mágico a publicidade age e reflete aspectos da sociedade que a engendra. Alimenta a ilusão de uma ideologia que se quer permanente em seu projeto. Através de seus anúncios transforma a arte para aumentar o

consumo. Com a indústria cultural, há muito o pai deixou de ser o herói. Agora o mito heróico a ser seguido é “o sucesso a qualquer preço” para todos.

Birman (2006) ao falar dos destinos e impasses da figura do pai na modernidade insiste na transformação radical do discurso, no qual a figura do pai se desloca de uma posição de proteção da subjetividade para outra na qual, como fantasma, passa a caracterizar-se pelos atributos da falta e da falha. Demonstra diferentes modalidades da fraternidade considerada na relação com os destinos da figura paterna na subjetividade. Sua contribuição às discussões dos destinos/impasses quanto à figura do pai relembra a tradição da psicanálise de ligar Édipo à ordem familiar – a lógica edípiana circula as figuras parentais configurando a realidade psíquica.

Propõe à discussão do tema fraternidade em psicanálise que se leve em consideração a presença da economia libidinal nos laços sociais bem como se leve em consideração os destinos da paternidade na subjetividade moderna deixando um pouco o traço rivalitário ao qual o conceito concerne. Relembra o traço mortífero que liga a disputa dos irmãos pelo amor do pai. “Não se pode considerar, portanto, o destino rivalitário da fraternidade sem que se sublinhe enfaticamente, ao mesmo tempo, o lugar estratégico ocupado pela figura do pai na disputa fraternal” (Birman, 2006, p. 143). Considera que nos desdobramentos do mal-estar na pós-modernidade, novas modalidades de sofrimento psíquico evidenciam a impossibilidade de se separar na subjetividade atual os registros da imago paterna e do nome do pai (leis). Faz lembrar que atrelado a desconforto na atualidade não se pode deixar de destacar os efeitos da desregulação. Dufour (2001) esclarece que o tempo atual se caracteriza pelo excesso de legitimação das normas e dos costumes produzidos pela globalização e paradoxalmente pelo descumprimento das leis pelos próprios aparelhos que as cria.

Cita o momento metapsicológico quando o pensamento freudiano se transforma. Ao não acreditar mais nas suas históricas, Freud (1897) operou a salvação da figura do pai, fato que em *Mais Além do Princípio do Prazer* (1920), põem por terra a salvação do pai, uma vez que sua nova tentativa de descrição psíquica não protege mais o pai, porque delineia neste momento a pulsão de morte, colocando o pai numa condição falha e de falta, não podendo ser o pai da proteção, visto que Eros e Thanatos andam *pari passu* na subjetividade. A pulsão de morte foi “(...) caracterizada pela sua dimensão de silêncio e pela ausência dos representantes da pulsão”. (Birman, 2006). A presença do excesso e da intensidade da pulsão de morte na subjetividade indicaria uma falha na articulação representacional da pulsão.

Assim na falta representacional da figura paterna estariam reunidas condições para a experiência traumática no sujeito. Logo, o trauma é uma possibilidade sempre presente e virtual nas palavras de Birman (2006), apontando a fragilidade do psiquismo.

Ele acrescenta que, em 1920, Freud já intuía os limites do registro da representação, que silenciava e era substituída pelo ruído pulsional colocado em ato. Se não se pode contar com a proteção do pai, em termos econômicos, a repetição pode ser uma forma do psiquismo se adiantar ao trauma, ou ao cenário traumático (nos casos de neurose traumática) prevenindo-se de seu excesso pulsional.

Freud não concebe o circuito pulsional como algo constituído em ato pela compulsão, pela polaridade entre a força pulsional e o outro. (...) A falha pulsional e a falta da figura do pai estariam representadas justamente nessa fissura crucial, materializadas que seriam aqui nesse intervalo existente entre a força constituinte da pulsão e o circuito pulsional constituído (Birman, 2006, p. 154).

O que se vê com isso é que o objeto da força pulsional é variável e potencialmente infinito na medida em que a figura do pai, como articulador e regulador do circuito pulsional é falho e expõe o sujeito ao acaso dos encontros e dos desencontros objetais. Foi justamente pelo viés do acaso que o discurso freudiano trouxe de volta a importância crucial da contingência e do acontecimento para o psiquismo.

Na leitura da cultura, o discurso freudiano estabeleceu simultaneamente as transformações fundamentais dos conceitos metapsicológicos, com as inevitáveis implicações que produziram na teoria da experiência psicanalítica. O discurso freudiano destacou a constituição da ordem humana como sempre inscrita na ordem simbólica. Pela passagem do registro da natureza ao da cultura pelo limite inesquecível imposto à onipotência do pai primordial. Entretanto, há uma transformação de sentido da categoria pai no pensamento freudiano, ao substituir a figura do pai protetor pela do pai falho e faltante, signo revelador da economia simbólica.

A atual contexto histórica evidencia um conjunto de transformações sociais num mundo globalizado onde o excesso de regulamentação desregulariza e desprotege o sujeito empurrando-o para o desamparo. Frente a novas formas de organização dos laços sociais sob interferência da economia mercadológica, também a economia psíquica sofre alterações.

Um fato é inegável: desde a inauguração da cultura pela regra, o pensamento e o comportamento simbólico estão entre os traços mais característicos da vida humana, e que todo progresso/mudança cultural se baseiam nessas condições.

O surgimento de uma organização social na natureza só se deu porque o homem foi capaz de criar normas. Elas diziam o que podia e não podia ser feito a partir do fato de o homem ser um animal eminentemente simbólico e porque dentre os instintos o estímulo sexual é o único que necessita do outro na relação, escancarando sua dependência.

Com a psicanálise é possível pensar a estrutura familiar a partir destas condições mencionadas, lembrando o lugar hierárquico ocupado pelo pai da horda. Seu assassinato, com posterior idolatria na figura do totem, transformou o pai de perseguidor, enquanto o chefe violento, dono de tudo e de todos, em pai perseguido (pai seguido, se pensarmos numa escansão ao modo lacaniano), no sentido de ideal a ser alcançado que perdurou até recentemente.

Independente das mudanças históricas que a civilização vem sofrendo, o pai, enquanto real, tem ocupado um lugar fundamental na constituição da subjetividade como o agente externo que faz barra, limite aos instintos humanos, dando condições de humanização a partir da sublimação destes. Isso está em mudança na sociedade atual, especialmente decorrente da política econômica adotada no mundo globalizado favorecendo novos modelos de se estruturar a família. As mudanças nas relações de gênero, desde a época Vitoriana, têm influenciado a concepção do que seja próprio do masculino e do feminino, o que se coaduna com o declínio do patriarcado. Deslocado do lugar de símbolo da lei, conquistado no início do processo civilizatório, o pai, no discurso intelectual contemporâneo está sendo deslocado do pólo do poder absoluto para o poder relativo. Isso está personificado já em 1920 no ponto de vista de Freud, a partir do conceito de pulsão de morte, em *Mais Além do Princípio do Prazer*. O pai que falha e falta seria a condição do mal-estar na modernidade não por má vontade ou falta de vontade própria, mas por sua condição estrutural de não ser suficientemente o interditor do resto pulsional no aparelho psíquico. Sempre sobra um resto pulsional que Birman (2006) chama de ruído e Laplanche (apud Cardoso, 2002) chama de mensagens não metabolizáveis.

Na contemporaneidade, a falha estrutural está sendo capitaneada pelo discurso vigente (neoliberalismo) que se caracteriza por pretender transformar o real. Assim, ao não aceitar a fragilidade humana, rechaça a castração. Na sociedade de muitas leis, a lei do pai (interdição) quando se faz presente, falha, não funciona e assim não garante ao sujeito a aceitação suficiente de sua própria falta.

A psicanálise acrescenta que a figura do pai protetor e mesmo idealizado “libidinisa”²¹ a massa através da sua presença simbólica e pode transformar agressividade narcísica em exercício da alteridade. Se este lugar não é ocupado, pode sobrevir uma desorganização social orquestrada pela regressão do ego. O enfraquecimento da função paterna, ou mesmo a sua anulação, marca uma dificuldade em simbolizar, restando o vazio. A desregulamentação simbólica confunde as mentes.

(...) Permitem compreender que a atual desinibição simbólica não é somente uma questão de libertação dos costumes e de saída mais ou menos dolorosa do patriarcado. De fato, a suspensão atual das proibições revela que perdura um verdadeiro projeto pós-nazista de sacrifício do humano. Ele é sustentado pelo anarco-capitalismo que, ao mesmo tempo em que quebra todas as regulamentações simbólicas, possibilita que a técnica avance sozinha até quebrar a humanidade (Dufour, 2005, sem numeração).

Diante de um ego fragilizado, o avanço tecnológico incrementa a imagem e assim captura o indivíduo, como um dia a imagem difusa da mãe capturou o bebê, e através da dinâmica presença/presença (não há intervalos) faz circular de maneira rápida uma outra ordem para as coisas e as pessoas. As condições materiais e simbólicas estão mudando de lugar, senão o que pensar da água saborizada? Aquilo que naturalmente era inodoro e sem gosto agora tem sabor e cheiro. Logo, o que temos não parece ser uma nova ordem e sim, nas palavras de Dufour (2005), um desregulamento. Possivelmente teremos uma nova patologia das perturbações da fala, mencionada por Freud (1915) em *O Inconsciente*. Trata-se de uma afasia assimbólica, afasia de segunda ordem, na qual a associação entre a apresentação da palavra e a apresentação do objeto está perturbada. Esta não seria desencadeada por causa orgânica, como é freqüente, mas por falhas no processo de simbolização. Ou seria registrada uma epidemia de dislexia.²²

Se no início do processo civilizatório houve um fator biológico para estabelecimento da regra contra o incesto, o mesmo não ocorre na atual desregulamentação que assola a sociedade. Segundo Dufour (2005), o fator é econômico.

O homem e a mulher não ocupam mais o lugar que ocupavam na ordem familiar, mas o espaço de onde foram desalojados está sendo estrategicamente capturado pela ordem econômica estabelecida, quando o ideal paterno está sendo preenchido por um outro ideal – o ideal de consumo, fazendo com que o indivíduo dê adesão às promessas de completude que se

²¹ No grande grupo, a libido paterna ou do líder pacifica e aglutina a massa. O contrário disso, conforme Freud (1923/1994), torna a massa dispersa e a coloca em pânico, logo, à mercê de emoções desagregadoras: “Se não há um líder a seguir, então que seja ‘Cada um por si e Deus para todos’”.

²² Dislexia: síndrome de origem lingüística que se caracteriza pela dificuldade de decodificação das palavras. Entre outros problemas está a dificuldade da associação do som à letra.

fazem oferecer pelos signos de poder agregados no objeto/fetice. “A idealização é um processo que diz respeito ao objeto; por ela, esse objeto, sem qualquer alteração em sua natureza, é engrandecido e exaltado na mente do indivíduo” (Freud, 1914, p.111). Ele ainda menciona que qualquer outro objeto (deslocamento) do mundo externo pode ser idealizado (ideal de ego), passando a ocupar um lugar de destaque na constituição do sujeito. Ou que a consciência moral seja a base de apoio aos ideais na atualidade (Freud, 1923).

Parafraseando Freud (1915), a sombra do objeto cai sobre o ego, deixando-o à mercê do superego, atualizando compulsivamente o imperativo do gozo nas fissuras abertas na subjetividade atual. Conseqüências perniciosas para o *homo symbolicós* de uma cultura que está passando pela constância e regularidade da desregulamentação/dessimbolização.

Assemelhando-se à compulsão, à repetição proposta por Freud (1920), o rito da morte do pai vem se repetindo através da história. Da morte do pai no mito da horda primeva à fragilização do pai do século XXI; do poder absoluto e monárquico decapitado junto com o rei da revolução francesa à falência do Estado na globalização. Conforme entendimento psicanalítico, toda repetição demanda o novo, essa repetição – a do discurso social sobre a fragilidade da figura do pai ou do esvaziamento de sua função – se assemelha então, a uma compulsão, que exige satisfação.

Neste caso, pode tratar-se de uma demanda ao pai na sua função protetora, promessa de outrora que nunca foi abandonada no desejo humano – a de que possa existir algum objeto (alguém) capaz de apaziguar a dor de existir ou de fazê-la cessar completamente. Nesse último caso, há plena concordância com o que Freud (1920) revelou em *Mais além do princípio do prazer*.

Quanto a um outro parricídio anunciado no título do capítulo toma-se a análise a partir dos outros dois parricídios míticos ocorridos em torno da figura do pai: o da horda primitiva e o cometido por Édipo. É inegável que este terceiro parricídio seja o que vem ocorrendo no campo dos símbolos, desde a destruição da memória histórica, passando pelo desaparecimento recente de mitos e ritos tão necessários na preservação da cultura. O pai, enquanto ponte entre indivíduo e cultura, transmissor da tradição, das regras, da ordem e da lei “deixou” de ocupar esse lugar. A título de ilustrar o que seja perda de referências, inclui-se a mais recente perversão de alguns signos que ganharam outra significação, para além da natural: a água, não é água é refrigerante, o brilho no céu transmitido na televisão não são fogos de artifícios, são bombas explodindo numa guerra em algum lugar do planeta. Dizendo em outras palavras “aquilo” não é mais “aquilo”, é outra coisa...

4 DO DESAMPARO ORIGINÁRIO AO DESAMPARO CONTEMPORÂNEO

“Além do horizonte deve ter algum lugar bonito pra viver em paz. Onde eu possa encontrar a natureza, alegria e felicidade, com certeza...”.

(letra da música “Além do Horizonte” de Roberto e Erasmo Carlos).

Num tempo histórico marcado por mudanças nas sociedades frente aos recursos tecnológicos e suas incrementações constantes e muito rápidas, o nível de desamparo se eleva. Esse seria o motivo pelo qual existe mal-estar na contemporaneidade. Em que pese haver um desamparo que está na origem da vida humana (desamparo originário) que perpassa o sujeito de fio a pavio por toda vida (desamparo estrutural), a pressão das forças pulsionais (instintos) e suas vicissitudes na cultura (desamparo contemporâneo) estão longe de contemplar o homem com uma felicidade duradoura, oferecendo-lhe o objeto adequado à satisfação plena. Além disso, a modernização das sociedades, na tentativa de desenvolver mecanismos de superação da fragilidade inexorável à condição humana, tem contribuído para que o estado de desamparo aumente cada vez mais. A globalização tal como foi implantada, é um exemplo disso. Ao visar a queda de barreiras e fronteiras entre as nações, com a suposta intenção de eliminar as diferenças, paradoxalmente, aumentou as desigualdades, impondo ao homem sofrimento psíquico.

A despeito da globalização, da modernização das sociedades e os descaminhos causados por esta história nefasta, o objetivo neste capítulo é pensar o desamparo enquanto inerente à vida humana. Assim como a importância na estruturação da subjetividade e o que vem ocorrendo com os indivíduos que vivem o sentimento de desamparo na contemporaneidade, esta, manifestada no amargor e na desesperança experimentados frente ao desemprego, à violência, ao aquecimento do planeta.

Antes de mais ver, cabe notar que a definição da palavra “amparo”²³, em todas as acepções aponta que ele está do “outro lado”. Por tratar-se de ação desencadeada por um terceiro, o sujeito do amparo é o outro. Como fonte de amparo, temos naturalmente a família e a partir dela a sociedade, a religião, o Estado. Em relação à definição da palavra **desamparo** encontra-se: ato ou efeito de desamparar; estado daquilo que ou de quem se encontra abandonado, privado de ajuda material e/ou moral, certificando que a ação para instalar o

²³ Amparo: traz duas acepções: “ato ou efeito de amparar(-se), de escorar(-se); amparamento, sustentação, apoio”; e “pessoa ou algo que ampara, que ajuda ou socorre, que presta auxílio; apoio, arrimo, escora” (Houaiss, 2008). Sua origem etimológica data do século XIII, do lat. *anteparâre*: proteger, sustentar, defender (Cunha, 1986).

estado de desamparo também está do lado de fora do sujeito. Essa abstração aponta, *per si*, a existência humana referenciada no outro. É o que se vê em Freud: “Esse motivo é facilmente descoberto no desamparo e na dependência dela em relação a outras pessoas, e pode ser mais bem designado como medo e perda de amor” (Freud, 1930, p. 128).

Na maioria das referências psicanalíticas atuais, o conceito de desamparo aparece ligado ao conceito de mal-estar na cultura. Cabe lembrar que Freud nunca intitulou um texto com este nome especificamente, embora a noção de desamparo seja encontrada perpassando toda sua obra e bifurcando com vários conceitos centrais em sua teoria psicanalítica, tais como o narcisismo (1914), a melancolia (1917), a pulsão de morte (1920) a angústia (1926) e feminilidade (1931). Acrescem-se a estes, seus textos sociais, onde é possível entrever muitas vezes o desamparo enquanto elemento da estruturação da subjetividade no homem, onde cada texto parece avançar e depurar a metapsicologia dessa condição. E nesse desenvolver contínuo de sua teoria sobre as relações precárias do homem com o mundo que ele vai avançando até chegar a Moisés e o Monoteísmo (1939) – regresso à história da dependência humana e da confirmação da crença em alguém que lhe possa dirigir e ajudar na travessia da existência. Este último trabalho, considerado uma continuação à origem das organizações sociais, retorna ao cenário o anseio ao **pai**, um dos eixos dessa dissertação.

4.1 O desamparo originário em Freud

O desamparo originário parte na noção freudiana da condição biológica do ser humano. Para ele “O fator biológico é o longo período de tempo durante o qual o jovem da espécie humana está em condições de desamparo e dependência” (Freud, 1895, p. 97). Baseado nos estudos de Darwin, diz que a vida intra-uterina parece ser insuficiente para que o filhote humano possa nascer neurologicamente maduro, embora, em comparação com a maior parte dos animais mamíferos a gestação humana é mais longa. O bebê é lançado ao mundo em estado de imaturidade neurológica, e o motivo está na complexidade da etapa final de desenvolvimento neurofuncional do homem em comparação com a etapa inicial. A gestação maior do homem, com relação à maioria dos animais, seria justamente sinal de que ele permanece imaturo por mais tempo com relação à complexidade do funcionamento adulto, e mesmo depois de nascido ainda não está logo pronto para sobreviver sozinho. Considera-se o animal, cuja diferença entre o filhote e o adulto é a maior em toda a série evolutiva, os fetos

que amadurecem rapidamente com relação à forma adulta, logicamente, podem nascer antes e ter gestação mais curta, nas séries inferiores aos mamíferos isso é ainda mais evidente.

Foi do esforço para tornar a psicanálise uma ciência natural em seu *Projeto para uma Psicologia Científica* (Freud, 1895), que a noção de desamparo originário ocorreu na sua obra. Neste momento dos fundamentos da teoria psicanalítica, se deparou com a concretude da fragilidade da criança para sobreviver por seus próprios meios, o que o fez considerar o nascimento como o desamparo primordial. Noção esta que emerge da condição biológica diante da incapacidade objetiva do organismo em satisfazer suas próximas exigências à sobrevivência. A partir da descrição dos fenômenos psíquicos com base nos neurônios e as quantidades de energia que circulam nas redes neuronais ele descreveu este estado de desamparo original. Ou seja, no momento do nascimento até mais ou menos os dezoito meses da criança, a mielinização das fibras nervosas não está pronta. A mielinização (que influi na velocidade dos impulsos nervosos, em função do chamado *efeito saltatório* na bomba de sódio/potássio que sem a bainha de mielina não ocorre) importa nas respostas dos neurônios e torna o funcionamento do sistema nervoso precário à regulação do afluxo de estímulos tanto internos quanto externos. Deste estado neural precário Freud descreve o processo pelo qual o organismo vivo realiza a função primária do sistema nervoso – a descarga do excesso de energia circulante. Assim, os neurônios, repletos de quantidades de energia (estímulos endógenos) fazem com que o organismo tenha sensações de desprazer, quando apenas uma ação específica é capaz de cessar esta vivência, ou seja, é capaz de ajudar a descarga da energia que está em excesso. Após a descarga os estímulos internos não cessam porque uma quantidade de energia continua armazenada, mas o organismo experimenta um alívio, logo experimenta um prazer, e a nutrição do recém nascido é o melhor exemplo desse estado de desprazer/prazer. A ação específica que interrompe as sensações desprazerosas parte do meio externo, por conseguinte, é agenciada por um outro humano.

Freud chama atenção para este ato, denomina este estímulo, ou resposta, que vem do lado de fora, de “ação específica”. “Para realizar essa ação (qualificada de ‘específica’), requer-se um esforço que seja independente da ‘Q’ endógena e, em geral, maior, já que o indivíduo se acha sujeito a condições que podem ser descritas como as *exigências da vida*” (Freud, 1895, p. 170). Isso presentifica que a *fremde Hilfe* (ajuda exterior) do outro benevolente que realiza a tarefa, inaugura o psiquismo. Segundo Freud (1895) esse primeiro ato do outro é experimentado pelo bebê com a satisfação que dá fim à vivência de desprazer e por isso inaugura, marca, imprime traços do psiquismo. Um registro de memória será acionado a cada nova sensação de tensão. Logo, é essa a primeira experiência de satisfação,

que, por inaugurar o psiquismo, inaugura também o “desejo”²⁴. O fato do bebê se tornar um “ser que deseja” se constitui num dos seus motivos de desamparo subjetivo, uma vez que, o desejo surge no mesmo lugar onde anteriormente havia o desamparo. Conforme está no *Projeto* (Freud, 1895), o desamparo biológico é base constitutiva do desamparo enquanto estrutura da subjetividade porque a fragilidade inicial move o bebê em direção ao outro humano.

A necessidade de outro semelhante para poder existir, caracteriza o que é do ser humano. E, é apenas por meio dessa dependência que a aquisição da linguagem é possível. Dentro da hipótese de que a linguagem surge para o homem de sua necessidade de comunicação social no trabalho coletivo, em função da necessidade de planejamento da ação para dar conta de suas necessidades é a díade mãe-bebê que detém a gênese da linguagem - atividade exclusivamente humana. Sem a presença do outro não se aprenderia a falar. Já vimos anteriormente que esse ponto de apoio originário ao mecanismo psíquico é a mãe, ou qualquer outro que exerça a função de nutrir o recém-nascido ou lhe dispense os cuidados higiênicos. Seguindo essa linha de raciocínio, a instalação da linguagem no sujeito estabelece-se a partir das prementes necessidades de descarga do recém-nascido, e são as descargas motoras, que no momento do nascimento são apenas reflexos: choro, manifestações guturais, espasmos e caretas, por serem visíveis podem ser interpretados como sendo expressões de desprazer (dor e sofrimento). Freud chamou isso de “compreensão mútua”, especialmente porque a mãe interpreta isso como sofrimento ou dor. Logo, dessa relação ao meio externo se estrutura o sujeito possuidor de um mundo interno rico de símbolos.

A partir desta vivência decorre uma demanda originária, que se inscreve na subjetividade sob a crença imaginária da onipotência do bebê na onipotência do outro – configuração da demanda de amor, obviamente ancorada no corpo biológico. Explicitando melhor, a descarga energética é erogenicizada, melhor dizendo, impregnada da libido do outro e pelo outro retorna para o interior do organismo, contribuindo com a fixação da ordem vital (vida e morte), (Laplanche, 1997). Em consequência, o sistema nervoso é obrigado a abandonar sua tendência original à inércia, quando a quantidade de energia circulante seria igual à zero. Foi preciso aprender a tolerar um acúmulo de excitações, suficiente para satisfazer as exigências da ação específica. Mesmo assim, a maneira como realiza isso demonstra que a mesma tendência persiste modificada pelo empenho de ao menos manter a

²⁴ Desejo: Aparece em *Interpretação dos Sonhos* (Freud, 1900) para designar uma moção infantil e sexual. Constitui-se a partir do outro – é a margem que separa, devido à linguagem, o sujeito de um objeto supostamente perdido. Esse objeto primeiro causa o desejo, tornando o sujeito um ser desejante (Chemama, 1995).

“Q” no mais baixo nível possível e de se resguardar contra qualquer aumento da mesma - ou seja, mantê-la constante, princípio da constância.

Assim, a grande ferida narcísica, ou o maior sentimento de desamparo humano, estava exposto, ou seja, da dependência (real) o sujeito passa à demanda (ideal). “Se ela perde o amor de outra pessoa de quem é dependente, deixa também de ser protegida de uma série de outros perigos” (Freud, 1939, p. 128). Seguindo o que Lacan (1985), diz sobre isso, que toda demanda é demanda de amor. Logo, cumprida a satisfação de necessidades orgânicas, o sujeito deseja amparo afetivo, isso o faria forte o suficiente para buscar subsistência por seus próprios meios. Mas não é isso que vai ocorrer. Deixemos isso em suspenso.

4.2 Desamparo estrutural/subjetivo

Até aqui a teorização freudiana aponta o desamparo como uma noção, condição *sine qua non* que coloca o homem como sujeito das relações e por isso enfatiza o impacto do meio sobre o organismo e a reação do organismo ao meio. Ou melhor, a incapacidade motora do recém nato para efetuar uma ação objetiva e coordenada exige ação ou ajuda alheia na qual alienará sua subjetividade.

Esse desamparo subjetivo pode ser entendido como desamparo “de estrutura”. Para melhor compreender o que seja estrutura, o exemplo de edificação de prédios da construção civil é útil: há uma base na estrutura, no caso, a fundação (buraco no solo) com amarrações de ferro e concreto. O termo estruturalismo vem de uma corrente de pensamento nas ciências humanas, inspirado no modelo da Lingüística baseado em Ferdinand de Saussure (linguista do início do século XX) e que apreende a realidade social como um conjunto formal de relações. A proposta da Lingüística Estrutural é de abordar qualquer língua como um sistema no qual cada um dos elementos só pode ser definido pelas relações de equivalência, ou de oposição que mantém com os demais elementos. Esse conjunto de relações forma a estrutura. Logo a constituição subjetiva como mencionada acima se faz com base no desamparo originário, por isso se torna uma estrutura, presente nas relações indivíduo/cultura.

Portanto, o desamparo tal como vem sendo discutido até aqui é o desamparo estrutural, logo subjetivo. Por ser complexa, a interface do desamparo com outros temas em psicanálise é rica. Freud, entretanto o associou a vários outros conceitos no desenvolvimento de sua teoria, dissipando dúvidas sobre o desamparo ser parte na estruturação da subjetividade. Do estudo empreendido até esta etapa da pesquisa é possível entender, com

Freud, que o ser humano é o ser da dependência das relações e isso é assimilado pelo sujeito do inconsciente na dialética amparo/desamparo.

O ponto de partida para entender o desamparo subjetivo é o significado da palavra. A “ajuda” está na raiz da palavra alemã *Hilflosigkeit*²⁵ encontrada na obra freudiana para designar o desamparo quando enfatiza o sentido de estado objetivo de dependência do recém-nato para com o adulto, no que diz respeito à satisfação de suas necessidades vitais, e dá ênfase à insuficiência no desempenho da criança no que tange à sua auto-conservação biológica. Como no significado da palavra desamparo na língua portuguesa, entende-se que o ponto de apoio que ampara está do lado de fora do sujeito, está nas mãos do outro, apontando que o projeto humano não pode prescindir do outro para a felicidade.

Com isso, anos mais tarde, Freud (1920) pôde compreender que o prazer instituído pela figura materna, através de seu investimento, desvia a tendência do organismo à inércia (“Q” igual a zero), ou tendência à morte, confirmando que a presença da mãe transforma radicalmente a descarga de energia. Realinhando-a para o corpo do bebê, estimula o instinto de auto-preservação e o auto-erotismo²⁶. Esse fato encaminha o rumo das forças instintivas. Isso significa que a vida se torna possível na via da benevolência do outro, delineando que a vida é o movimento para dominar a tendência à morte. Com essa inflexão realizada pelo outro, a libido é recolocada no interior do organismo e precipita o instinto de vida: Eros.

Pode-se dizer que, se esse investimento materno realiza a suplência temporária da carência biológica do organismo humano até que este possa amadurecer enquanto tal, ele possibilita ao mesmo tempo a construção do psiquismo. Seria, pois, a estrutura psíquica derivação dos cuidados maternos, que permitiria o confronto do ser com sua carência originária (Birman, 1999, p. 153).

Sem a construção do psiquismo a organização somática do recém nato seria também impossível e estaria condenada à morte. Assim, o psiquismo é que possibilita a existência

²⁵ A Edição Standard Brasileira da obra de Freud traz a palavra *Hilflosigkeit* traduzida por *helplessness* que tem um sentido próximo à palavra alemã; é traduzido por “incapacidade” de sair bem de situações difíceis, de se virar. Entretanto a tradução literal de, *helplessness* é a ausência de ter a quem recorrer “irrecorribilidade” (se fosse apenas uma palavra). Entretanto, ao estar sem ninguém a quem se possa recorrer, o indivíduo será capaz de se virar ou não. Isso é algo que não está posto abertamente na palavra também incapaz. Então uma “irrecorribilidade” seria algo criado pelo outro, logo se não se tem a quem recorrer é porque algum outro se ausentou, e não por uma “incapacidade do indivíduo”. No mínimo o indivíduo deve ter capacidade de pedir ajuda. Ainda assim, “não ter os recursos suficientes” não é exatamente sinônimo de ser “incapaz”. Por exemplo, um engenheiro é incapaz de construir um prédio sozinho, não tem recursos suficientes. Mas não se chamaria a ele de um profissional “incapaz”, por precisar de outros para realizar seus objetivos. “Incapaz” parece trazer mais a idéia de deficiente, defeituoso, do que de delimitado ou incipiente.

No dicionário Vocabulário de Psicanálise de Laplanche e Pontalis (1976) destaca o aspecto objetivo do desamparo no recém-nascido por incapacidade motora para efetuar ação coordenada eficiente. Nas Obras Completas Francesa encontra-se a decomposição da palavra em *Hil* (ajuda), *hilflos* (sem ajuda, desarmado, incapaz de se sair bem por si mesmo; *keit* indica um estado ou uma qualidade). Logo, *Hilflosigkeit* é um substantivo e designa o estado ou condição de alguém que se encontra “desamparado” (*hilflos*) (Pereira, 1999).

²⁶ Auto-erotismo: conceito que Freud retirou de Havelock Ellis que significava excitação que surgia dentro do corpo. Para Freud (1905) é quando o impulso sexual toma o próprio corpo como objeto de prazer (Chemama, 1995).

humana bem como mergulha o sujeito no seu corpo físico, podendo até transformar sua natureza débil, mas não antes de submetê-lo a uma divisão subjetiva. O fato é que um inexiste sem o outro. Tanto o corpo biológico depende do psiquismo quanto este depende do primeiro. A mesma coisa ocorre com o bebê e sua mãe. Ele depende dela, mas sua existência transforma a insuficiência materna em desejo narcísico. Do lado da mãe minimamente, o anseio materno é que o bebê realize todos os seus ideais, conforme em *Sobre o Narcisismo: uma introdução* (Freud, 1914). Neste sentido, há uma locupletação; o resultado dessa ação entre ambos, mas que se constituirá numa grande fonte de sofrimento, talvez o mais penoso, porque não haverá regulamentos que dêem conta de ajustar essa relação e “nem os relacionamentos posteriores na cultura” (Freud, 1930, p. 93).

O mito de narciso auxilia o entendimento deste desamparo subjetivo quanto à expectativa de realizações e satisfações depositadas no outro. Este outro é o espelho que reflete a imagem idealizada, que surge no imaginário²⁷ como o detentor das significações da vida, logo portador do pote de ouro no fim do arco-íris. Como não há correspondência entre o que o bebê deseja e o que o outro apresenta, sem pensar na possibilidade deste outro se eximir totalmente da apresentação do objeto, há retração narcísica. Ou seja, o fato de depositar a realização da própria felicidade nas mãos do outro deixa o sujeito sob expectativa permanente, porque sua crença no outro não é garantia de nada, mas o bebê denega a frustração, em lugar de amadurecer com ela. Na paixão narcísica, o sujeito busca a completude, mas não encontra e retorna ao próprio eu em forma de injúria narcísica. Essa é uma possibilidade de não se deparar com o sentimento de desamparo, apenas com o mal-estar sob comando do superego.

Outra faceta do espelho de narciso é que na ausência da imagem idealizada, reflete o vazio, e isso se constitui numa ameaça ao desaparecimento do eu. Reflexo da morte, ao menos da fantasia da morte como possível. Como o bebê não é mais apenas um “bolinho de carne”, ele foi vinculado à vida porque foi nomeado no desejo do outro, bem como seu corpo foi libidinizado, a ausência deste e tudo o que representa se presentifica como ameaça mortífera.

Vida e morte caminham juntas na subjetividade constituindo mal estar com o qual o sujeito vai se deparar e administrar por toda vida. Em especial todas as vezes que enfrentar conflitos internos (entre as instâncias psíquicas se pensarmos em localização, ou econômicas

²⁷ Imaginário: Conceito lacaniano ligado ao conjunto terminológico R.S.I. (real, simbólico e imaginário). O imaginário só pode ser pensado em suas relações com o real e o simbólico. Entendido a partir de imagens, este é o registro do engodo, da enganação, das identificações. Lacan representava o enlaçamento dos três registros através de três círculos de barbantes ligados num nó Borromeano. Quando um dos círculos se desfaz, os outros também se desfazem (Chemama, 1993).

se pensarmos nas pulsões), e externos (se de ordem das relações do indivíduo com a sociedade) ele vai experimentar a ameaça de aniquilação.

O conceito de castração de Freud equivale a esse receio de desaparecimento do eu. Isso significa dizer que não há possibilidade do sujeito representar seu aniquilamento sem sentir-se desamparado. No inconsciente, o sujeito jamais morre, quem morre é sempre o outro. O Princípio do Prazer e a onipotência não possibilitam pensar na própria morte até o último suspiro (Freire Costa, 2000). Ou seja, se o sujeito do inconsciente nasce por meio do desejo do outro, a morte só pode ser apreendida como real por meio da morte deste outro.

Para Freire Costa (2000), a impossibilidade de representar a morte tem dois sentidos. O primeiro é um sentido freudiano, para quem a morte é um mistério na imaginação humana. Ele contesta essa idéia. Em seu ponto de vista esta explicação não tem consistência, pois a própria existência é um mistério. Considera um segundo sentido mais plausível: não se pode representar aquilo que não se experimenta. Ademais, o morto não existe para contar a história da morte. Ele acrescenta ainda que na obra freudiana a idéia de desamparo frente à morte é complexa e discorda da idéia da morte como causa do desamparo traumático. “Onde há negação da morte não pode haver traumatismo provocado pela morte” (Freire Costa, 2000, p. 5). Ele argumenta que há um contra-senso lingüístico, pois o trauma, conforme conceituado por Freud (1920) só seria possível frente a um eu sobrevivente à própria morte. Acrescenta que o medo da morte teria origem nas crenças religiosas da imortalidade da alma. Para ele em última instância o que Freud queria dizer com medo da morte ou a morte que impede sua própria representação se referia à angústia de aniquilação do “eu”. Isso sim seria o desamparo em Freud, ou seja, o eu não consegue representar seu desaparecimento sem sentir-se desamparado. Mas, para o autor, isso continua sendo uma construção imaginária, por isso não está universalmente presente em todas as culturas.

Dentro desta perspectiva, Freire Costa (2000) encontra no próprio Freud uma justificativa para o desamparo. Para ele, em uma crítica ao iluminismo que teve pretensão libertária, a psicanálise freudiana respondeu com um eu dividido.

À imagem triunfalista de um eu senhor de si mesmo, ilusoriamente consciente de seus “melhores interesses”, a psicanálise respondeu com o “eu trágico e romântico” do Inconsciente e da pulsão de morte. Em outros termos, diz-se que Freud fez a crítica da ingênua razão iluminista, ao mostrar que o “eu racional” é uma ficção imaginária criada para ocultar a “ferida da existência” ou a ameaça de castração. O “eu” ou “ego” na psicanálise, ao contrário disso, é uma entidade irrelevante, do ponto de vista ontológico. Ele é, pura e simplesmente, uma aparência ilusória, um semblante sintomático do sujeito do desamparo, fadado ao mal-estar, à incompletude e ao angustiante enigma do desejo do Outro. O sujeito, dividido pelas pulsões, pelo simbólico ou pelo Real, encontra a seu dispor “formações egóicas” prêt-à-porter que

ocultam o originário e irreduzível desamparo, em favor da totalidade narcísica. (Freire Costa, 2000, p.5).

Com isso ele quis dizer que a pretensão do ego é sempre de totalidade negando a divisão subjetiva, ou a castração. Em sua compreensão, o desamparo é uma idéia atraente numa concepção utilitarista e racionalista do eu. Conclui que o desamparo é um produto imaginário das defesas egóicas, e não acredita que o sujeito seja ontologicamente²⁸ desamparado.

Da investigação de Moreira (2004), é possível extrair outro ponto de vista, além do de Freire Costa (2000): a situação primordial do desamparo revela o apelo ao outro, porém é amordaçada e silenciada pelo objeto de satisfação e pelo processo alucinatório que ocorre no interior do aparelho, como se fosse uma defesa à presença do outro. Essa perspectiva torna possível pensar que o desamparo é a condição humana, contudo, se aparece de forma obscura na obra de Freud é porque está ofuscado pela alienação do sujeito ao objeto de satisfação, e eclipsado pelo desejo de garantir ao sujeito independência.

Para Freud (1915), a idéia da morte sempre remeterá o sujeito ao estado de desamparo porque ela é traumática, ela é traumática por não ter representação psíquica, ao menos parece não haver formas simbólicas que contemplem o afeto desencadeado pela inexorabilidade da própria morte. Com Lacan (1985), é possível compreender que a morte é o verdadeiro encontro com o Real, que por si é inominável.

Por sua vez a Arte e Literatura ensaiam uma representação para a morte, mas sempre resvalam no imaginário. É o que se extrai das palavras de um jornalista brasileiro: o encontro com a morte é sinistro²⁹. Ele escreveu, na ocasião do velório de um humorista da mídia televisiva, um texto sobre o tema morte, onde o irrepresentável da finitude, só é apreensível por meio da morte do outro, e parece mais fácil assimilar atravessado por um sarcástico humor.

Assisti a algumas imagens do velório do Bussunda, quando os colegas do Casseta & Planeta deram seus depoimentos, parecia que a qualquer instante iria estourar uma piada, estava tudo sério demais, faltava a esculhambação, a zombaria, a desestruturação da cena, mas nada acontecia ali de risível, era só dor e a perplexidade, que é mesmo o que causa em todos os que ficam. A verdade é que não

²⁸ Ontologia: estamos entendendo a ontologia no sentido aristotélico do termo e não no platônico.

²⁹ Sinistro: Adjetivo que significa que é de mau agouro, fúnebre, funesto, de má índole, mau, que infunde receio, temível, ameaçador. (Aurélio, 2004).

havia nada a acrescentar no roteiro: a morte por si só, é uma piada pronta. A morte é ridícula.

Você combinou de jantar com a namorada, está em pleno tratamento dentário. Tem planos para semana que vem, precisa autenticar um documento em cartório... Colocar gasolina no carro e no meio da tarde...MORRE.

Como assim? E os e-mails que você ainda não abriu? O livro que ficou pela metade? O telefonema que você prometeu dar a tardinha para um cliente? Não sei de onde tiraram esta idéia: MORRER...

A troca de que? Você passou mais de 10 anos da sua vida dentro de um colégio estudando fórmulas químicas que não serviram para nada, mas se manteve lá, fez as provas, foi em frente.

Praticou muita educação física, quase perdeu o fôlego. Mas não desistiu. Passou madrugadas sem dormir para estudar pro vestibular mesmo sem ter certeza do que gostaria de fazer da vida, cheio de dúvidas quanto à profissão escolhida... Mas era hora de decidir, então decidiu, e mais uma vez foi em frente... De uma hora pra outro, tudo isso termina... Numa colisão na freeway... Numa artéria entupida... Num disparo feito por um delinqüente que gostou do seu tênis... Qual é?

Morrer é um chiste. Obrigá você a sair no melhor da festa sem se despedir de ninguém, sem ter dançado com a garota mais linda, sem ter tido tempo de ouvir outra vez sua música preferida.

Você deixou em casa suas camisas penduradas nos cabides, sua toalha úmida no varal, e penduradas também algumas contas... Os outros vão ser obrigados a arrumar suas tralhas, a mexer nas suas gavetas... A apagar as pistas que você deixou durante uma vida inteira. Logo você que dizia: das minhas coisas cuido eu. Que pegadinha macabra: você sai sem tomar café e talvez não almoce, caminha por uma rua e talvez não chegue na próxima esquina, começa a falar e talvez não conclua o que pretende dizer. Não faz exames médicos, fuma dois maços por dia, bebe de tudo, curte costelas gordas e mulheres magras e morre num sábado de manhã. Se faz check-up regulares e não tem vícios, morre do mesmo jeito... Isso é para ser levado a sério? Tendo mais de cem anos de idade, vá lá, o sono eterno pode ser bem vindo...

Já não há muito mesmo a fazer, o corpo não acompanha a mente, e a mente também já rateia, sem falar que há quase nada guardado nas gavetas.

ok, hora de descansar em paz. Mas antes de viver tudo? Morrer cedo é uma transgressão, desfaz a ordem natural das coisas. Morrer é um exagero.

E, como se sabe, o exagero é a matéria-prima das piadas. Só que esta não tem graça³⁰

O horror frente ao real da morte, segundo Freud, sempre permeia a subjetividade, configurando inclusive o mecanismo de negação. “De fato, é impossível imaginar nossa própria morte, sempre que tentamos fazê-lo, podemos perceber que ainda estamos presentes como espectadores”. (Freud, 1915, p. 327).

A obscuridade da morte e sua presença subjetiva, bem como o horror que causa ficava cada vez mais claro a Freud na sua prática clínica, na análise da sociedade e seus desconfortos, sobretudo, pode corroborar tal pressuposto da análise das estruturas de seus inúmeros pacientes neuróticos. Daí que o tema da morte em sua obra aparece derivado da

³⁰ Este texto aparece em vários sites da World Wide Web como sendo de autoria do jornalista Pedro Bial escrito em 2007, e foi encontrado em http://www.pensador.info/autor/Pedro_Bial/ acessado em 29 de março de 2008.

condição humana em função da prematuridade, da incompletude vital e da longa dependência do outro, principalmente, ele a revela como componente fundamental do sentimento do desamparo e este como a base do sujeito.

Para Freire Costa (2000) essa é uma experiência de categoria psicológica inaugurada na relação com o outro. “O estado de desamparo não é um fato do mundo, mas um produto de uma determinada leitura do mundo” (Freire Costa, 2000, p. 2).

Com base nestes pontos de vista entende-se que, inicialmente, o desamparo, tido como inexorável, não tem rodeios para o que existe de incompleto no organismo. Ademais, esse fato se constitui na maior ferida narcísica ao sujeito – sua subjetividade está alienada ao outro.

Em função dessa ancoragem da subjetividade “lá então” na via do desejo do outro, se constroem mecanismos psíquicos com direito a retornos. Assim a existência caminha entre a ilusão de independência; a ilusão na potência do outro; a desilusão disso, além da possibilidade de ascender à própria fragilidade biológica, que nunca foi filogeneticamente esquecida (Freud, 1917).

Em sendo o desamparo insuperável, a crença do sujeito de que um dia será totalmente independente faz parte da onipotência infantil. As bases de sua subjetividade foram fundadas na prematuridade e por isso a fragilidade estará sempre presente, com o estado de desamparo à espreita de condições específicas para se manifestar e desafiando a pretensão de liberdade do indivíduo.

A essas condições específicas referidas: o susto, o trauma e o horror, Birman (1999) chama “cartografia macabra” do desamparo, e articula-os à pulsão de morte, conceito freudiano (Freud, 1920), forjado frente ao renitente sofrimento humano, que é importante para compreensão do desamparo contemporâneo.

A ambivalente oscilação vida/morte na subjetividade tem respaldo no que se convencionou chamar, na psicanálise, “circuito pulsional”. É um intervalo que sempre se interpõe entre a força e o percurso da pulsão, quando estabelecem entre si uma distância. Esta distância jamais se apaga e evidencia um vazio. O vazio deve ser preenchido por um trabalho relançado continuamente porque o intervalo está sempre se impondo como presença. Desta maneira, a exigência de satisfação está sempre presente no psiquismo. Dito com outras palavras, a satisfação se dá de forma parcial: a pulsão circula o objeto e retorna para o circuito para fazê-lo outra vez, pois o objeto pretendido não é o encontrado. Este se tornou o objeto perdido para sempre na primeira experiência de satisfação, sem, entretanto, ter sido apagado o caminho percorrido naquele momento. É essa força pulsional que vai se impor *ad eternum* à

temporalidade, fazendo o sujeito demandar cada vez mais, o que se constitui como mal-estar, pela impossibilidade de realização.

Em que pese os objetos serem outros e a satisfação ser parcial, ambos possibilitam esse mecanismo de regulação, ou, uma quota de prazer, mas sempre partindo do campo do outro como já visto anteriormente neste capítulo. “Como a objetividade reguladora da força pulsional advém do campo do outro, o intervalo se impõe permanentemente para a montagem do circuito pulsional e da experiência de satisfação” (Birman, 1999, p. 164).

Freud (1915) caracteriza essa força pulsional como constante. Entende-se que o intervalo entre a força e o circuito pulsional se repõe de forma interminável. O recomeço sem fim se deve ao fato de que a força pulsional se produz permanentemente e para não se perder em pura descarga precisa que objetos externos lhe sejam oferecidos, mesmo que seja para contorná-los, seguido do refazer o circuito conhecido. Mais tarde Freud (1920) alçará este mecanismo ao conceito de *compulsão à repetição*³¹ e à *pulsão de morte*³². Isso torna possível compreender esse percurso circular da pulsão, que nunca chega ao seu destino e ainda faz alguns atalhos que geram o mal-estar, como exemplo, o sintoma. De maneira que essa demanda pulsional não se dá sem causar no sujeito a sensação de excesso. Indício de que o desamparo não é tão somente aquele momento delicado na história evolutiva do sujeito, mas está presente como condição humana. (Birman, 1999).

É essa a subjetividade compreendida a partir do desamparo que se observa no texto freudiano (Freud, 1926), quando associa a angústia ao desamparo. Embora tal texto tenha trazido dificuldades a Freud no sentido de dar ao tema uma unidade, apresentou uma articulação preciosa. Trata-se do fato de postular que onde há desamparo há angústia.

Para ele fundamentalmente, o que determina a angústia é uma situação traumática quando o ego não suportou um excesso ou acúmulo de excitação interna ou externa. Sentir angústia é uma resposta do eu frente à possibilidade ou ameaça da ocorrência de uma situação traumática que nesse caso envolve a perda ou separação do objeto amado ou a ameaça de perda do seu amor. “(...) Uma perda ou separação que poderá de várias maneiras conduzir a um acúmulo de desejos insatisfatórios e dessa maneira a uma situação de desamparo” (Freud, 1926, p. 50).

³¹ Compulsão à repetição: Algo que volta continuamente no discurso do sujeito, em seus atos, sem que saiba disso. Assume aspecto compulsivo numa obrigação de repetição. Por isso ligado à “pulsão de morte”. Para Freud é uma reação de um trauma levando o sujeito a tentativa de anulá-lo (Freud, 1914).

³² Pulsão de morte: Pulsão desligada de qualquer representação e que só tende à descarga, seria indomável, estaria sempre presente, espreitando continuamente o sujeito e confrontando-o permanentemente com a sua situação originária de desamparo e de falta de garantias (Freud, 1920).

Além de ser um estado afetivo específico de desprazer a angústia é um ato de descarga, principalmente é uma percepção de descarga eminente. Ela pode reproduzir o trauma do nascimento, embora seja uma forma de repetir o afeto sentido numa experiência traumática originária. Mesmo sem saber qual é o perigo, o sujeito reage a isso. Lacan complementa Freud e afirma que a angústia “não é sem objeto”. Há algo que ameaça a integração do eu, embora não se saiba exatamente o quê.

Nas reações infantis de crianças na escuridão ou frente a um desconhecido, encontramos um bom exemplo de estados de angústia ameaçadora de desamparo. Especialmente em crianças, de acordo com o estágio de desenvolvimento da libido, da vivência da angústia de castração no momento do complexo de castração³³. A fobia do Pequeno Hans (Freud, 1909), manifestava-se com crises de angústia, sinal que além de representar que a criança estava vivendo uma ameaça, também representava o sentimento de desamparo frente à ausência do pai em sua função tanto de proteger Hans dos próprios impulsos libidinosos em relação à mãe, quanto de protegê-lo do narcisismo materno. Toda essa dinâmica está intimamente ligada ao desamparo subjetivo.

Ciente de que angústia é um afeto que acompanha o sentimento de desamparo, Freud distingue dois componentes na situação de angústia. O primeiro componente é a preparação para o perigo que desenvolve ação de fuga ou de defesa. Por assim dizer, esse estado de angústia é a angústia real, “Realangst”, que não deixa de ser um sinal vantajoso por ser um “sinal de alerta”. Segundo Ramos (1998), que se reporta ao projeto científico freudiano, a angústia está como repetição de determinada vivência precoce. O autor faz referência ao nascimento enquanto traumático e diz que, à emergência da respiração interna, um enorme incremento de estímulos sobrevém ao interromper-se a renovação do sangue. Esse teria sido causa de vivência de angústia primordial. Ele ainda faz lembrar que o nome angústia vem do latim “angustiae” e significa “estreitamento”, dando destaque ao traço de falta de “alento”. Logo, é nessa situação real que se reproduz uma forma de afeto nos momentos de angústia,

³³ Por castração, a psicanálise entende a ascensão e aceitação do sujeito à sua condição de fragilidade. A primeira castração admitida na psicanálise é a perda do ventre materno, onde em tese o organismo experimentou uma homeostase. A segunda castração está no momento do desmame. A terceira está relacionada ao Complexo de Édipo, momento em que a criança se depara com o real da diferença anatômica sexual (Freud, 1925). Neste terceiro momento a criança constata que nem todo o ser humano tem pênis, tornando o órgão sexual masculino a única referência sexual. Partindo da referência de perda ou de ausência, a castração está relacionada a uma falta fundamental, ou falha fundamental. “*Se não tenho pênis sou uma pessoa falha, logo estou em desamparo*” ou “*Se não tenho o outro tem e vai me dar*”. Em Lacan esta questão de possuir ou não o falo esclarece-se nos conceitos de “relação de objeto” e “objeto perdido”. Em sua obra, as primeiras experiências de vida do organismo, a importância fundadora do nascimento difere da visão freudiana. Ele torna a excitação invasora importante, mas a partir da marca que faz a primeira experiência de satisfação. Como a água, que ao escorrer pela montanha faz um sulco na rocha, a primeira experiência de prazer deixa sua marca irremediavelmente após sua satisfação impulsionando o sujeito a uma busca constante deste objeto prazeroso (Dor, 1991), atrelando a ele as suas crenças/realizações mais fundamentais.

qual seja, reproduz-se a situação somática que lhe deu origem. Contudo, destaca um outro elemento importante na angústia que auxilia as considerações sobre o tema deste capítulo. Trata-se das representações às quais as fobias se ligam. Num primeiro grupo de fobias se encontra o medo normal de trem, avião ou medo de atravessar a rua. Num outro grupo, como as fobias de animais ou agorafobia as manifestações somáticas se presentificam (falta de ar, tremores, entre outros) sem que a angústia esteja presente. Cabe lembrar que as fobias mencionadas são sintomas bastante encontrados na atualidade especificamente a agorafobia (medo de espaços abertos) na nomenclatura psiquiátrica estão classificadas como “Síndrome de Pânico” (Menezes, 2006). Embora a descrição dos sintomas se coadune com a descrição que Freud (1930) dá ao sentimento de desamparo.

Ramos (1998) acrescenta que a idéia de desamparo tomou corpo justamente no ano em que o próprio Freud (1926) estava às voltas com o câncer de boca.

Propus anteriormente que as modificações na teoria da angústia feitas em 1926 poderiam estar ligadas aos estudos sobre a guerra. (...) Ajunto a isso esse dado biográfico de Freud. Na verdade, ambas as coisas, guerra e doença acabam facilmente por se referir ao mesmo campo de inquietações, a morte. (Ramos, 1998, p. 148).

É possível pensar neste estágio da vida de Freud que experimentava na própria existência a desilusão a respeito do outro, enquanto grande salvador este não existe, e frente à inexorabilidade da morte, certificou sua teoria de que a angústia básica do homem funda todo movimento em direção à religião e à cultura. Assim “O desamparo (*Hilflosigkeit*) é o marco zero de toda humanidade” (Ramos, 1998, p. 170).

Justamente o termo “angústia do desamparo” foi introduzido em *Futuro de uma ilusão* (Freud, 1927), quando deu destaque ao pai como o elemento regulador da pulsão, favorecendo o processo civilizatório. Além de denunciar a ilusão frente a representações religiosas, a obra explica que o sentimento de religiosidade se dá em torno da evitação da idéia de morte frente ao desamparo e aos poderes da natureza.

Na vertente do pai em sua função de amparo³⁴ às pulsões, encontra-se a criança em processo de desilusão com a mãe. Separar-se da mãe significa fazer laços com outras pessoas. O pai já está neste circuito e por isso se torna o próximo alvo da criança, o que o habilita

³⁴ Conforme o Michaelis (2008), amparo é um substantivo que significa patrocínio, proteção; coisa ou pessoa que ampara; esteio; abrigo; anteparo, resguardo, refúgio, asilo. Isso configura que se trata de algo que está fora do sujeito, em outras palavras vem do outro, ou é o próprio outro ou outra coisa. Logo, o outro é o sujeito da ação de amparar. Entretanto, há o verbo “amparar” (transitivo direto), mas há também o reflexivo “amparar-se” (transitivo indireto) - “quem ampara, ampara alguém ou alguma coisa (objeto direto)”, mas “quem ampara-se, ampara-se em alguém ou em alguma coisa (objeto indireto)”. Nesse último caso o sujeito da ação é quem se ampara, e o outro ou a outra coisa é o objeto.

posteriormente a ser o grande agente do laço social e detentor dos ideais. Sua ausência, entretanto, favorece e reforça a constituição subjetiva impregnada por imagens. Nas vezes que essa função falha, frente ao próprio sentimento de desamparo da figura paterna, não há condições à mãe, na fase da devoção narcísica ao bebê, que ela mesma dê condições de separação.

No ponto de vista de Menezes (2006), o desamparo se dá frente à função materna. Seu ponto de vista considera que há uma falha na passagem da criança do processo de onipotência narcísica, quando o outro é imaginariamente concebido como potente, há subjetivação progressiva da desilusão. A desmontagem da ilusão deveria ser lenta e progressiva para que a criança pudesse apreender que o desamparo pode ser tolerável. Porém esse processo se dá mediante ataques de angústia indissociáveis do estado de desamparo.

A cura para o desamparo teve na razão científica seu pretendente com promessas de felicidade para o homem e foi a psicanálise de Freud que colocou a descoberto esse engodo e apontou os descaminhos das relações entre a pulsão e civilização em três das suas obras sobre psicologia social. Em especial a concepção de Freud sobre o desamparo associado tanto à prematuridade quanto estrutura da subjetividade se atualiza nos seus trabalhos sociais de *Totem e Tabu* (1913), *O Futuro de uma ilusão* (1927) e *Mal Estar na Civilização* (1930).

Uma síntese possível nessas obras freudianas sobre o estado de desamparo é vislumbrada quando ele fala que o homem se desespera frente à confrontação com sua incapacidade de dominar seu próprio corpo; se desespera porque não consegue dominar a Natureza e se desespera especialmente porque não consegue dominar, a seu bel-prazer, o outro homem (Freud, 1930).

Foi nesse contexto teórico que a problemática do desamparo foi inscrita como inerente ao sujeito e como fundamento do pensamento psicanalítico enquanto resultante do desamparo radical/originário. Nessas obras, Freud chegou ao paradoxo da existência, da evitação do homem com o encontro da castração.

Foi nessa obra que ele se deparou com os subterfúgios criados pelo homem para o não enfrentamento dessa condição: iluminou a racionalidade, industrializou o manufaturado, modernizou suas ferramentas e parques industriais, disseminou o capitalismo no globo terrestre, sempre mirando o lucro material concreto.

Os descaminhos percorridos para modernização das sociedades têm produzido um excesso pulsional contribuindo para novas formas de subjetividade e novas formas de sintomas, atualizando o desamparo freudiano de 1930.

4.3 Retomada histórica da modernidade para entender o desamparo contemporâneo

O projeto da modernidade compreendia o universalismo, a individualidade e a autonomia. Com relação à individualidade partiu-se do princípio de que o homem não era parte do coletivo. A origem do individualismo remonta à instauração do período da modernidade, quando o indivíduo moderno reuniria a concepção de um indivíduo uno, livre e responsável por seus atos, pertencente a um Estado democrático com direitos e deveres. Com marco na Revolução Francesa, no universalismo seria observada a igualdade dos homens independente de raça, religião, sexo, nação ou classe social. Entretanto uma segunda vertente do individualismo pôde ser observada no desejo de singularidade que a modernidade estimulou, cuja característica é o culto à diferença (o sentido aqui não é o da diferenciação mas da distinção) e um dimensionamento da interioridade (Garcia & Coutinho, 2004). Para a autonomia previa-se que pudesse nomear seu próprio desejo.

O principal eixo da modernidade foi o modo de produção capitalista, e sua ética provocou transformações sociais e econômicas que repercutem no comportamento dos indivíduos, contribuindo para que a principal fonte de referência de identidade do homem contemporâneo seja o consumo.

As atividades econômicas de produção e consumo de bens se realizam sempre em um dado contexto cultural, com formas próprias de produção de excedentes, distribuição e consumo de bens materiais simbólicos – cujas trocas estão implicados vínculos sociais e relações de poder, configurados histórica e culturalmente, que exercem profunda influência sobre os processos subjetivos (Severiano & Estramiana, 2006, p. 27).

Segundo estes autores o capitalismo está dividido em três períodos: o capitalismo voltado para a produção; a sociedade com ênfase no consumo de massas e a sociedade preocupada com o consumo de forma segmentada.

O capitalismo iniciou-se no final do século XIX, no século XX teve na globalização seu cavaleiro e a sociedade de consumo passou a ser o cavalo. Com o consumismo de massa o desejo passou a ser educado para o consumo. As grandes metrópoles tiveram seu fluxo migratório maior, intensificando a urbanização e um crescente anonimato, implicando em perda de referências éticas e religiosas, o que provocou insegurança e instabilidade psíquica, experiência recorrente de desamparo.

Frente ao sofrimento provocado, aumentou o consumo que se tornou uma nova fonte de referência e pseudo estabilidade, iniciando a “cultura do narcisismo” (Severiano & Estramiana, 2006), quando a cultura é marcada pela descrença nos valores tradicionais, onde

o ego é exaltado mais para questões de sobrevivência do que um ego fortalecido. Intensifica-se o prazer pessoal desmesurado, privilegiando o indivíduo em detrimento do coletivo.

No ponto de vista de Vasconcelos (2001), a fragilidade do sujeito contemporâneo está no fato de não fazer a passagem do narcisismo absoluto para um narcisismo relativo. “Esta passagem, que ocorre durante o processo evolutivo normal na criança, não está acontecendo por falta de continência inicial, de presença física e amorosa efetiva dos pais” (Vasconcelos, 2001, p. 97). Disso resulta um sujeito que possui um universo restritivo quanto às formas para obter prazer.

As atividades que lhe permitem obter o prazer narcisista são parcas. Sua ausência produz apatia pelo mundo e desinvestimento narcísico dos objetos. Nasce a pós-modernidade o neo-individualismo, que, nas palavras de Severiano e Estramiana (Severiano & Estramiana, 2006), caracteriza-se pelo retorno ao eu concebido como refúgio frente à ausência de amparo do outro. Pois a sociedade agressiva é incapaz de satisfazer as aspirações do indivíduo, faz ressurgir novas formas de reencantamento: misticismos, esoterismos, fundamentalismos, autoritarismos carismáticos e fascinação frente às imagens de consumo. Assim coloca em cena a indústria cultural³⁵ em estrita relação com a produção de subjetividades contemporâneas.

O texto *A Mídia e Sedação das Imagens* (Baitello, 2001) traz importante contribuição para pensar o poder da imagem na subjetividade. O autor fala do sentido da palavra e diz que mídia vem do latim e significa meio, espaço intermediário. O sentido de mídia está ligado ao processo comunicacional, que obrigatoriamente se dá por meio do corpo. Refere que mídia começa antes do jornal e da televisão, ou mesmo do rádio. Seu ponto de vista baseado em estudos é de que a mídia é o próprio corpo (o corpo é o “meio”). Essa é mídia primária pelo qual o processo de informação se dá, são informações se trocando pelos órgãos do sentido. A segunda mídia é o deciframento da imagem que passa pelo campo do simbólico. Ele cita o exemplo das representações em cavernas, imagens e transformações em escritas. As imagens são exteriores ao sujeito e demandam uma transportabilidade: “(...) inventa um tempo lento que é o tempo da escrita e que é o tempo da decodificação e da decifração (...)” (Baitello, 2001, p.28). No sentido do Mito da Esfinge, para ele, o que o sujeito não decifra o devora.

³⁵ Indústria cultural: conceito cunhado por Adorno e Horkheimer para designar o conjunto de empresas e instituições cuja principal atividade econômica é a produção de cultura, com fins lucrativos e mercantis. No sistema de produção cultural encaixam-se a TV, o rádio, jornais, revistas, entretenimento em geral; que são elaborados de forma a aumentar o consumo, moldar hábitos, educar, informar, podendo pretender ainda, em alguns casos, ter a capacidade de atingir a sociedade como um todo (Adorno e Horkheimer, 2006).

Pois o tempo lento é o intervalo da decifração, e uma imagem requer um tempo lento para que seja decifrada. Na mídia terciária, o tempo é acelerado vertiginosamente e não há mais tempo nem espaço para o deciframento. Logo se a imagem exige um tempo de decifração, como ocorre na mídia secundária, as imagens não alimentam mais o sujeito, mas o sujeito serve de alimento para elas. O autor acrescenta um outro elemento da subjetividade capturado pela mídia. Trata-se da necessidade de descanso físico por um lado e relaxamento mental do outro. A mídia põe o sujeito sentado e nessa posição acalmada, o torna sedado. Esse seria o golpe de misericórdia dado na agilidade e na mobilidade do homem e seu pensamento. Segundo o autor com um pensar sentado a mídia está produzindo um *homo sapiens demens*.

Com Kehl se vê que “(...) o funcionamento imaginário dispensa a necessidade de pensamento” (2001, p. 47). Isso equivale a dizer que o imaginário nem proíbe, nem reprime o pensamento, mas dispensa o pensamento porque cada imagem apresentada parece entrar na lógica da realização de desejos. Provavelmente, o que a autora quis dizer é que o sujeito regride para a trama originária que inaugurou o psiquismo, quando um objeto foi associado ao fim de uma excitação desagradável. Com Freud, vimos que a ausência do objeto é que faz nascer o pensar – o pensamento é o trabalho pelo qual o ser humano busca o objeto ausente. Na via simbólica visa reconstituir o objeto. É nesse espaço que entra a função imagética do aparelho psíquico. Oferece continuamente representantes substitutos para a satisfação do desejo. É neste aspecto que a imagem capitaneia um lado mais primitivo do psiquismo. Trata-se do ego frágil seguindo as impressões da infância.

Parece que é aí que a cultura do narcisismo captura o sujeito. Sob comando da estrutura frágil do ego, pelas vias das imagens, ela promete realização imediata dos desejos, de forma individualizada. É nesse plano que o homem contemporâneo forja uma identidade pautada em formações imaginárias, com apreensões enganosas da realidade que lhe poupa das dúvidas e incertezas, contribuindo para que seus afetos e pensamentos se anestesiem. Em concordância com Freud, a civilização, na esteira da modernidade (Severiano & Estramiana, 2006), não promoveu mudanças subjetivas, não superou o mal-estar. Seguindo esta linha, a modernização fez realinhar o caminho pulsional, ofertando atalhos, reconfigurando o mal-estar. Diga-se de passagem, reforçado por meio das atitudes individualistas e a negação da realidade da necessidade de amparo, característica da subjetividade atual.

“Talvez o viver do homem contemporâneo limite-se, apenas, ao afã “enlouquecedor” de ludibriar o terrível e insuportável vazio em que se transformou a vida em sociedade, mas que vem se tornando insustentável sob a exacerbação atual do individualismo” (Caniato, 2008).

Menezes (2006) tem ponto de vista semelhante. Para esta autora o mal-estar contemporâneo é efeito da desregulamentação e do excesso de liberdade individual. A autora compreende isso como fruto do excesso pulsional e da fragilidade de simbolização. Com isso ela destaca o pânico entre os modos de sofrimento atuais e enfatiza o fracasso do homem contemporâneo. Em seu ponto de vista o pânico é uma forma do sujeito se estruturar frente à sociedade caótica atual. Pois esta, ao demandar que o sujeito se sustente além da cena familiar, com a exaltação do eu e a estetização da existência, o submete a exigências impossíveis de serem cumpridas porque são produzidas com base em idealizações. Menezes, fala que são os fracassados, segundo a visão de mundo (ideal de cultura) atual. Fracassam no exercício da rapidez e instantaneidade da infinita possibilidade da constante renovação, da sedução e promessa de felicidade que a mudança permanente traz. Nestes termos são excluídos sociais.

Sublinha que são poucas as alternativas para processos alteritários legítimos na atualidade, pois os processos identificatórios para a constituição da subjetividade estão apoiados no narcisismo. Isso não se dá sem a experiência terrorífica do vazio.

Seguindo a trilha das perdas de referências (valores familiares, morais, religiosos mantidos por décadas), dentre as quais a significativa desvalorização da memória histórica, é possível pensar que o desamparo da atualidade tem como moção básica o rompimento com ideais do sujeito e aqueles aos quais depositou no outro, entendendo que isso desencadeia um conflito entre as instâncias ego e o superego. Sem possibilidade de o ego suportar as demandas superegóicas, conforme capítulo precedente aparece a angústia e o mal-estar. Diferente do superego da lei, na sua função de protetor do ego contra as forças pulsionais, o superego em questão é o superego sádico, e com isso ele coloca o sujeito num regime masoquista (Menezes, 2006). E, é nessa modalidade sádico/masoquista entre ego e superego que está situada a subjetividade atual. Segundo a autora essa situação está ancorada na cena social, aliada à precariedade de referências identitárias que exige do sujeito ação a qualquer preço. Como meio de proteção ao desamparo desencadeado por esse estado de coisas, o masoquismo emerge como um dos efeitos na subjetividade contemporânea.

É fato que, quando Freud (1930) denunciou o mal-estar, a cultura cerceava o indivíduo pela via da repressão à sexualidade e aos impulsos agressivos. A cultura atual estimula o hedonismo a qualquer custo, pago com sofrimento psíquico uma vez que o sujeito ao se deparar com sua insuficiência em responder às demandas que a sociedade faz a ele, experimenta o fracasso.

O sujeito contemporâneo vai se submetendo às demandas do progresso num processo compulsório (Severiano & Estramiana, 2006). Frente à própria ética da sociedade moderna as interdições reguladoras dos laços sociais perderam sua eficácia, especialmente na função de organizar as pulsões³⁶ (Adorno, 1993). Nessa crítica à dominação, ele refere que o problema não está apenas na alienação dos homens com relação aos objetos, está nas relações dos homens entre si, sobretudo as relações consigo mesmo.

Em relação à problemática da civilização frente à queda de ideais, Forbes (2003), aponta que aquele laço social, que no período da industrialização se dava com o chefe no topo da pirâmide, que reforçava a ilusão de amparo, ruiu com o neoliberalismo. E o modelo proposto pela globalização descentralizou o poder em redes horizontalizadas. Esta experiência de perda de raízes, vinculada às perdas de referências, demanda do sujeito uma busca constante de imagens de identificação, mesmo que passageiras, a título dos *big brothers*.

Dentro desse sistema social, a bandeira empunhada é de preservação da individualidade, cujos ditames para que ocorra reconhecimento narcísico, elimina ideais pessoais que não se enquadram na cultura atual, mas que empobrece a subjetividade. Este sistema oferece modelos coletivizantes e uniformizadores. Sem as referências identificatórias e ideais constitutivos do sujeito: sua origem, particularidade da cultura, suas crenças e sistemas de valores éticos e morais, o sujeito está transtornado. Aturdido, não sabe identificar com quem pode contar. Transformado em objeto, perde sua história e a mercadoria é alçada ao lugar de objeto ideal para a satisfação (objeto fetiche, objeto libidinizado), contém a promessa de ser o objetivo perdido, além do horizonte.

Há quase oitenta anos atrás, Freud (1930), sabia que a situação conflituosa entre civilização e pulsão era uma equação sem solução. O desamparo é um estado do qual o homem não pode se desfazer porque está situado na divisa entre corpo e mente. Essa é a estrutura da subjetividade humana, e do que se trata é de uma gestão *ad infinitum* do sujeito em relação ao seu mal-estar.

³⁶ Pulsões: energia fundamental ao sujeito, inicialmente dividida em pulsão de auto-conservação ou pulsões do eu e pulsões sexuais. Há uma multiplicidade das pulsões porque suas origens e alvos são numerosos, também há dificuldade de tender para um fim comum. A partir de 1919, Freud substitui as oposições pulsões sexuais/pulsões do eu e pulsões do eu/pulsões do objeto, pela oposição pulsões de vida/pulsões de morte. As pulsões de vida reúnem uma parte das pulsões sexuais (que permitem a sobrevivência da espécie) e uma parte das pulsões do eu (a que visa à sobrevivência do indivíduo). “Por outro lado, uma face das pulsões sexuais (a que coloca o indivíduo em perigo, por estar a serviço exclusivamente da espécie), das pulsões do eu (a que ameaça a espécie, porque privilegia o indivíduo) e das pulsões de objeto (a que preside a destruição do objeto, ao se assegurar de sua incorporação no seio do sujeito), de fato uma face escondida, deve ser considerada como fazendo parte da pulsão de morte”. (Chemama, 1985, p.181).

5 UM ESFORÇO A MAIS PARA OS SERES HUMANOS

A sociedade dos dias atuais teve seus fundamentos e formas de organização na era industrial que fez suas inovações a partir da máquina a vapor. Esta, precursora da revolução tecnológica de nossos tempos, gerou o capital e toda organização social em torno do acúmulo de bens da sociedade burguesa. As ciências químico-físicas venceram a matéria e as limitações de espaço e incrementaram a capacidade de renovação contínua. O tempo está compactado na instantaneidade. A biologia gerou a engenharia genética, com o objetivo de dominar a vida na tentativa de manipular seu maior mistério, a morte.

Esta é uma era pós-tecnológica que, segundo Della Giustina (2004), produziu uma transformação maior num período de 50 anos que as ocorridas em milênios. Ao tornar o homem capaz de driblar o tempo e o espaço e estar presente “instantaneamente” em vários lugares ao mesmo tempo, tornou suas relações mais complexas.

Em dimensão, as mudanças observadas na atualidade caracterizam uma grande mutação no processo civilizatório correspondente às maiores transformações que induziram o rumo da história da civilização: a saída do homem das cavernas, a saída das tribos para construir nações, a divisão dos impérios em feudos e por fim quando sofreu a passagem do feudalismo para o capitalismo” (Della Giustina, 2004). Mas enquanto estas transições duraram séculos, as mudanças das quais ora a civilização padece são aceleradas pela informática. Auxiliada pelos recursos tecnológicos da internet e da mídia, a informação é disseminada de maneira tão vertiginosa que não há tempo para o indivíduo filtrá-las conscientemente o que o deixa totalmente indefeso. Com respeito à estrutura social em sua relação à organização do ambiente e da natureza, o conjunto das normas que deveria regê-la não acompanhou as evoluções tecno-científicas e expôs a existência humana a inúmeras intempéries.

Ocorre que o tempo célere, para os processos de subjetivação humana, resulta numa complicação adicional a este processo, que a priori é complexo, pois o aparato neurológico e psíquico demanda um período mais lento para assimilação de mudanças de maneira tranqüila. Nos termos de Bauman (2007), a rapidez com que se dão as mudanças resulta numa identidade líquida e flexível que contribui para que o homem perca a história, particularmente suas crenças e princípios ético-morais e neste contexto surgem as rupturas e transformações radicais do processo civilizatório, que provocam mudanças na forma da família se organizar.

Em que pese existir novas formas de estruturação, a família com base em homem/mulher/crianças no papel pai/mãe/filhos, tida como ideal até nos dias atuais, indica estar caminhando para uma transformação radical.

Do ponto de vista da psicanálise, o ideal de família conjugal nuclear estaria determinado inconscientemente. Visto que a subjetividade se dá referida à especificidade da família de origem, esta é tomada como modelo e também como ponto de partida a generalizações, no sentido de tornar as experiências vividas no interior da família como padrão. Nessa acepção, a figura da mãe é importante para o desenvolvimento psíquico da criança, bem como é relevante a figura do pai. Para alguns autores a família contemporânea desempenha um papel “(...) absolutamente central na saúde psíquica do sujeito. Sua ausência, seu exagero, sua ambivalência produzem devastações diferentes no indivíduo”. (Checchinato, 1999). Logo, sua presença impõe uma organização que se conhece como a lei paterna. Sem esta ordenação que pressupostos o ser racional terá para se constituir como homem ou para construir uma família, se no centro dos fenômenos sociais e processos da constituição do sujeito, a libido se liga (Freud, 1921) a pessoas portadoras de objetos de consumo?

Pode parecer que a civilização chegou ao estágio atual considerado caótico por muitos estudiosos, porque o homem se tornou egocêntrico. Este mundo do individualismo subentende a negação da condição humana de necessitar do outro para existir, pois toda relação de dependência é rejeitada na atualidade como perda de autonomia. Para Freud (1937), a maior dificuldade do homem é não assimilar as diferenças na subjetividade e isso não é especialidade da cultura contemporânea e sim característica do aparelho psíquico. Este seria o fio condutor subjetivo para as dificuldades da existência na sociedade de nossos dias – lidar com as diferenças. No que tange à responsabilidade da cultura, as mudanças sociais promoveram uma intrusão de hábitos e costumes que derrubaram as barreiras da subjetividade e invadiram o espaço íntimo dos indivíduos, impossibilitando ao homem de erigir o mundo de sua privacidade. Impôs ao homem contemporâneo a vivência de um paradoxo – na base constitucional do sujeito há fome do outro, mas não consegue ser o outro para o outro e refugia-se em seu mundo alimentado pelos recursos da mídia que o mergulha no imaginário da mercadoria e da amálgama entre todos e paradoxalmente na solidão dos vínculos.

A psicanálise partilha da posição de que as mudanças no interior de todas as instituições sociais contribuem para novas formas de manifestação de sintomas, e reconhece que as subjetividades estão em transformação. Seu compromisso, portanto, é com a reinvenção urgente da teoria e técnica a fim de contribuir no apaziguamento do sofrimento psíquico advindo de tais mudanças, bem como no aumento da consciência crítica acerca

destas transformações, com o objetivo de tornar o indivíduo autônomo, isto é, estar menos vulnerável às injunções perversas da cultura. Nessa tarefa a psicanálise busca a interface do saber produzido por outras disciplinas científicas, como a Filosofia, a Sociologia e Antropologia no que diz respeito às subjetividades contemporâneas.

Particularmente, a psicanálise, que tem no paradigma freudiano da pulsão o ponto de partida da subjetividade, está em apuros, visto que a pulsão não tem um objeto único de satisfação e nesse sentido balizaria uma perspectiva negativa para a civilização. Mas se nos ativermos ao paradigma lacaniano – do sujeito, entendendo que sujeito pode ser definido como ser individual, real, que se considera como tendo autonomia, qualidade e com capacidades de praticar ações, é possível vislumbrar a saída do mal-estar e avançar no processo civilizatório. Deve se levar em conta que a perspectiva lacaniana era bem freudiana, portanto um tanto niilista, o que é um paradoxo, pois Lacan (1985) foi o teórico do século XX que apontou a subversão do sujeito como saída construtiva para a cultura, bem como Adorno e Horkheimer (1985) o fizeram em *Dialética do Esclarecimento*.

5.1 A figura do pai e sua implicação para a subjetividade

No que se refere ao objeto desta pesquisa, **a figura do pai na atualidade**, em sua relação com a subjetividade e o desamparo contemporâneo não há um consenso entre psicanalistas quando se trata das conseqüências da ausência paterna para a construção subjetiva. Em *A Condição Humana* (Lyotard, 2004) encontramos uma luz para o discurso social e intelectual repetitivo sobre o declínio do pai no núcleo familiar atual. Consiste na maneira pela qual o saber produzido, distribuído, legitimado, tem sofrido séria influência do capitalismo contemporâneo. A posição do saber nas sociedades desenvolvidas é influenciada pelas transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX. O saber encarnado na forma narrativa e transmitido por regras da pragmática da linguagem define o que é preciso ser dito, ouvido e escutado a fim de que se consolide. A função narrativa é formar combinações de linguagens estáveis de modo que denotem, preservem ou descrevam e veiculem validades pragmáticas *sui generis*. Mesmo que elas sejam contraditórias, como no exemplo da sociedade atual no campo da instituição familiar. Sua força é incontestável. A narrativa de que o pai está ausente e declinou de sua função de proteção à criança, transita ao mesmo tempo com a demanda de mercado que dele exige maior dedicação à busca de dinheiro para a manutenção da família. Com a finalidade

de aliviar a carga social da população inativa, paradoxalmente exige dele que trabalhe *overtime*, compatível com o mundo do trabalho da sociedade do capitalismo neoliberal. Esse fato (ou fenômeno) social mostra claramente que a própria cultura fornece balizas para legitimar um dado discurso.

Desta forma há um outro aspecto importante para nossa reflexão sobre o discurso em torno do declínio da figura do pai: há narrativas que pela sua cadência repetitiva (nos moldes da música eletrônica) parecem mais importantes para assimilação desta “idéia” como verdades, enquanto ato puro e simples, vazio de sentido. A repetição monótona leva a uma incorporação inconsciente. Depreende-se disso que, apesar do jogo de linguagem não possuir legitimação, há um contrato explícito entre os jogadores e por isso essa narrativa tem seu trânsito garantido.

Com a contribuição de Lyotard (2004) é possível pensar que a psicanálise é uma meta narrativa poderosa do século XIX, que atravessou o século XX, mas vive nesse início de século XXI, uma ruptura paradigmática. Neste ponto a literatura psicanalítica disponível sobre a figura do pai na contemporaneidade deixa claramente a psicanálise numa encruzilhada. Freire Costa (2000), expressa otimismo sobre o futuro da civilização quando fala, a despeito de algumas previsões feitas pela esquerda freudiana, que o mundo não se tornou o reino dos sociopatas. Acrescenta que com pai ou sem pai freudiano o sujeito continua responsável por suas mazelas e procura resolvê-las da melhor maneira possível. Refere que a tudo continuamos respondendo com a falta do pai, forçados pelo ato de associar o pai à lei. E aí se pergunta qual é o objetivo da restauração do pai?

Cecarelli (2001, 2006, 2007) adverte que a leitura que se faz das mudanças ocorridas no grupo familiar hoje demanda neutralidade e refere que apesar disso não fica imune às nossas próprias organizações identificatórias e nem está desabrigada das nossas referências ético-morais, embasadas na tradição judaico-cristã. São posições nostálgicas, mas históricas, fomentadas por fantasias infantis. Portanto possuem caráter narcísico e são transmitidas com saudosismo como “No meu tempo era assim”. Além disso, sustentar a concepção de família contamina aquilo que deveria ser uma visão neutra do futuro. Cecarelli sugere pensar que, não é uma organização social suposta “natural” que cria o modelo. Construído para manter tanto a organização social criada, quanto o universo discursivo daí advindo, é o modelo que cria uma ordem apresentada como natural. Por isso, o Complexo de Édipo que promove a separação da célula narcísica mãe-filho varia, segundo as culturas. Qualquer que seja ela, o complexo de castração se dará por meio de qualquer figura de autoridade. É o que observa Parseval (1986) sobre os trobriandeses e tribos australianas, onde o tio materno é quem imporá à criança

restrições para a constituição de sua psicosexualidade, porque se localiza no espaço de subjetivação do exercício do poder, entendido como representação da Lei, portanto como representação simbólica do mundo. De qualquer maneira, neste caso, existe a figura de autoridade. São pais substitutos, ou figura de interdição. Os próprios avanços tecnológicos, como na medicina da fertilização vão dando ao homem condições de sair da “ordem natural” instituída pela lei e irem fazendo outros caminhos. Logo a versão do pai sai de cena porque ela serviu a um discurso que mantinha a hegemonia do patriarcado e não serve mais às novas configurações familiares.

Os estudos de Kames (2006) apontam que com o decorrer das transformações familiares surgiram tendências quanto à localização do estatuto simbólico das funções parentais. Elas apontam que a mãe biológica é o agente da função materna e o pai biológico é o agente da função paterna. Ainda assim, qualquer pessoa adulta pode exercer as funções parentais, o que torna relativo o lugar do “outro tutelar” junto à criança. Sem citar nomes de autores, menciona as tendências que assinalam que a estrutura familiar não pode ser confundida com família conjugal e nuclear, pois esta foi construída num período histórico. Porém constata, na narrativa em torno das funções de pai e mãe, um esvaziamento do sentido simbólico embutido nelas e os destitui dessa responsabilidade e ainda não aponta quem encarnaria o outro para que a constituição subjetiva possa se dar. Para Kames, esses discursos insistem num ponto: manter a ilusão cientificista de controle e isenção da implicação do adulto frente à criança. “Ilusão que denuncia a sobreposição de um saber técnico sobre uma narrativa singular” (Kames, 2006, p.117). A partir disso, a autora põe em questão a transmissão da cultura ao infante e como seria contada a história que antecede seu nascimento.

Kehl (2001) traz ao debate a responsabilidade dos pais na recusa da transmissão geracional dos signos da cultura. Compreende-se com a autora, que a cultura do narcisismo afeta o ideal narcísico dos pais sobre os filhos, que torna frágil a sustentação do “(...) ato necessário para fazer de seu filho um ser (...)” (Kehl, 2001, p.13). A extensão máxima do próprio ego ideal dos pais sobre os filhos perverte a educação tradicional baseada em frustrar as crianças por meio dos “nãos”, porque amar e educar além de gratificações compreende também o ato de frustrar.

Luiz Cláudio Figueiredo (2000), ao falar sobre a figura paterna no Brasil, acrescenta que a mobilização dos conceitos psicanalíticos para a análise de fenômenos e processos sociais e históricos concretos deve caminhar com cautela. Tal como ocorre na clínica, nada mais empobrecedor e inútil que a aplicação desses conceitos à realidade de forma a

transformá-la em mera ilustração do que a teoria, supostamente, já sabe. Por outro lado, o rigor conceitual torna-se tão mais importante quanto mais complexa e sugestiva é a realidade em exame. Essa complexidade e essa riqueza podem encantar e conduzir a apreciações superficiais. Sabemos, porém, o quanto estas “impressões” estarão inevitavelmente saturadas pelos nossos preconceitos e vieses, por nossas antipatias e simpatias. Pondera que o homem como grupo e como indivíduo não precisa do pai todo-poderoso e proprietário de todas as coisas como era o pai da horda primitiva. A morte do “pai tirânico” fez surgir o “pai reserva”, que já nasceu sob o signo da benevolência porque era necessário um pai como alvo a quem pudesse ser endereçado um apelo de limite e proteção. Para Figueiredo há a necessidade do pai que demarca território e separa hierarquicamente os lugares porque carecemos de alguém que estabeleça valores e regras na regulação de trocas. Alguém tem que responder pela autoridade.

Para avaliar a importância deste embate convém lembrar de Lacan, porque entre os pensadores da cultura foi quem mais chamou atenção para a questão da figura do pai e de sua função na constituição subjetiva. Em sua longa elaboração teórica fez advertência em relação às conseqüências tanto para o sujeito quanto para a sociedade em função do declínio da figura ideal paterna e lançou luz sobre a configuração do superego na contemporaneidade. Ao contrário da concepção corrente naquele período, de que deixaria de existir o agente da censura, salientou que não haveria um decréscimo da pressão do superego no psiquismo e o declínio da imago paterna abriria espaço para emergir do inconsciente reprimido o fantasma do pai primitivo, que em essência é tiranicamente exigente. Perseguidor de um gozo desmedido, o superego constituído nestes termos pauta as ações do sujeito na busca de satisfação imediata. Assim, as reminiscências com o pai feroz e obscuro dominam o desenvolvimento do superego no momento da vivência edípica na atualidade. A ausência da proteção paterna deixou livre a ação destrutiva do imperativo do instinto de morte.

Se a presença paterna introduzia a diferença sexual anatômica e o desdobramento simbólico disso, a ausência desta figura ou o declínio desta função para as subjetividades contemporâneas está em não internalização de consciência moral, herança de uma cultura com princípios, valores e regras. A capacidade de representar a alteridade fica prejudicada, ou seja, o sujeito não está “nem aí” para o outro. Ter uma consciência moral internalizada significa dizer que o sujeito possui discernimento sobre seus limites e possibilidades, respeitando sempre o outro semelhante como probabilidade de trocas. Isso é consciência moral, geratriz da capacidade de esclarecimento, ventilada por Adorno e Horkheimer (1985) como saída da alienação (ideologia) em oposição à lei do superego que ordena apenas o gozo.

Em essência, a organização superegóica da atualidade se dá com base na insensatez e carece de significado (Lacan, 1985; Safatle, 2004; Zizek, 1999), ou seja, não aponta nenhuma organização. Ao mesmo tempo em que impõe o gozo, ele nada diz sobre o método para alcançá-lo nem diz nada sobre com qual objeto gozar. O sujeito da atualidade é dividido porque fica impossibilitado de fazer escolhas frente aos múltiplos objetos à disposição. Além disso, hoje se busca que o objeto escape, pois a obtenção de um objeto dá a sensação que todos os outros objetos se perdem. Logo, há uma busca infinita por objetos porque se acredita que não valeria a pena se satisfazer com algo, pois estaria deixando de ter os outros. Isto explica o comportamento juvenil do “ficar com”. Se ficar com apenas uma pessoa naquela “balada” estará perdendo a possibilidade de ficar com inúmeras outras. A liberdade de escolha parece estar em nada realizar, o que representa uma prisão. Como aceitar uma satisfação? Talvez ela não seja a maior. A satisfação é como uma morte. Então vai se satisfazendo furtivamente, na ilusão de que há satisfação plena.

Na contemporaneidade a liberdade de escolha está em escolher sempre para escolher indefinidamente. O que se constitui num simulacro porque a idéia de que se vive em liberdade é falsa. Sem que o indivíduo perceba, é jogado no desamparo porque o faz trafegar na via da negação da dependência.

5.2. A figura materna e sua implicação para a subjetividade

Com respeito às subjetividades contemporâneas, cabe lembrar que alguns teóricos da psicanálise se ocupam do exame da maneira como mãe e filho se vinculam.

Winnicott (1999) fala da necessidade de que o bebê integre um “self” (investimento em si próprio, para diferenciar o investimento nos objetos) e isso se dá de forma paulatina. A partir do nascimento, a mãe oferece à criança o *holding* (sustentação no colo). O *holding* dá ao bebê a noção de continuidade da existência: “eu permaneço no tempo”. A partir disso ocorrerá a integralização corpo/mente: “Eu permaneço no tempo e no espaço”. Isso vai se dando no processo de maturação de diferentes formas para uma ou outra criança, dependendo de como os objetos são apresentados ao bebê. Para o bebê a aparição do seio se dá porque ele quer e este é momento importante para dar a experiência de onipotência. Ilusão necessária para aprender que é potente. Ao contrário disso, se o seio não vem, fica a ausência, mas é nesta frustração do seio ausente que o bebê entenderá a necessidade desse outro fora. O bebê tenderá a reagir ao fora brigando pelo seio. Se a “mãe for suficientemente boa”, o que pode

ser definido como dedicada, sensível, imaginativa, somado a uma necessária dose de narcisismo, ela faz adaptações ativas às necessidades de seu rebento, daí o bebê perceberá que corpo e alma são apenas aspectos dele. Ao passo que se “ser boa” apenas faz parte de uma idealização, isto é, se a mãe ficar no mundo das idéias sem partir para ações concretas, esta inoperância se torna invasiva, com prejuízos para o bebê no processo de integração do eu.

Lacan (1985), ao centralizar o significante fálico na releitura que fez da obra freudiana, remete à sexualidade da mãe os sintomas das crianças. Porque, para Freud e Lacan a feminilidade é determinada por certa relação ao falo (Martins, 1998). Na leitura lacaniana, o primeiro momento do Édipo, o vínculo maior da criança é com a mãe. Pela posição que mantém junto desta, o bebê busca identificar-se com o que supõe ser o objeto de seu desejo. Aparece em destaque a mãe, a criança e o falo, de maneira tal que a intenção da criança é se constituir como o falo materno. A relação imediata com a mãe (ou com quem exerça a função materna) se estrutura de tal forma que a criança se faz de objeto que a completa, ou complementa (Dor, 1991).

Figueiredo (2000), ao falar da mãe, retoma a função do pai no sentido de restringir o campo de operação das dádivas, da generosidade materna, pois em exagero pode ser mortífera para o bebê. Faz uma súplica sobre as virtudes “maternas”, cuja generosidade contém em si uma forte arbitrariedade, porque possui suas próprias leis que, em síntese, são de superproteger seu nicho reservando tudo que considera bom e expulsando tudo que considera mal. Isso pode soar ao bebê como caprichos e maldades por meio do seio ora presente, ora ausente. Quem sabe a potência materna em seu excesso pode muito bem ter sido um contrapeso necessário ao pai despótico e vice-versa. Esta mãe-natureza oferece um mínimo de proteção aos filhos pequenos e desamparados diante do poder avassalador do pai primordial (pai mítico da horda primitiva). No entanto, com o assassinato do pai primordial, a mãe sobrevive e tende a se tornar (pelo menos é a reconstrução freudiana da história da humanidade) um pólo alternativo de organização psíquica e social. Mas, neste caso, a generosidade deve também ela, ser contida para não esvaziar excessivamente a força, já atenuada, do pai na cultura atual. Na ausência da contenção, o amor generoso da mãe pode se converter em um dos principais desagregadores da vida social e da vida mental dos indivíduos, pois a tendência da mãe é manter a prole acercada de sua proteção. A presença do pai na cultura, como destinatário do apelo dos filhos, se traduz como força dos ideais, valores, normas e leis, indispensáveis para a constituição saudável do psiquismo. A presença reservada está sujeita a uma série de vicissitudes.

A falta de reservas quanto à generosidade materna natural e incontinentemente se constitui num risco para este modo atual do pai estar presente. Para Figueiredo (2000), paradoxalmente, este fator pode vir a ser um dos elementos que reforçam e apressam as tentativas de trazer o pai de volta à presença plena, ou seja, com toda a sua força e poder. Pois se trata de uma forma de defesa contra a generosidade natural, mas arbitrária e angustiante da mãe.

Em controvérsia, psicanalistas como Helen Deutch, Maud Mannoni, Lou Andréa Salomé e Françoise Dolto (Lacan, 1998), dignas representantes das mulheres, ainda no século XX, fizeram críticas rigorosas a estas posições sobre as mães. Elas partem das teorizações freudianas sobre o complexo de castração das mulheres que consideram pontos de vista cristalizados com ressonância no inconsciente dos homens, que mantém um horror ao excesso materno na perspectiva de que este existe de fato.

5.3 Subjetividades contemporâneas

A ausência da figura do pai no núcleo familiar ou o declínio de sua função tem contribuído substancialmente para a forma como vem se configurando os afetos contemporâneos, e as compulsões respondem por isso (Safatle, 2004). Sem os “nãos” à pulsão, bem como os “sins” desmedidos à mercadoria, o sujeito assemelha-se a um barco à deriva, que vai para onde o vento levar. Por isso, as narrativas de mal-estar dizem respeito às situações em que o sujeito não consegue frear as compulsões como: não consegue parar de beber, de usar drogas, de comer, de transar, de comprar com cartão de crédito, ou de manter um relacionamento estável. Além disto, estes sintomas, comandados pelo superego atual não geram histeria ou obsessões, mas geram ansiedade e depressão, pois de maneira perversa ele vocifera o tempo todo exigindo o gozo incondicional nos moldes do gozo perverso. Logo, o sujeito pós-moderno não responde mais ao pai, responde à pulsão desgovernada.

Cabe lembrar que a grafia da palavra “perversão”³⁷, na língua francesa é “pèrversion”. Numa escansão lingüística (prestar atenção apenas ao som) é “pèrre version” e significaria “versão paterna” ou “pai versão”. Ocorre que a versão registrada na contemporaneidade, na ausência do pai, é aquela que vem da mãe. No modo de funcionamento psíquico perverso há ausência da versão paterna. Sem esta não se introduz a

³⁷ “per”, no latim, é uma partícula muito importante que indica algo que transpassa como exemplo temos. “per-curso”, “per_sistência”.

diferença na subjetividade, ou seja, o sujeito se estrutura negando a falta, a fragilidade e a única versão adotada é que “todos os seres têm pênis”, ou melhor, na versão narcísica – todos os seres têm falo inclusive as mães. Assim não haveria inscrição da lei (versão) paterna e o superego constituído a partir desta ausência seria influenciado pela estreita convivência com a mãe. Deste modo o superego seria comandando pelo gozo e para o gozo. O gozo pode ser definido como um excesso pulsional e este contexto se estende à sociedade contemporânea, tida como perversa.

O desejo de eliminar as diferenças na sociedade dos dias atuais tem na publicidade forte aliada. O modo de funcionamento subjetivo do sujeito perverso se coaduna com isso. Há uma insistência compulsiva nas campanhas publicitárias em mostrar cenários de luxo que exaltam a indiferenciação quanto aos caracteres sexuais, com modelos fotográficos andrógenos, cujos corpos dissimulam quaisquer características de feminino ou masculino. Resultado da retórica da sociedade de consumo tecnológico, onde o corpo não é mais necessário “(...) como espaço unificado de determinação de identidade “, (Safatle, 2004, p.11).

O corpo é tomado como tela das projeções imaginárias para assunção das fantasias perversas que, passadas ao ato no interior da sociedade de consumo, promovem uma socialização da perversão. Na concepção de Arendt (1999) seria a banalização do mal, ou seja, tudo indica que alguns indivíduos agem dentro das regras do sistema a que pertencem sem racionalizar seus atos.

Se o sujeito não tivesse parado num estágio anterior à escolha de objetos, no complexo de Édipo não enfrentaria a angústia do esfacelamento em oposição à angústia de castração, esta, perfeitamente estruturante. Os objetos são imaginados a partir de que o desejo é onipotente, de que o sujeito pode escolher e desfrutar de todos os objetos disponíveis ao mesmo tempo.

Segundo Charles Melman (Lastória, 2008), a perversão está generalizada como norma social para a contemporaneidade. A ênfase desta articulação recai sobre o eu, que impossibilitado de se referir ao ideal (ao pai) se obriga a ter como referência o objeto. Nestes termos, a subjetividade não progrediu conforme a evolução tecno-científica, não avançou para relações objetais alteritárias, quando teria relações **sem conflito com o outro**. Ou seja, as relações de objeto que deveriam se dar com seres humanos, desde que observadas as diferenças, se dão agora ligadas a objetos concretos, mas efêmeros, frente a imposição de descarte precoce da sociedade de consumo. Em termos de desenvolvimento, a subjetividade atual apresenta como característica principal a fixação no estágio anterior, ou seja, está em

estado de regressão. Conforme Abeche (2005), no estado de regressão há um rebaixamento da consciência, especialmente pela perda de autonomia, pois o ego regredido funciona permeado por fantasias instintivas que contribui para que o sujeito perca a capacidade de discriminar o “eu” do “não-eu”. Melhor dizendo, o ego não é nitidamente separado do id porém parcialmente a ele se funde.

Haveria uma concepção que não seja nem uma nostalgia ao pai, nem um excesso de zelo da mãe? Certamente qualquer que seja a concepção não se pode negar o fato que qualquer mudança gera angústia, pois implica o desinvestimento libidinal de antigas posições em favor de novas. A experiência freudiana ensinou que a libertação do homem de seus sintoma e inibições, ou qualquer anormalidade de caráter neurótico demandaria muito tempo. Quanto tempo reservaria ele para a libertação do mal-estar da atualidade assentada num caráter pré-genital e mais anal, logo de mais prazer e menos organização psíquica?

Entre filósofos e sociólogos, e mesmo alguns psicanalistas, encontramos posições otimistas em relação à vocação do homem para as mudanças.

Kehl (2000) sugere que a fratria (reunião de irmãos) cumpre perfeitamente a necessidade de outro no processo de humanização do homem e na estrutura da subjetividade. Ela retoma a idéia da existência da irmandade para dizer que sua função é fazer operar a função paterna porque também é uma forma de amparo. A partir da morte do pai da horda primitiva houve uma Lei estabelecida do acordo entre irmãos em renunciar a algumas satisfações pulsionais em favor da organização de uma coletividade. “O crime compartilhado intensifica os laços fraternos e exige a produção de um ideal coletivo, que funcione ao mesmo tempo para velar e para legitimar o assassinato a partir do qual os irmãos são forçados a se haver com suas diferenças” (Kehl, 2000, p. 33).

Para Della Giustina (2004) o ponto de mutação civilizatório se aproxima porque o crescimento da massa de consciência presentifica-se no mundo inteiro. Para ele esta consciência é o instrumento a ordenar a complexidade do processo evolutivo empurrada pelo salto tecnológico das duas últimas décadas. Refere que o mundo vive uma disritmia e somente uma mudança radical é capaz de harmonizar outra vez o processo. Para ele será o salto civilizatório capaz de gerar novas formas de organização social, ou seja, aquelas formas de organização consideradas definitivas, como os períodos, as eras, as idades, mas, esgotadas em seus fundamentos por causa dos avanços da ciência e da tecnologia que não foram definitivas.

Segundo Della Giustina (2004) a revolução civilizatória no campo das instituições não acompanhou a rapidez e dimensão da revolução tecnológica que resultou numa

convulsão nos processos de convivência. Entretanto a natureza e vocação da espécie humana para a harmonia e solidariedade prevalecerão.

Neste ponto é forçoso pensar que Della Giustina (2004) é otimista e talvez tenha apreendido da leitura do *Mal-estar na Civilização* (Freud, 1930) o trecho que fala da capacidade do homem reconstruir aquilo que destrói. Sua forma de pensar legitima a idéia de Lacan que acredita na não finitude da demanda de amor, que antes de ser uma característica da subjetividade, faz parte da natureza humana. Logo, a dinâmica que move (pulsão) a civilização para o caos poderia, perfeitamente, se transmutar em sublimação, desta feita para recriar seu destino e com ele o destino do planeta deixado para traz em favor da porção instintual no humano. Participação e solidariedade seria o esforço a mais para os laços fraternos se concretizarem entre os seres que se pretendem humanos.

Para Della Giustina (2004), a mudança é irreversível e não adianta resistência por parte de quem detém o poder. Não é com a violência da luta armada, da guerra e do terror. As mudanças radicais ou civilizatórias se referem à dimensão das mudanças e não à forma ou ao método, sobre isso ele fala que deve haver uma ampliação da “Consciência”. Ele adota o ponto de vista do antropólogo francês do século XIX, Teilhard du Chardin, para quem a evolução humana parte do caos, da desarmonia e violência para a plenitude. Acrescenta que passar por transformações além de ser compatível com o processo civilizatório é a vocação do homem. Assim o imperativo antropológico da evolução do simples para o complexo se dá rumo ao pluralismo e a liberdade que isso comporta. Isso é ampliar o espaço de sua evolução, mas ordenado pela consciência. O autor refere que no contexto da revolução tecnológica a espécie humana e de toda natureza é caminhar juntas. Se o homem for contra o imperativo da natureza que funciona pela força da atração da complementaridade ou da convergência, ele não romperá apenas com a natureza, estará interrompendo com o próprio processo civilizatório e a ruptura será global, para isso, na ponta da evolução deve estar o homem.

Nestes termos é possível pensar que a mudança de rumo no processo, com base nos fundamentos da organização social passa longe de uma mudança superficial como neo-socialismo ou neo-capitalismo. Apenas a consciência evoluída por meio de novos fundamentos e valores nas estruturas e nas novas formas de relacionamento humano, evitará que o “(...) processo se torne caótico e, tornado caótico, autodestrua-se”. (Della Giustina, 2004, p. 115). Esse processo é extensivo a todas as instituições sociais, porque toda mudança civilizatória produz formas de organização social inovadoras em seus fundamentos, nas suas estruturas e nas suas relações. Logo, exigem do indivíduo um compromisso e um reposicionamento.

Conforme Della Giustina (2004), os princípios e valores preconizados para o homem dar um passo a mais no processo civilizatório passam então por sua libertação do romance familiar, entretanto, sem destruir a família que é o lugar onde se guarda o tesouro dos signos da cultura.

5.4 Saída das identificações

É nesse sentido que a maior descoberta freudiana é o complexo de Édipo já que é possível extrair do sujeito freudiano o sujeito da atualidade. Talvez aí esteja o grande impasse das subjetividades atuais e o caráter estacionário da civilização. A ultrapassagem do Édipo não é efetiva e a subjetividade fica refém do rochedo da castração, qual seja para além das identificações com pai e mãe o sujeito nada sabe. Por mais paradoxal que isso possa parecer a saída do mal estar que aflige a sociedade contemporânea deverá partir do indivíduo e não há nada de enigmático nisso. Mas o enigma que Édipo, o rei da mitologia grega respondeu à esfinge nos aponta a direção.

À pergunta: “Quem é, quem é? De manhã caminha sobre quatro patas, à tarde com duas e à noite com três?” “É o homem”, respondeu Édipo. “Quando bebê, ele engatinha usando pés e mãos, à tarde, quando adulto, ele anda sob dois pés, e na velhice apóia-se na bengala quando se locomove”. Esta resposta, entre outras coisas, aponta claramente a verdade do sujeito humano. Sua decrepitude que sinaliza a finitude e inexorável fragilidade aparecem na figura do velho apoiado em uma bengala para caminhar, embora o desejo de possuir asas para voar livremente não só povoa os sonhos como também faz parte dos devaneios humanos. Contudo, a questão colocada pela Esfinge além de ser um enigma é uma metáfora sobre o homem estar sempre “apoiado” em sua caminhada na existência. Logo, para além da identificação com o outro semelhante, ou com o grande Outro dos ideais, haveria a expansão da consciência de que não se pode prescindir do outro para existir, seja encarnado no pai, na mãe ou nos irmãos. Haveria outros horizontes desde que se caminhe em direção a eles, caminho que faz apenas tão somente ao “andar”. Um contexto assim implicaria em processar subjetivamente as experiências, observando que isso se dá se a capacidade do homem simbolizar for preservada. Assim o esforço para percorrer o próprio percurso o tornará singular, com potencial exercício da alteridade. Será possível deixar de demandar narcisicamente do outro a cura do desamparo irreduzível. Logo, a questão de ser como o pai

imaginário arrefecerá sem que seja preciso matar o pai real e destituir o pai simbólico da subjetividade, pois os símbolos mantêm a cultura que pode fomentar o processo civilizatório.

Encontramos nas considerações de Figueiredo (1999) acerca do que Freud (1921) deixou de lado no texto sobre *Psicologia das massas e análise do ego*, a confirmação deste propósito, ou seja, é preciso desativar a trama identitária que, como vimos se configura como perversa porque o investimento libidinal cai na simbiose, não na individualização. Quando Freud falou da questão da identificação presente nos grupos unidos por meio dos laços libidinais, teria feito uma exigência de ultrapassagem desta lógica, para que sua teoria seja amplamente apreciada. Talvez o que esta proposição freudiana pretende é que o sujeito aceite o lugar de terceiro excluído e com isso, pelas renúncias que assume, aceite a Lei, não como aparato repressor. Ao contrário, aceite por sua associação com Eros porque este, *a priori*, é ligado à pulsão de vida. A lei é produto de Eros e foi feita para que o sujeito possa articular o próprio desejo e estar acolhido pelo outro diferente. O sujeito só pode sair da lógica destas identificações quando conseguir confluir desejo e lei, isto é, quando a lógica da “lei do desejo” possa se tornar o “desejo da lei”. Esta equação é atribuição da função paterna porque acolhe e é acolhido na diferença.

De qualquer modo, o que se pode depreender na atualidade é que o “um” está vazio do “outro” e da diferenciação entre si.

Partindo das mudanças frente às relações familiares em sua relação com a configuração do superego, Safatle (2004), por seu turno, apresenta uma síntese da subjetividade atual em seu texto “*Um superego para a sociedade de consumo: sobre a instrumentalização de fantasmas como modo de socialização*”. Faz lembrar que a psicanálise surgiu em uma sociedade que guardava resquícios da moral vitoriana e a repressão sexual que Freud teria observado no interior da família burguesa de sua época era herança cultural. As relações familiares, marcadas pelo mecanismo repressor, apresentavam a ambivalência de afeto entre filho e pai quando a sobreposição entre rivalidade/identificação, dirigidas à mesma pessoa, configuraria a consciência moral. Ao introduzir a família edípica no interior da família burguesa, introduziu concomitantemente, um sujeito culpado de seus desejos, porque um sentimento de culpa acompanha o sujeito toda vez que realiza uma satisfação dos instintos ou pensa em satisfazê-los. A consequência para o aparelho psíquico é um modo de satisfação, mas na via da formação de um sintoma. Apesar de este sentimento ser experimentado com muita frequência pelo sujeito, não deixa de ser uma modalidade de satisfação, chamada secundária, porque indica uma resolução conflituosa para a subjetividade.

O acento de Safatle (2004) não é a subjetividade fruto da cultura repressiva, mas a subjetividade na busca dos prazeres plenos dos tempos da prevalência da produção de bens para o consumo. A partir do texto de Freud (1930), Safatle traz a concepção de que o problema da civilização seria o sentimento de culpa e teria custado caro a humanidade. Além de emperrar o processo civilizatório, atingiu a família no seu modo de estruturação e afetou o método educativo da criança. Com a pós-modernidade, a sociedade deixou de ser repressiva e os investimentos libidinais que estruturavam o superego, foram direcionados ao aumento da produção de bens de consumo. Tal desinvestimento teve sua facilitação na queda dos ideais ético-religiosos somados ao desencantamento científico. Logo, o superego, originado neste contexto das relações sociais, também está modificado na contemporaneidade porque está havendo total descompromisso com o outro que se insinua desde as relações pais/filhos, porque o pai estaria abrindo mão de ser o “tutor” do filho. Volta-se ele próprio ao engolfar-se na falácia da liberação total, no acolhimento libidinoso do objeto de consumo. Esta é a lógica da isenção geral.

Nesta via, os dilemas referentes à repressão das pulsões sexuais, especialmente as pré-genitais, não responderia mais ao mal estar generalizado da contemporaneidade. A vida logo coloca o sujeito frente à sua impotência, que em primeira instância é biológica: não é possível tudo ao mesmo tempo porque o humano, independentemente de recursos tecnológicos é finito, é sexuado, logo, tem apenas um sexo e precisa do outro para se reproduzir. Desse fato Real³⁸ decorreria certo desapontamento que colabora para o desamparo subjetivo que é o sofrimento psíquico atual e ele se dá em função da suplência que faz ao pai, pois se não há o outro da diferença não há o outro da autoridade. Assim, o **desamparo passou a ser a lei**, porque passa a ser o determinante da falta da autoridade, que não tem o “outro da autoridade”, melhor dizendo, não tem o outro como ponto de referência e nem do aconchego e cada um e todos estão “soltos”, largados, abandonados, enfim, sós. Se o ‘solitário’ marca cada um e o outro, ambos são supérfluos. Disso depreende o que devemos entender como descompromisso precoce e contínuo dos pais para com os filhos, cujo lema de educação é “criei meus filhos para o mundo, por isso se virem”. Além disso, também se apregoa que “ninguém é de ninguém”. Por sua vez, os filhos não incorporam a Lei, mas o abandono, assimilado da ideologia dominante e transmitido por meio do lema “eu não preciso do outro para nada”. Assim, o “outro da diferença” deixou de ser humano, porque o “um” e “ambos ” têm a fantasia de que não precisam de ninguém.

³⁸ Real com “R” maiúsculo para destacar que se trata do conceito lacaniano, ou seja, do registro nu e cru, além da aparência. Diz respeito à concretude do fato, no caso, que existem 2 órgãos sexuais, o pênis no homem e a vagina na mulher.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abeche, R.P.C. (2005). *Uma análise do impacto dos meios de comunicação*. Disponível em <http://www.estadosgerais.org/encontro/IV/PT/trabalhos/pdf>. Acessado em 27 de dezembro de 2008.

Aberastury, A & Salas, M E. J. (1985). *A paternidade – um enfoque psicanalítico*. Artes Médicas. Porto Alegre.

Adorno, T & Horkheimer. *Dialética do Esclarecimento*. (1985). Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. (Texto original publicado em 1944).

Adorno, T. *Mínima Moralía*. (1993). Ed. Ática. São Paulo. (Texto original publicado em 1951).

Adorno, T & Horkheimer. (2006). *Indústria cultural*. Seleção de textos de Jorge M. B de Almeida. 3ª ed. Paz e Terra. São Paulo.

Arendt, H. (1999). *Eichmann em Jerusalém*. Companhia das Letras. São Paulo. (Texto original publicado em 1963).

Ariès, P. (1978). *História social da criança e da família*. Zahar editor. Rio de Janeiro. (Texto original publicado em 1975).

Aurélio. (2004). *Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 5.0* O Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa corresponde à 3ª. Edição, 1ª. Impressão da Editora Positivo. Edição eletrônica autorizada a POSITIVO INFORMÁTICA LTDA.

Baitello, N. (2001). *A mídia e a sedação das imagens*. In Mentos & Mídia: Diálogos Interdisciplinares. Org. Comparato, M.C.M. & Monteiro, D.S.F. v.II. Casa do Psicólogo. São Paulo.

Bastos, W. L. (1984). *Crise da autoridade*. Edições Paraibuna. Juiz de fora

Baudrillard, J. (2002). *A violência da globalização*. Disponível em <http://diplo.uol.com.br/2002-11,a469>. Acessado em 9 de novembro de 2007.

Bauman, Z. (1999). *Modernidade e ambivalência*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro.

Bauman, Z. (2007). *Modernidade líquida*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro.

Beauvoir, S. (2007) *As estruturas elementares do parentesco, de Claude Lévi-Strauss* (Resenha). Campos – Revista de Antropologia Social. V. 8, n.1 Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/campos/article/viewFile/9547/6621> Acessado em 15/10/2007.

Birman, J. (1999). *Cartografias do feminino*. Editora 34. São Paulo.

Birman, J. (2000). Capítulo: *Insuficientes, um esforço a mais para sermos irmãos!* In li *Função Fraternal* (org. Maria Rita Kehl). Relume Dumará. Rio de Janeiro.

Birman, J. (2006). *Arquivos do Mal-estar e da Resistência*. Civilização Brasileira. São Paulo.

Bleichmar, H. (1987). *O Narcisismo – estudo sobre a enunciação e a gramática do inconsciente*. Artes Médicas. Porto Alegre.

Caniato, A. M. P. (2008). *Violências e Subjetividades: o Indivíduo contemporâneo*. Psicologia & Sociedade; 20 (1): 16-32, 2008. Florianópolis Disponível em <http://www6.ufrgs.br/seerpsicsoc/ojs/viewarticle.php?id=235> acessado em 10 de dezembro de 2008.

Caniato, A. M. P. (2008). *A violência do preconceito: a desagregação dos vínculos coletivos das subjetividades*. In *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 60, n. 2, 2008. Retirado de <http://www.psicologia.ufrj.br/abp/25> acessado em 10 de dezembro de 2008

Cardoso, M. R. (2002). *Superego*. Editora Escuta. São Paulo.

Carone, I. (2000). *A personalidade autoritária – estudos frankfurtianos sobre o fascismo*. Disponível em <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/RevistasAntigas>. Acessado em 12 de agosto de 2007.

Cassirer, E. (1977). *Antropologia filosófica: ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana*. Mestre Jou. São Paulo.

Ceccarelli, P. R. (2005). *Família e violência simbólica*: In *Família e casal: efeitos da contemporaneidade*, Féres-Carneiro, T; (org.) Rio de Janeiro: Editora PUC - Rio, p. 266-277, 2005.

Ceccarelli, P. R. (2005). *Violência Simbólica e Organizações Familiares* (2005) In *Família e casal: efeitos da contemporaneidade*, Féres-Carneiro, T; (org.). Rio de Janeiro: Editora PUC - Rio, p. 266-277, 2005. 119. Disponível em http://www.ceccarelli.psc.br/artigos/portugues/doc/viol_org_fam.doc Acessado em 10 de junho de 2008.

Ceccarelli, P. R. (2007). *As bases imaginárias da família*. In T. Féres-Carneiro (Org.), *Família e casal: trabalho, saúde e modos de vinculação* (pp. 311-322). Casa do Psicólogo. São Paulo.

Ceccarelli, P. R. (2007). *Novas Configurações Familiares: Mitos e Verdades*. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, 40(72): 89-102, jun. 2007.

Chemama, R.(1995). *Dicionário de Psicanálise*. Artes Médicas. Porto Alegre.

Checchinato, D. (1999). Prefácio. In: Hurstel, F. (1999). *As novas fronteiras da paternidade*. Papirus. São Paulo.

Comparatto, M.C. M & Monteiro, D S. F. (2001) *A família atual e o psiquismo infantil*. In *A criança na contemporaneidade e a Psicanálise*. VOL.I. Casa do Psicólogo. São Paulo.

Corneau, G. (1991). *Pai ausente, filho carente*. Brasiliense. São Paulo.

Cunha, A. G. (1986). *Dicionário Etimológico - Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Nova Fronteira. Rio de Janeiro.

Della Giustina, O. (2004). *Participação e solidariedade: a revolução do terceiro milênio II*. Editora da Unisul. Tubarão (SC).

Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Disponível em <http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm>. Acessado em 09 de janeiro de 2009.

Dor, J. (1991) *O pai e sua função em psicanálise*. Zahar. Rio de Janeiro.

Dufour, D-R. (2007). *O homem neoliberal: da redução das cabeças à mudança dos corpos*. Disponível em http://diplo.uol.com.br/2005-04_a1098. Acessado em 09 de dezembro de 2007.

Engels, F. (1987). *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. (originalmente publicada em 1939).

Figueiredo, L. C. (1999) *Acerca do que Freud infelizmente considerou alheio ao seu interesse momento* in <http://www.geocities.com/hotsprings/villa/3170/Figueiredo.htm> acessado em 22 de julho de 2008.

Figueiredo, L. C (2000) *Sobre pais e irmãos – Mazelas democracia no Brasil (1)* In *Função Fraternal*. Org. Maria Rita Kehl. Ed. Relume Dumará. Rio de Janeiro.

Figueiredo, L. C. (2002) *A Invenção do Psicológico: quatro séculos de subjetivação 1500-1900*. Escuta. São Paulo.

Forbes, J. (2004). *Você quer o que deseja?* Editora Best Seller. Rio de Janeiro.

Freire Costa, J. (2000). *O mito psicanalítico do desamparo*. Disponível em <http://psicorporal.com.br/artigo-o-mito-psicanalítico.htm> acessado em 23 de março de 2008.

Freire Costa, J. (2000). *Playdoier pelos irmãos*. In *Função Fraternal*. Org. Maria Rita Kehl. Ed. Relume Dumará. Rio de Janeiro

Kehl, M.R. (2001). *A violência do imaginário*. In *Mentes & Mídia: Diálogos Interdisciplinares*. Org. Comparato, M.C.M. & Monteiro, D.S.F., v.II. Casa do Psicólogo. São Paulo.

Freud, S. (1994). *Projeto para uma psicologia científico*. Vol. ESB. Rio de Janeiro. Imago. (Texto original publicado em 1885).

Freud, S. (1994). *As neuropsicoses de defesa*. In *Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud (Vol. III)*. Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1894).

Freud, S. (1994). *A interpretação dos sonhos*. Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud (Vols. IV e V). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1900).

Freud, S. (1994). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud (Vol. VI). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1905).

Freud, S. (1994) *Sobre o narcisismo: uma introdução*. In Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud (Vol. XIV). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1914).

Freud, S. *O Inconsciente*. (1994). In Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago (Originalmente publicado em 1914).

Freud, S. (1994). *Reflexões para os tempos de guerra e morte*. In Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Vol. XIV. ESB. Rio de Janeiro. Imago. (Texto original publicado em 1915).

Freud, S. (1994). *Luto e melancolia*. In Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud (Vol. XIV). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1917 [1915])

Freud, S. (1994). *Novas Conferências Introdutórias – O sentido dos sintomas*. (Vol. XVI). Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1917).

Freud, S. (1994). *Neurose de transferência: uma síntese*. Manuscrito recém-descoberto. Rio de Janeiro. Imago Editora Ltda. (Texto original publicado em 1917).

Freud, S. (1994). *Mais além do princípio do prazer*. In Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud.. Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago. (Texto originalmente publicado em 1920).

Freud, S. (1994). *Psicologia de grupo e análise do ego*. Ed. Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1921).

Freud, S. (1994). *O ego e o id*. In Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud Vol.XIX. Imago. Rio Janeiro. (Texto original publicado em 1923).

Freud, S. (1994). *O Mal Estar na Civilização*. In Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud (Vol. XXI). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1930).

Freud, S. (1994). *Sexualidade Feminina*. In Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud (Vol. XXI). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1931).

Freud, S. (1994). *Novas Conferências Introdutórias - A Dissecção da Personalidade Psíquica*. (Vol. XXIII). Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1933).

Freud, S. (1994). *Moisés e o Monoteísmo*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud (Vol. XXIII). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1939).

Freud, S. (1994). *Atos Obsessivos e Práticas Religiosas*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Freud. (Vol. IX) Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1939).

Freud, S. (1994). *O Problema Econômico do Masoquismo*. (Vol. XIX). Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1939).

Freud, S. (1994). *A clivagem do eu no processo de defesa*. Vol. 23. ESB. Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1940).

Gagnebin, J. M. (2001). *Memória, história, testemunho* (Resenha). In: coletânea *Memória e (res)sentimento. Indagações sobre uma questão sensível*. Orgs. Bresciani, S & Naxara, M. Ed. Unicamp, 2001. Disponível em <http://www.comciencia.br/reportagens/memoria/09.shtml>. Acessado em 26 de junho de 2008.

Gaiarsa, A. (1986). *A família de que se fala e a família de que se sofre*. Ágora. São Paulo.

Garcia, C. A. e Coutinho, L. G. (2004). *Os novos rumos do individualismo e o desamparo do sujeito contemporâneo*. Psyche. Jun. 2004, v.8, n. 13, p.125-140. Disponível em <http://pepsic.bvs-psi.org.br/sciel>. ISSN 1415-1138. Acessado em 30 de março de 2008.

González Rey, F. (2005). *Pesquisa qualitativa e subjetividade – Os processos de construção da informação*. Thompson. São Paulo.

Goode, W. J. (1979). *A crise da instituição familiar*. In entrevista concedida à Biblioteca Salvat de Grandes Temas. Salvat Editora do Brasil S.A. Rio de Janeiro.

Hurstel, F. (1999). *As novas fronteiras da paternidade*. Papirus. São Paulo.

Jerusalinsky, A. (2007). *Seminários V. O declínio do Patriarcado*. USP.

Kehl, M. R. (2000). *Existe a função fraterna?* In *Função Fraterna*. Org. Kehl, M. R. Ed. Relume Dumará. Rio de Janeiro.

Klein, M. (1958). *Sobre el Desarrollo Del Funcionamiento Mental* Site de Estúdio Del Psicoanálisis y Psicología. Disponível em: <http://www.temas> (Acessado em 19/07/2007).

Lacan, J. (1983). *Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Texto original publicado em 1975).

Lacan, J. (1984). *Os Complexos familiares*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Texto original publicado em 1938).

Lacan, J. (1985). *O Seminário XX - Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lacan, J. (1986). *O Seminário VII - A Ética da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Lacan, J. (1995) *Seminário IV – A relação de objeto*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro.

Lacan, J. (1998). *Escritos*. In Diretrizes para um Congresso sobre a sexualidade feminina. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro.

Lacan, J. (1999). *O Seminário V - As Formações do Inconsciente*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro.

Laender, N. R. (2005). *A construção do conceito de superego em Freud*. Reverso. Vol.27, (No. 52) p.63-68. Disponível em <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php> (Acessado em 10/07/2007).

Laplanche, J. (1976). *Vocabulário de psicanálise*. Lisboa: Ed. Moraes.

Laplanche, J. (1997). *Freud e a Sexualidade-O desvio biologizante*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Lipovetsky, G. (2004). *Os tempos hipermodernos*. Barcarolla. São Paulo.

Lastoria, L. C. N. (2008). *Uma nova economia psíquica ou mutações tóxicas? Elementos para reflexão acerca da subjetividade contemporânea*. In A indústria cultural hoje. Org. Durão, F.A; Zuina, A. & Vaz, F. Boitempo . São Paulo.

Liotard, J. F. (2004). *A condição pós-moderna*. José Olímpio. Rio de Janeiro.

Maranhão. B. C. C. A. (2005). *O poderoso chefe – ou da paternidade como fundamento da lei em “Totem e Tabu”, de Freud*. Reverso, set.2005, vol. 27, nº. 52, p. 37-41. ISSN 0102-7395.

Martins, R. M. (1998). *Um percurso do Feminino em Freud e Lacan*. Monografia apresentada para pós-graduação *Lato Sensu*. Não publicada.

Martins, A. (1998). *Desamparo: onipotência, narcisismo e univocidade*. Disponível em <http://www.saude.inf.br/filosofia/desamparo.doc> . Acessado em 20 de janeiro de 2008.

Menezes, L. S. (2006) *Pânico: efeito do desamparo na contemporaneidade – Um estudo psicanalítico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, FAPESP. ISBN 85-7396-431-6.

Miranda, N.B. (1999). *A Psicanálise na Nossa Modernidade*. Psicologia: Teoria e Prática, 1 (1); 25-29. Disponível em [http://www.mackenzie.br/fileadmin/Editora/Revista_Psicologia/Teoria e Pratica V.1. Numero1/artigo4.PDF](http://www.mackenzie.br/fileadmin/Editora/Revista_Psicologia/Teoria_e_Pratica_V.1.Número1/artigo4.PDF). Acessado em 3 de julho de 2007.

Moreira, J.P. (2004). *A alteridade como experiência originária: o desamparo*. Rio de Janeiro: Tempo Psicanalítico, v.36, p.107-123.

- Muraro, R.M. e Boff, L (2002). *Feminino e Masculino – Uma nova consciência para o encontro das diferenças*. Sextante. Rio de Janeiro.
- Pesquisa nacional do Datafolha sobre a família brasileira. *Retrato falado*. Suplemento da Folha de São Paulo editado em 7 de outubro de 2007. 74 p.
- Parseval, G.D. (1986). *A parte do pai*. L&PM. .Porto Alegre.
- Ramos, G.A. (2003) *Angústia e sociedade na obra de S. Freud*. Editora Unicamp. Campinas.
- Rey, F. G. (2005). *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade – os processos de construção da informação*. Pioneira Thomson Learning. São Paulo.
- Roudinesco, E. (2003). *A família em Desordem*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor.
- Roza, L.A.G. *Freud e o Inconsciente*. (1994). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Safatle, V. (2004). *Um supereu para a sociedade de consumo: Sobre a instrumentalização de fantasmas como modo de socialização*. In <http://www.geocities.com/vladimirsafatle/vladi073.htm>. Acessado em 16 de setembro de 2007.
- Severiano, M.F. V e Estramiana, J. L. A. (2006). *Consumo, narcisismo e identidades contemporâneas – uma análise psicossocial*. Uerj. Rio de Janeiro.
- Severino, A. J. (2002). *Metodologia do trabalho científico*. Cortez Editora. São Paulo.
- Strauss, Claude-Lévy. (1982). *As estruturas elementares de parentesco*. 2ª ed. Editora Vozes. Petrópolis.
- Tenzer, N. (1991). *La sociedad despolitizada - ensayo sobre los fundamentos de la política*. Paidós. Buenos Aires.
- Ungier, A. (2002). *As Vozes do Supereu - Um Território aberto para Releer o Homem dos Ratos*. In TRIB Nova série. Vol. 1 (nº. 1 e 2). 17-29.
- Vasconcelos, A.T.M. (2001). *Os efeitos perversos da televisão*. In *Mentes & Mídia: Diálogos Interdisciplinares*. Org. Comparato, M.C.M. & Monteiro, D.S.F., v.II. Casa do Psicólogo. São Paulo.
- Winnicott, D.W. (1975) *O brincar e a realidade*. Imago. Rio de Janeiro.
- Zizek, S. (1999). *Tu Puedes*. Extraído de LRB. Vol. 21. (Nº. 6). Disponível em: <http://www.antropomoderno.com/world/zizek.doc>. (Acessado em 08/07/ 2007).